



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**PRESIDENTES DO PODER
LEGISLATIVO DO CEARÁ**

**IMPÉRIO E REPÚBLICA
1835 – 2016**

**MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO CEARÁ – MALCE
DEPUTADO PONTES NETO**

Osmar Diógenes
Organizador
(Pesquisa e Contextualização)

**PRESIDENTES DO PODER
LEGISLATIVO DO CEARÁ**

**IMPÉRIO E REPÚBLICA
1835 – 2016**



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza
2016

Copyright: © 2016 by INESP

Coordenação editorial: Júlia Pinheiro Nogueira

Organização, pesquisa e texto: Osmar Diógenes

Pesquisa, digitação, diagramação, projeto gráfico, edição de texto e revisão:
Ma. Teresa Diógenes

Assessoria de pesquisa e texto: Carlos Pontes e Paulo Roberto Fernandes

Assessoria de revisão: Rubens Airton Rocha

Revisão final: Osmar Diógenes

Projeto gráfico de capa: José Mário Giffoni Barros

Impressão e acabamento: INESP

Pinturas e fotografias cedidas pelos parlamentares e/ou familiares; Coordenação de Comunicação Social e Arquivo da Assembleia Legislativa.

C387p Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Pontes Neto.

Presidentes do poder legislativo do Ceará: império e república 1835-2016 / organizador, Osmar Diógenes. – Fortaleza: INESP, 2016.
216p. : il.

ISBN: 978-85-7973-074-0

1.Ceará, Assembleia Legislativa, Presidentes. 2.Ceará, Deputados Estaduais, biografia. I. Diógenes, Osmar. II. Título.

CDDdir. 923.28131

Permitida a divulgação dos textos e fotografias contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

VENDA PROIBIDA

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 – Ed. Senador César Cals, 1º andar

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3701 – Fax: (85)3277 3707

www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 115

Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900

Tel: (85)3277 3727 – 3277 3700

e-mail: memorial@al.ce.gov.br



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**29ª Legislatura
Mesa Diretora
2015–2016**

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-presidente

Deputado Dannel Oliveira
2ª Vice-presidente

Deputado Sérgio Aguiar
1º Secretário

Deputado Manuel Duca
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Joaquim Noronha
4º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Malce

Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará – Malce

Presidência: Osmar Diógenes

Curadoria: Marinez Alves

Coordenadoria Administrativa: Martha Abreu

Assessoria Executiva: Venússia Ribeiro

Assessoria de Imprensa e Marketing: Edna Pontes e Fernanda Maciel

Preservação, Restauração e Manutenção: Edwiges Pinheiro Ximenes

Apoio Administrativo:

Edna Camarço

Lígia Castelo Branco

Coordenadoria de Pesquisa: Maria Teresa Diógenes

Assessoria de Pesquisa Histórica:

Carlos Pontes

Daniel Gonçalves

Paulo Roberto Fernandes

Produção Audiovisual: Thadeu Nobre

Coordenadoria do Setor Educativo: Socorro Medeiros

Assessoria do Setor Educativo:

Cléa Menezes

Germana Pontes

Ivana Costa

Rubens Rocha

Coordenadoria de Mediação: Maria Teresa Diógenes

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Luiz Otávio Maia

Eveline Freitas

Rodolfo Farias

Estagiárias:

Angelina Pontes

Juliane Moraes

Camila Bandeira

Thiago Pessoa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
COMENTÁRIOS	15
PREFÁCIO	17
1829 – INSTALAÇÃO DO CONSELHO GERAL PROVINCIAL DO CEARÁ.....	21
I M P É R I O.....	25
01. JOAQUIM JOSÉ BARBOSA	27
02. JOÃO FACUNDO DE CASTRO MENEZES.....	28
03. MIGUEL FERNANDES VIEIRA.....	30
04. FRUTUOSO DIAS RIBEIRO	32
05. TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE	33
06. DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE	36
07. MANUEL TEÓFILO GASPAR DE OLIVEIRA	38
08. JOSÉ PIO MACHADO.....	40
09. PEDRO PEREIRA DA SILVA GUIMARÃES	42
10. MANUEL FRANCO FERNANDES VIEIRA	45
11. JUSTINO DOMINGUES DA SILVA.....	46
12. GONÇALO BATISTA VIEIRA.....	47
13. FRANCISCO XAVIER NOGUEIRA.....	49
14. HIPÓLITO CASSIANO PAMPLONA	50
15. FRANCISCO CORREIA DE CARVALHO E SILVA	52
16. ANTONINO PEREIRA DE ALENCAR.....	53
17. ANTÔNIO JOAQUIM RODRIGUES JÚNIOR	54
18. JOSÉ POMPEU DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE.....	56
19. HELVÉCIO DA SILVA MONTE	58
20. JOSÉ ANTÔNIO DA JUSTA	60
21. JOÃO ANTÔNIO DO NASCIMENTO E SÁ.....	61
22. ANTERO JOSÉ DE LIMA.....	62
23. JOSÉ TEIXEIRA DA GRAÇA.....	64
24. JOÃO PAULINO DE BARROS LEAL.....	66
25. LUIZ DE SOUZA LEITÃO.....	67
26. DIOGO GOMES PARENTE	69
R E P Ú B L I C A	71
27. JOSÉ JOAQUIM DOMINGUES CARNEIRO.....	73
28. ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY	74
29. GONÇALO DE ALMEIDA SOUTO.....	76

30.	CARLOS FELIPE RABELO DE MIRANDA	78
31.	BELISÁRIO CÍCERO ALEXANDRINO	80
32.	FRANCISCO FERREIRA ANTERO	82
33.	FLORO BARTOLOMEU DA COSTA.....	83
34.	TIBÚRCIO GONÇALVES DE PAULA	85
35.	ALFREDO DUTRA DE SOUZA.....	87
36.	ANTÔNIO BOTELHO DE SOUZA.....	88
37.	RUBENS MONTE	90
38.	JOSÉ LINO DA JUSTA	91
39.	FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES	93
40.	EDUARDO HENRIQUE GIRÃO	94
41.	JOÃO OTÁVIO LOBO	96
42.	CÉSAR CALS DE OLIVEIRA	98
43.	JOAQUIM BASTOS GONÇALVES	100
44.	AMADEU FURTADO	103
45.	PÉRICLES MOREIRA DA ROCHA	106
46.	RAIMUNDO IVAN BARROSO DE OLIVEIRA.....	108
47.	FRANCISCO FERREIRA DA PONTE	110
48.	DÉCIO TELES CARTAXO	112
49.	JOSÉ NAPOLEÃO DE ARAÚJO	114
50.	ÉDSON DA MOTA CORRÊA	116
51.	ALMIR SANTOS PINTO	118
52.	ABELARDO GURGEL COSTA LIMA.....	121
53.	RAIMUNDO GOMES DA SILVA	123
54.	JOSÉ PONTES NETO.....	125
55.	CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES	127
56.	FRANKLIN GONDIM CHAVES	134
57.	JOSÉ ADAUTO BEZERRA	137
58.	GONÇALO CLAUDINO SALES	139
59.	MANOEL CASTRO FILHO.....	141
60.	ALCEU VIEIRA COUTINHO.....	143
61.	PAULO FEIJÓ DE SÁ E BENEVIDES	144
62.	AQUILES PERES MOTA	146
63.	ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES CAVALCANTE	148
64.	FRANCISCO CASTELO DE CASTRO.....	150
65.	ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA	152
66.	FRANCISCO PINHEIRO LANDIM	157
67.	JÚLIO GONÇALVES RÊGO	161
68.	FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR.....	164
69.	ARTUR SILVA FILHO.....	167
70.	CID FERREIRA GOMES	169

71. MOÉSIO LOIOLA DE MELO	172
72. LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES	174
73. TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO	176
74. JOSÉ WELINGTON LANDIM	179
75. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA	182
76. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO.....	186
77. GONY ARRUDA - ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR	190
78. FRANCISCO JOSÉ CAMINHA ALMEIDA.....	192
79. ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA	195
80. JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA.....	198
81. JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE	201
CRONOLOGIA	206
BIBLIOGRAFIA	211

APRESENTAÇÃO

A missão de resgatar a história parlamentar do Ceará, assumida pela Assembleia Legislativa desde os anos 90 do século passado, tem prosseguimento com a publicação deste livro. Trata-se, na verdade, de uma reedição, reunindo as biografias dos Presidentes do Poder, com as devidas atualizações.

O Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará (Malce) desempenha com muita acuidade esta nobre tarefa de preservação, retirando do olvido informações preciosas da vida e da atuação política de lideranças que, a partir de 1835 até os nossos dias, por delegação popular, ocuparam cadeiras no Parlamento estadual.

Este volume, que cuida especificamente dos que presidiram a Assembleia Legislativa do Ceará, apresenta um elenco de figuras notáveis da vida pública cearense, boa parte deles hoje dando nome às ruas e praças da capital e de outras cidades, numa prova inequívoca da importância histórica que conquistaram.

A tarefa de presidir um colegiado de líderes não é das mais fáceis. O Parlamento reúne personalidades diversas e diferentes temperamentos, cada um com sua ideologia, seu compromisso partidário e sua própria maneira de olhar a vida, o tempo e as circunstâncias.

Coordenar, à frente da Mesa Diretora, os trabalhos parlamentares, com imparcialidade e sentimento democrático, exige bom senso, ponderação e serenidade.

Muitas vezes, no calor das discussões e no fervor do embate de ideias, a ação moderadora da presidência se torna fundamental para a manutenção dos sublimes objetivos da representação que exercemos.

A presidência tem muitas outras obrigações, constituindo-se, verdadeiramente, numa gestão executiva, já que administra recursos, toma decisões, comanda um contingente de

funcionários, contrata serviços e se responsabiliza pelo perfeito funcionamento da Casa do Povo.

A história dos Presidentes do Poder Legislativo do Ceará, agora revista e atualizada, dá continuidade à série de volumes publicados sob a coordenação do Memorial Pontes Neto e editados pelo Inesp.

Pretendemos cumprir, desta forma, uma das missões da Assembleia Legislativa que, além de seus fundamentos primordiais, deve zelar pela preservação da história e dar conhecimento público do desempenho de seus parlamentares.

Desejamos que os leitores tenham bom proveito das informações aqui contidas e, se de alguma maneira puderem contribuir com documentos, fotografias e outros objetos relevantes para a memória da Assembleia, o façam, pelo que agradecemos penhoradamente.

Deputado José Albuquerque

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMENTÁRIOS

Quando assumimos pela primeira vez, efetivamente, um mandato de deputado estadual, em 1975; deparamo-nos com a absoluta ausência de dados referentes à memória histórica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, de seu passado, repleto de figuras e fatos marcados pela ausência de registros, ao longo do tempo.

Fotografias dispersas em salões e corredores postavam fisionomias diversas, contendo, várias delas quando muito, apenas nomes e datas, sem qualquer outra informação.

Passado assim tão rico de nossa história, relegava-se a um imerecido desprezo, envolvendo importantes homens públicos, projeção representativa de nossas elites sociopolíticas.

Vem dessa época a ideia de coligirmos informações biográficas, e dados relevantes, sobre lideranças que preencheram durante importantes lapsos de tempo a atividade política na província e no estado do Ceará.

A mera leitura das fichas biográficas, enfeixadas na presente publicação, retrata a magnitude e o prestígio de tão ilustres representantes do povo, homens públicos reapresentados ao presente e ao futuro, graças às pesquisas realizadas em fontes fidedignas, representando hoje 1.158 registros biográficos, entre eles a presença de 94 padres com mandato popular.

Fato importante a considerar, a até então minguada exposição de fotografias dos presidentes da Casa, encontra-se praticamente completa, podendo-se apreciar nos nossos dias as figuras austeras de quantos honraram, com prudência, sabedoria e altivez comandar a liderança de seus pares, ao curso de seus mandatos.

A presente publicação, marca a gestão da Mesa Diretora do Poder Legislativo, 29ª Legislatura, presidida pelo deputado José Albuquerque, que tem oferecido total apoio

ao projeto editorial iniciado em 1997 pelo Memorial, e que com esta publicação soma 28 títulos, compreendendo o arco histórico de 1829 a 2016, registrando 187 anos de nossa história legislativa.

Osmar Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará

Secretário Geral do Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

PREFÁCIO

Este inovador resgate histórico dos presidentes do Poder Legislativo do Ceará, abrangendo o período de 1835 a 2016, portanto do Império à República, realizado pela equipe do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Malce, sob a presidência do renomado pesquisador e historiador Osmar Diógenes, vem contemplar o Ceará com uma obra verdadeiramente singular, que se caracteriza por sua originalidade e contemporaneidade.

A historiografia dos presidentes, fonte de informação fundamental para a investigação do passado da nossa “Casa Legislativa”, seu processo evolutivo, por meio dos traços biográficos, por sua coetaneidade, também nos permite a compreensão do seu presente.

Assim, por sua amplitude e completude, considero esta publicação do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, mantido constitucionalmente pela Assembleia Legislativa, como a ‘obra-prima’ do Malce, cabendo reconhecer e agradecer, publicamente, o acurado e oportuno trabalho dessa figura exponencial da pesquisa histórica no Ceará, nosso querido amigo Osmar Diógenes, sempre se superando, nos surpreendendo e nos orgulhando mais e mais, a cada dia, com obras como esta, que certamente saciará a curiosidade de todos os que se interessam pelo estudo da política em nosso estado.

Roberto Cesar de Albuquerque Mendonça

Chefe de Gabinete da Presidência da
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

SEDES DO PODER LEGISLATIVO DO CEARÁ



1835 a 1856

Sede da Assembleia Provincial, localizada na Praça da Sé. O prédio já foi demolido. Essa imagem é o desenho de uma foto muito antiga, cujo estado de conservação não permite reprodução.



1856 a 1871

Antiga Intendência Municipal, localizada à rua Floriano Peixoto. Foi a segunda sede da Assembleia Legislativa.

O prédio foi demolido e em seu lugar foi construído o Abrigo Central. O local é hoje ocupado por instalações da Praça do Ferreira.



1871 a 1977

Palacete Senador José Martiniano de Alencar, localizado à rua São Paulo, onde funcionou também a Academia Cearense de Letras, e, hoje, é a sede do Museu do Ceará.



1977

Conjunto arquitetônico denominado Palácio Deputado Adauto Bezerra, atual sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, localizado à avenida Desembargador Moreira.

1829 – INSTALAÇÃO DO CONSELHO GERAL PROVINCIAL DO CEARÁ

Aroldo Mota

Do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

A Constituição do Império no capítulo V, art. 80, determinava: “O presidente da província assistirá a instalação do conselho geral, que se fará no primeiro dia de dezembro, e terá assento igual ao do presidente do conselho, e à sua direita; e aí dirigirá o presidente da província sua fala ao conselho, instruindo-o do estado dos negócios públicos, e das providências que a mesma província mais precisa para seu melhoramento”.

No dia 1º de dezembro de 1829 às 11h da manhã, na Praça da Sé, antigo Caio Prado, casa nº 34, em Fortaleza, foi instalado o Conselho Geral Provincial por convocação do presidente da província do Ceará, marechal de Campo Manuel Joaquim Pereira da Silva, com a presença dos seguintes conselheiros: tenente-coronel José Antônio Machado, escolhido Presidente; cônego Antônio de Castro e Silva; major João Facundo de Castro Menezes; pe. Antônio Francisco Sampaio; pe. Francisco Gomes Parente; cel. Vicente Alves da Fonseca; tenente-coronel José Agrela Jardim; capitão Joaquim Lopes de Abreu; tesoureiro do Erário Luís Antônio da Silva Viana; José de Castro e Silva, e José Joaquim da Silva Braga. Convocados, mas não compareceram: cel. João de Araújo Chaves, cel. José Ignácio Gomes Parente, tenente-coronel João Tibúrcio Pamplona, tenente-coronel Bernardino Lopes de Sena, capitão-mor Joaquim José Barbosa, capitão-mor José dos Santos Lessa, capitão-mor João Francisco Sampaio, pe. Joaquim de Paula Galvão, pe. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães e pe. João Nepomuceno de Brito.

À frente de uma guarda de cavalaria, compareceu o sr. presidente da província, que, recebido por três conselhei-

ros, foi introduzido na sala das sessões, tomando assento ao lado direito do presidente do Conselho.

O sr. presidente da província pronunciou sua fala ao Conselho do seguinte teor:

Senhores Conselheiros da Província.

Grande é a satisfação que me cabe vendo-me hoje no meio de vós para dar princípio ao mais solene ato provincial emanado da nossa Constituição e não pequeno é o meu prazer de poder anunciar-vos, Senhores, que a nossa Província se acha em sossego e todos os ramos da pública administração em andamento. É sim porém digno de lamentar-se que a conduta de alguns facciosos do Cariri toda suspeitosa de indisposição ao sistema jurado, as demasiadas arbitrariedades do Ouvidor da nova Câmara do Crato e a atitude um pouco insubordinada da Câmara do Jardim, tenham posto em perigo o equilíbrio político da Província e o sossego dos habitantes daquela Comarca. Atendendo a estas circunstâncias, o Governo, além das participações à S.M. o Imperador acerca do Ouvidor Mayer, julgou conveniente chamar à Capital o Cel. Pinto Madeira e fazer marcha para a Vila do Crato um destacamento de primeira Linha para ali conservar a ordem e desassustar os ânimos dos habitantes, que já começavam a emigrar.

A par destes esclarecimentos, Senhores, eu cuido dever levar à vossa consideração o estado deplorável em que acha o comércio da Província, a sensível deteriorização da sua agricultura e por conseguinte o desfalque das rendas públicas, a progressiva decadência individual de seus habitantes, tudo proveniente das perturbações políticas, peste e seca, que tiveram lugar nos anos pretéritos, parecendo-me um objeto digno das vossas primeiras deliberações a proposição de alguma vantagem ou privilégio qualquer a favor do arruinado comércio da Província e da sua deteriorizada agricultura, e nesta mormente em benefício de dois gêneros - açúcar e aguardente - que novamente começam a prosperar e que sendo coadjuvados com alguma franqueza de direitos poderão talvez, para o futuro, suprir o desfalque, que na riqueza da Província tem causado a baixa do algodão, que sendo outrora a fonte primária da prosperidade do Ceará, hoje não paga de certo o trabalho do lavrador.

Atendendo à esta última consideração, o Governo já supplicou à S.M.I. em ofício de 27 de abril deste ano a criação de uma fábrica de fiação e tecelagem nesta Província, o que poderá fazer outra vez rendosa a cultura do algodão, parecendo-me também digno da vossa contemplação uma proposta ao mesmo fim, bem como acerca de uma providência qualquer para o aumento da criação de gado lanigero e tratamento das suas lãs, o que certamente fazendo um novo ramo de exportação dará um grande aumento à riqueza da Província, que é muito própria para a criação destes gados.

Depois disto, Senhores, eu cuido que um Prelado Sagrado, com atribuições do de Goiás e de Mato Grosso, é um objeto desejado pelo Ceará e muito útil ao bem espiritual da sua grande população, e pelo conseguinte digno das vossas atenções; bem como a criação de um Seminário, à imitação do de Olinda, em que hajam ao menos as Cadeiras de Gramática Latina, Francesa, Retórica, Filosofia e Geometria, a fim de que a mocidade da Província possa sair do estado de ignorância em que se acha e habilitar-se mais comodamente com os preparatórios necessários para freqüentar depois o Curso Jurídico.

Não posso igualmente dispensar-me, Senhores, de levar à vossa consideração que a Lei chamada Diretório, ainda em prática nesta província, me parece incompatível com as luzes do tempo, contrária ao sistema constitucional e quase inconciliável com as leis das municipalidades e juizes de paz, e por conseguinte parece-me indispensável uma representação acerca da sua abolição; bem como para se erigirem prisões correccionais em todas as povoações, em que houverem juizes de paz nesta Província, visto que pela distância em que muitas delas ficam das vilas, em que há prisões, sucede se tornarem em grande parte nulas as atribuições policiais dos mesmos juizes de paz.

Eis, senhores, os pontos mais salientes e demais urgentes necessidades, que me parecem dever levar à vossa consideração, deixando a sabedoria de tão ilustrados Conselheiros o desenvolvimento necessário a amplitude destas matérias que apenas vão tocadas.

Resta-me apenas finalmente, Senhores, instruir-vos com grande satisfação de que as leis emanadas da vossa Assembleia Legislativa e sancionadas pelo nosso Magnânimo

Monarca, se acham todas em efetiva execução nesta Província, criadas as Câmaras Municipais em todas as vilas exceto na de Soure por falta de população; feito juizes em todas as capelas curadas, que a lei concede; extintos os Comandantes Gerais e Parciais de Polícia e por conseguinte em andamento regular a nossa Constituição.

Cumpre, pois, e é de esperar que a vossa sabedoria e perspicácia nos negócios peculiares da nossa Província, dentro dos limites marcados no capítulo V, título IV da Constituição, nos dêem novos motivos de gratidão para o Grande Imortal Pedro I, que tão magnificamente nos Tem Concedido os benéficos frutos do sistema representativo.

Está instalado o Conselho.

*Marechal de Campo Manuel Joaquim Pereira da Silva
Presidente da Província do Ceará*

Encerrada a sessão as autoridades e os homens dignos foram recebidos para um banquete na casa do cônego Antônio de Castro e Silva por volta das 4 horas da tarde.

Ao fim do banquete e depois dos brindes ao Imperador e ao presidente da província, por volta das 8 horas da noite, o maestro Félix Valoz de Areré, acompanhado de doze jovens ricamente vestidas e ao som de música, animou a sociedade presente até a meia-noite.

Destaque-se que o cel. Joaquim Pinto Madeira esteve presente ao banquete, embora, na companhia do pe. Antônio Manuel de Sousa, de Jardim, já cuidava de preparar a Revolução de 1831.

IMPÉRIO

(1835 – 1889)

01. JOAQUIM JOSÉ BARBOSA

*1785

†1847

Presidência: 1835–1837/1846–1847



Filho de Francisco Xavier Barbosa (riograndense do norte) e de Lourença Maria de Jesus Barbosa. Nasceu a 08.10.1785 em Aracati/CE, e faleceu a 30.10.1847, em Fortaleza/CE.

Comerciante, capitão-mor. Iniciou sua vida sacerdotal no Seminário de Olinda/PE, mas renunciou à atividade religiosa e retornou ao Ceará, estabelecendo-se no ramo comercial, em Sobral. Dali transferiu-se para Fortaleza, passando a atuar no cenário

político, desempenhando papel de toda saliência, ao lado de seu primo e genro major João Facundo de Castro Menezes.

Cavaleiro da Ordem de Cristo; juiz da alfândega de Fortaleza (lugar para o qual foi guindado pelo voto unânime do comércio); comandante geral do Batalhão de Voluntários do Príncipe Imperial; deputado da Assembleia Geral (eleito depois que foi jurada a Constituição na legislatura de 1825); vereador e conselheiro da província; deputado provincial, ocupando por vezes a cadeira da Presidência; vice-presidente da Província, em 1838, por decreto referenciado por Eusébio de Queiroz. Foi também Diretor Geral dos Índios, por decreto de 24 de janeiro de 1846. Joaquim José Barbosa ocupou importantes cargos públicos, tanto de eleição popular, como por nomeação do Governo.

02. JOÃO FACUNDO DE CASTRO MENEZES

(Major Facundo)

*1787

†1842

Presidência: 1838–1839



Filho do capitão-mor José de Castro e Silva (2º do nome) e de Joana Maria Bezerra. Nasceu a 12.07.1787, em Aracati/CE, e faleceu a 08.12.1842.

Militar. Governou a província, como vice-presidente, por quatro vezes, na última das quais assumiu o governo a 06 de abril de 1842, para entregá-lo a 09 de maio ao brigadeiro José Joaquim Coelho. Foi comandante do Batalhão dos Nobres; alferes do Regimen-

to de Milícias Montadas das margens do rio Jaguaribe (1822); comandante do Batalhão de Caçadores Voluntários Imperiais e Nacionais; sargento-mor, inspetor do algodão (em Fortaleza); inspetor da alfândega; cavaleiro da Ordem de Cristo; cavaleiro da Rosa Cruz; 1º vigilante da loja maçônica União e Beneficência, de Fortaleza.

Tornou-se um dos mais ferrenhos adversários na luta contra os republicanos, assim como contra Conrado de Niemeyer, ao lado do presidente Antônio da Silva Nunes Belfort, e também contra o presidente Manuel Felizardo. Por isto, foi preso e deportado para uma fortaleza no Rio de Janeiro, da qual saiu por mandado do governo imperial. Ali publicou, juntamente com outros companheiros de prisão, um manifesto-protesto e uma representação ao Imperador. Tomou parte,

posteriormente, no movimento político do qual resultou a abdicação de D. Pedro I.

Foi assassinado por questões políticas, em sua própria residência, segundo cronistas históricos, a mando da esposa do então presidente da província, brigadeiro José Joaquim Coelho, a futura Baronesa de Vitória, e de alguns elementos conservadores. Não satisfeito desse terrível crime, o Governo ainda arquitetou uma conspiração contra a família Castro, quando foi presa a viúva do major Facundo, d. Florência de Andrade Bezerra (antes já era viúva de Francisco José de Moraes) e mandada a júri (embora depois absolvida), além de perseguir vários parentes do falecido.

Seus restos mortais jazem na Igreja do Rosário, em Fortaleza (na parede lateral direita, assinalada com uma rica lousa de mármore trabalhada em Lisboa).

Segundo Barão de Studart, o major Facundo foi a influência política mais legítima e real que a província do Ceará já teve.

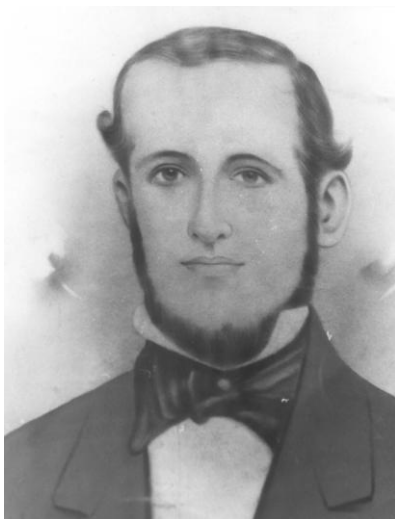
A Câmara Municipal de Fortaleza, por proposta do vereador José da Fonseca Barbosa, em sessão de 11.01.1879, deu o seu nome – Major Facundo – à antiga rua da Palma, primitivamente rua Nova d’El Rey.

03. MIGUEL FERNANDES VIEIRA

*1816

†1862

Presidência: 1840–1841/1844–1845



Filho de Francisco Fernandes Vieira e de Angélica Fernandes Vieira (Viscondes do Icó). Nasceu a 13.01.1816 em Saboeiro/CE, e faleceu a 09.04.1862, em Fortaleza/CE.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de Olinda/PE.

Em 1840, fundou, com Manuel José de Albuquerque e Ferreira, o grande órgão conservador *Pedro II*, que, com o advento da República passou a denominar-se *Brasil*. No Império, o jornal por ele fundado foi o mais antigo do Ceará, embora tenha circulado por pouco tempo.

Chefe do Partido Conservador, dirigindo-o depois da morte de Antônio Rodrigues Ferreira, o boticário Ferreira. Secretário de Governo, juiz de direito de Fortaleza, da comarca de São Cristóvão, no Rio de Janeiro/RJ e da comarca de Sobral/CE; chefe de polícia, foi o 1º efetivo do Ceará.

Deputado geral nas legislaturas 1843–1844, 1850–1852, 1853–1856, 1857–1860 e reeleito para a de 1861–1864, mas só tomou posse na 1ª sessão, pois foi nomeado Senador, por Carta Imperial. Ocupou a cadeira por pouco mais de dois meses, porque veio a falecer; comendador da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo.

Com sua morte, a direção do Partido Conservador passou a seu cunhado, Gonçalo Batista Vieira, Barão de Aquiraz.

A Câmara Municipal de Fortaleza, em sessão de 22.01.1881, deu o nome de Senador Fernandes Vieira à antiga Praça de Jacarecanga em sua homenagem. Corriam, a seu respeito, vários boatos, dentre os quais o de haver conseguido para o pai, o título nobiliárquico de Visconde (já era Barão o coronel Francisco Fernandes Vieira) por meio de presente régio de uma riquíssima carruagem oferecida à Casa Imperial, comprada com o dinheiro de 5.000 (cinco mil) bois que se encarregara de vender na feira de gados da cidade de Goiana, Pernambuco.

04. FRUTUOSO DIAS RIBEIRO

*1805

†data desconhecida

Presidência: 1843



Nasceu em Icó/CE a 13.10.1805. Filho de Frutuoso Dias Ribeiro e de Maria Tereza de Jesus (irmã dos padres Manuel Felipe Gonçalves e Joaquim José Coelho).

Padre. Ordenado no oratório do Palácio Episcopal de Olinda/PE, por dom Tomás de Noronha, em dezembro de 1828. Coadjutor da Paróquia de São Mateus (em abril de 1829, Jucás/CE); vigário de Riacho do

Sangue (1833, em Frade); de Quixeramobim (por provisão do Bispo de Pernambuco, dom João da Purificação Marques Perdigão, em 17 de março de 1834); de Maria Pereira (Mombaça), no ano de 1835; vigário colado da Paróquia de Santa Rita (no Rio Grande do Norte, por provisão de julho de 1837); de lá foi proposto para vigário da Igreja Matriz de São João do Príncipe – atual Tauá –, em julho de 1838.

05. TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE

*1821

†1908

Presidência: 1848–1849



Filho do coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente da Confederação da República do Equador, e de Ana Triste, como passou a ser chamada após a morte de seu esposo. Nasceu a 07.10.1821, em Icó/CE, e faleceu a 03.06.1908, no Rio de Janeiro/RJ.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de São Paulo, em 1845. Conselheiro, juiz municipal de For-

taleza, juiz de direito de Bragança, no Pará. Juiz especial do comércio, de Recife; desembargador da Corte e das Relações da Bahia e de São Paulo, das quais foi presidente. Ministro do Supremo Tribunal, ministro da Justiça e da Fazenda, no governo do general Deodoro.

Chefe de polícia no Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, conselheiro de Estado, presidente das províncias do Rio Grande do Sul e do Pará. Deputado provincial, em três legislaturas, oficial da Ordem da Rosa e membro de inúmeras associações culturais.

Sua obra literária, histórica e jurídica é vasta e valiosa, e algumas delas foram escritas sob o pseudônimo de *Philopoemen*. Além dos diversos discursos, suas obras mais importantes foram:

- ◆ História da Província do Ceará (desde os tempos primitivos até 1850);
- ◆ A Questão Religiosa (1873);
- ◆ Como cumprir escrever a história pátria (1876);
- ◆ Patriarcas da Independência (1876);
- ◆ Consolidação do Processo Criminal do Império do Brasil (1876);
- ◆ Primeiras linhas sobre o processo orfanológico (1879);
- ◆ Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais (1880);
- ◆ Visconde do Rio Branco na Maçonaria (1880);
- ◆ Guerra Civil no Rio Grande do Sul (1881);
- ◆ Notícias sobre a Maioridade (1882);
- ◆ 25 de março. O Ceará no Rio de Janeiro (1884);
- ◆ Classificação das leis do processo criminal e civil (1884);
- ◆ Código Civil Brasileiro (1885);
- ◆ Neologia e Neografia Geográfica do Brasil (1885);
- ◆ Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão (1885);
- ◆ Independência do Maranhão (1885);
- ◆ Movimento Colonial da América (1893);
- ◆ Primeiro navio francês no Brasil (1895);
- ◆ Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil (1896);
- ◆ Primazias do Ceará (1903).

Traduções:

- ◆ Ataque e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711, sob o comando de Duguay, Trouin;
- ◆ Vida do Padre Estanislau de Campos;
- ◆ História de uma viagem à terra do Brasil, por João de Leri;
- ◆ Relação verídica e sucinta dos usos e costumes dos Tupinambás, por Hans Staden;
- ◆ Comentários de Álvaro Nunes Cabeça de Vacca, por Pedro Fernandes; e
- ◆ História do Ceará – 2ª Parte (inédita).

Dois fatos importantes, no entanto, merecem sério reparo e positivam certa versatilidade:

a) Como Ministro da Justiça, referendou o decreto dissolvendo a Constituinte da República, pelo golpe de Estado de Deodoro. Seu pai usou as armas e morreu lutando, contrapondo-se à dissolução da Constituinte do Império por D. Pedro I.

b) Em 1889, expediu uma circular na qual fazia adesão ao regime republicano, atacando as instituições monárquicas, a que serviu sem repugnância e antes com maneira cortês. Recebendo esse documento, João Brígido dirigiu-lhe uma carta aberta, no jornal *Libertador*, que é uma verdadeira acusação, dizendo, entre outras coisas, o que segue:

“Por quase 30 anos tenho estado no Instituto Histórico Brasileiro, do qual V. Ex^a tem sido um dos ornamentos, habituando-me a considerá-lo monarquista até à lisonja, e de tal modo convicto, que negou em seus escritos a existência de um movimento republicano nessa revolta de 1824; isto para eliminar da memória de seu pai a mácula de ter atentado contra o trono! Peço a V. Ex^a passe em revista quanto escreveu, para ver que não estou em erro quando afirmo que V. Ex^a deserta para a causa vencedora, incapaz, na hora suprema, da grande resolução de, ao menos, retirar-se da cena política, tomando para sua divisa a «causa vixit diis placuit sed victa Catoni». Isso de cristão novo e cristão velho, prostrados ambos diante da mesma cruz, não gera a confiança, condição aliás indispensável da fundação da verdade”.

06. DOMINGOS JOSÉ NOGUEIRA JAGUARIBE

(Visconde de Jaguaribe)

*1820

†1890

Presidência: 1850–1851



Filho do capitão João Nogueira dos Santos e de Joana Maria da Conceição. Nasceu em Aracati/ CE a 14.09.1820, e faleceu a 05.06.1890, de repente, no Rio de Janeiro/RJ.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de Olinda/PE, em 1845. Promotor de Sobral e de Fortaleza, juiz de direito dos Inhamuns, do Crato e de Sobral. Aposentou-se a fim de se desincompatibilizar às eleições de deputados gerais, reingressando, porém, na magistratura em 1872, como juiz dos Feitos da Corte. Desembargador da Relação de Pernambuco, removido para o Rio de Janeiro.

Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial do Ceará, por título de 12 de dezembro de 1850. Substituto da cadeira de Retórica, por concurso nomeado a 15 de março de 1848, tornando-se dela catedrático por decreto de 03 de agosto de 1861. Diretor do Liceu do Ceará, em 1859. Membro nato do Conselho Diretor da Instrução Pública; chefe de polícia em 1851, 1852 e 1855.

Jornalista, redator do jornal *Pedro II* e fundador do periódico *Constituição*, em 1862, escrevendo para diversos órgãos da imprensa do Estado e da Corte. Orador consagra-

do, deixou vários discursos pronunciados na tribuna da Câmara e do Senado. Presidente da Comissão Central Cearense, de assistência durante a seca. Foi o primeiro acadêmico a tomar assento na Assembleia Legislativa, em 1842, quando ainda cursava o 2º ano de Direito.

Politicamente, alcançou todas as posições que podia constituir a aspiração de um homem no Império. Deputado provincial e presidente da Assembleia, deputado geral nas legislaturas de 1853–1856, 1857–1860, 1861–1864, 1864–1866 e 1867, quando concorreu também à lista sêxtupla para o Senado, e escolhido senador. Ministro interino da Guerra, no célebre Ministério de 07 de março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco. Em 1888, foi agraciado, com o título de Visconde de Jaguaribe.

Relata-se um episódio interessante que se deu, quando era juiz de direito da comarca dos Inhamuns. Na véspera de dar uma sentença em ruidosa questão de terras, recebeu, à noite, a visita de certo indivíduo conhecido por suas constantes tropelias. Depois de algum tempo de conversa desinteressante, a visita pediu água, e o próprio juiz foi buscar. Ao virar-se, porém, sentiu que o homem lhe tocava as costas, e voltando, ligeiro, viu que com uma fita métrica, ele lhe tomava a altura, e então, perguntou-lhe, de maneira surpresa:

- *O que o senhor está fazendo?*

E o ‘cabra’ lhe contestou:

- *Nada não, “seu doutô”. Eu “tô” só tirando a medida do seu caixão...*

Escusado é dizer que o Visconde de Jaguaribe deu a sentença contrária à parte que lhe enviara a ‘visita’, mas tratou, o quanto antes, de deixar a comarca, onde, naquele tempo, a lei mais alta era a do bacamarte. Foi, com certeza, um cearense que soube muito honrar sua terra.

07. MANUEL TEÓFILO GASPAR DE OLIVEIRA

*1816

†1859

Presidência: 1852



Filho do comerciante português Manuel José Teófilo e de Isabel Samico Teófilo. Nasceu a 17.03.1816, em Fortaleza/CE, e faleceu a 15.08.1859, em Baturité/CE.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de Olinda/PE, em 1837.

Foi Diretor dos Índios, professor da cadeira de retórica, criada pela Resolução Geral de 25 de junho de 1831. Diretor do Liceu do Ceará, por nomeação de 26 de abril de 1849 e do Censo da Província, por decreto imperial de 02 de setembro de 1841.

Juiz municipal de Sobral por decreto de 22 de junho de 1843 e juiz de direito de Baturité por decreto de 04 de julho de 1854, removido para a comarca de Cabo/PE, quando veio a falecer.

Vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, de 28.02.1843 a 07.01.1845. Administrador municipal de 07.01.1849 a 21.06.1850. Deputado Geral à 9ª legislatura, de 1853 a 1856. Foi nomeado Advogado da Câmara, por provisão de 07.07.1845, em substituição ao dr. Joaquim Saldanha Marinho.

Dos catorze filhos que teve de seu casamento com Pulquéria Isabel Teófilo, Manuel Teófilo, coronel da Guarda Nacional, foi o último presidente da Câmara municipal de Fortaleza, no regime monárquico, ficando, porém, em exercício até 30.12.1889.

08. JOSÉ PIO MACHADO

*1808

†1854

Presidência: 1853–1854



Filho do comendador José Antônio Machado e de Antônia Moreira Machado. Nasceu a 05.05.1808, em Fortaleza/CE, e faleceu em 25.05.1854, na mesma cidade, de forma repentina.

Militar. Fez o curso de belas artes e comércio em Lisboa, em 1822. Vice-cônsul da Rússia, em Fortaleza, nomeado em 26 de setembro de 1837. Contratador da construção

da alfândega da Prainha. Vereador, o mais votado, foi presidente interino da Câmara nos períodos de 04.09.1833 a 07.01.1834; de 24.04 a 16.05.1834; de 29.07 a 20.08.1845; e de 15.01.1846 a 07.01.1848.

Coronel comandante superior da Guarda Nacional de Fortaleza, de 03.11.1841 a 25.01.1844, nomeado por Decreto Imperial. Tenente-coronel comandante do 1º Batalhão por Patente Imperial de 19.08.1853. Inspetor da Tesouraria provincial, por provisão de 27 de setembro de 1848. Conselheiro da província, de 1833 a 1834 e juiz de paz de Fortaleza, eleito a 10.01.1843.

O historiador Raimundo Girão ressaltou seu desempenho de maior importância na política da província, como um dos chefes influentes do Partido Conservador, cognominado 'partido caranguejo'. O escritor Cruz Abreu, ratificando o histo-

riador Raimundo Girão, destacou que o seu nome era um dos mais notáveis da província.

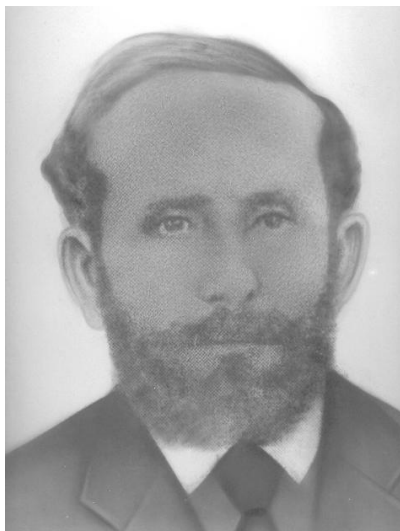
Homem rico, a família pouco logrou dessa vantagem. Após seu falecimento, soube-se o quanto sacrificou o seu patrimônio em prol das necessidades alheias. O seu sepultamento foi bastante concorrido, sendo o féretro acompanhado por verdadeira multidão.

09. PEDRO PEREIRA DA SILVA GUIMARÃES

*1814

†1876

Presidência: 1855



Filho de João Pereira da Silva Guimarães e de Ana Rodrigues Pereira. Nasceu a 29.06.1814, em Aracati/CE, e faleceu a 13.04.1876, em Fortaleza/CE.

Bacharel em Direito. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de Olinda/PE, em 1837.

Promotor público de Fortaleza, nomeado por decreto de 11 de abril de 1839. Deputado geral nas legislaturas de 1850–1852 e 1853–1854. Professor catedrático

de geometria do Liceu do Ceará, nomeado por ato de 09.12.1852. Jornalista, juiz municipal e membro efetivo do Conselho Diretor de Instrução Pública da Província do Ceará em 26.02.1855.

Notabilizou-se por haver sido o primeiro deputado que apresentou, entre 1850 e 1852, projetos instituindo no Brasil a liberdade do ventre livre e a emancipação dos escravos. Antecipou-se, em 20 anos, à Lei Rio Branco, e em 38 anos à Lei Áurea de 13.05.1888. Tais projetos suscitaram a ira dos escravocratas de São Paulo e do Rio de Janeiro, resultando numa conspiração contra o grande cearense que não mais voltou à Câmara.

Ardoroso tribuno e senhor de fina ironia. A não ser João Brígido, nenhum outro jornalista cearense o ultrapassou na jocosidade, no humorismo e na elegância da pena. Foi

quem mais aplicou apelidos aos outros, usando sempre o bom senso e grande propriedade. Feria satiricamente e, se ferido, chegava a ser agressivo, como se pôde constatar nas coleções de jornais para os quais escreveu.

Nomeado juiz municipal e de órfãos, em 1843. E por perseguição política do presidente Inácio Correia de Vasconcelos, foi transferido para os termos de Vigia e Cintra, no Pará, por decreto de 14 de outubro de 1845. Então, Pedro Pereira rebelou-se contra o ato imperial e enviou um ofício considerado “descomedido e desrespeitoso” pelo Ministro da Justiça o qual, em nome do Imperador, mandou puni-lo.

Publicou *Cartas de Braz Pitorra, Alforges* e muitos folhetins jocosos. Foi redator do periódico *O Periquito*, em 1846, no qual combateu e ridicularizou a Administração Vasconcelos, além do *16 de dezembro*. Fundou o jornal *O Popular*. De 1841 a 1855, escreveu para o *Pedro II*.

Ademais de seus inúmeros trabalhos de imprensa, ressaltam-se os seguintes:

- ◆ Vademeco dos Poetas (coleção de sonetos jocosos, esquisitos, curiosos e burlescos, extraídos de vários autores – Pernambuco, 1835);
- ◆ Sortilégio Pueril;
- ◆ Cartilha de meus filhos;
- ◆ Passatempo divertido;
- ◆ O nome Pedro (dedicado ao Imperador e de que se ocupou Antônio Feliciano de Castilho no seu *Almanaque Geral*);
- ◆ Revista do Instituto do Ceará (1906) – traz a série dos seus discursos no Parlamento sobre a liberdade dos escravos, com uma introdução feita pelo Barão de Vasconcelos;
- ◆ Estudo biográfico sobre Pedro Pereira (devido à pena do dr. Álvaro de Alencar);
- ◆ Sol (escrito em 1856 – a mais exuberante manifestação de seu gênio crítico e polemista).

Por decreto de 1932, a Prefeitura de Fortaleza deu o seu nome à antiga rua de São Bernardo, aberta em 1859, e houve tempo em que se cogitou erguer um monumento a tão notável cearense.

10. MANUEL FRANCO FERNANDES VIEIRA

*1821

†1880

Presidência: 1856–1857



Neto de Francisco Fernandes Vieira e de Angélica Fernandes Vieira (Viscondes do Icó). Nasceu em a 18.09.1821, em Maranguape/CE, e faleceu em Fortaleza/CE, a 16.12.1880.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife/PE, em 1844.

Promotor público de Quixeramobim/CE, juiz municipal de Ipu e Sobral, inspetor da Tesouraria da Província, por falecimento do

coronel José Pio Machado. Demitido do emprego por seus posicionamentos na imprensa, foi reintegrado com a ascensão do Partido Conservador ao poder, em 1868. Juiz de direito de Cabrobó/PE, e removido no mesmo posto para a comarca de Viçosa/CE, e posteriormente para Sobral/CE. Vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, em Fortaleza e redator do jornal *Pedro II*.

11. JUSTINO DOMINGUES DA SILVA

*1823

†1907

Presidência: 1858–1861



Filho do comerciante português Joaquim Domingues da Silva e de Florência Maria de Jesus. Nasceu a 28.01.1823, em Sobral/CE, e faleceu a 08.07.1907, em Fortaleza/CE.

Padre. Ordenado na Diocese do Maranhão, em 1846. Bacharel em Direito, formado pela Academia de Direito de Olin-da/PE, em 1849, curso interrompido anteriormente, por haver o mesmo aceito a proposta de seu

pai, para abraçar a carreira eclesiástica. Deputado provincial, exercendo mandato até 1862, quando se propôs sua candidatura a deputado geral ao pleito de 1868, logrando eleição, contando com o apoio de Diogo Velho, então presidente do Ceará.

Bibliotecário nomeado na administração Freitas Henriques. Professor de francês do Liceu do Ceará, nomeado a 27 de janeiro de 1873, e aposentado a 05 de outubro de 1898. Diretor interino da Instrução Pública, por nomeação do presidente Oliveira Maciel e Fiscal Federal, da Faculdade Livre de Direito do Ceará, em cujo cargo veio a falecer.

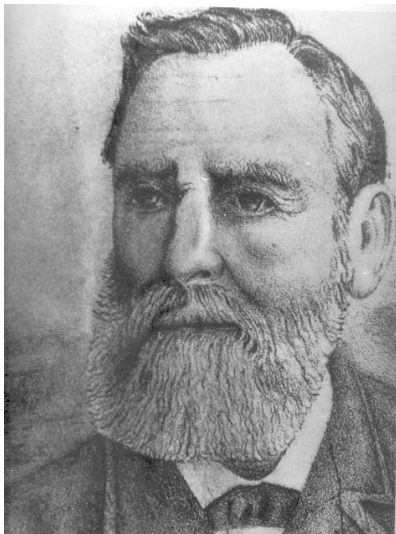
O padre Justino Domingues era profundo conhecedor do direito civil e canônico, além de versado em literatura clássica. Espírito alegre, expansivo e altamente pilhérico, gostava de dedilhar o violão, seu passatempo predileto, sendo por isso apelidado de “padre violão”.

12. GONÇALO BATISTA VIEIRA (Barão de Aquiraz)

*1819

†1896

Presidência: 1862 e 1870–1871



Filho do capitão-mor Gonçalo Batista Vieira. Nasceu a 17.05.1819, em Juçás/CE, e faleceu a 10.03.1896, em Fortaleza/CE, no seu palacete, na Praça do Ferreira, que também foi sede da empresa Luiz Severiano Ribeiro e hoje, cine teatro São Luiz.

Bacharel em Direito. Formado pela Faculdade de Direito do Recife/PE, em 1843.

Em janeiro de 1851, foi nomeado promotor do Crato/CE, mas não chegou a exercer o cargo, por se lhe afigurarem mais necessários os seus serviços na política e na administração.

Chefe do Partido Conservador, foi nomeado 1º vice-presidente da província, assumindo o Governo a 31 de julho de 1838, passando-o a 27 de agosto ao presidente Diogo Velho. Foi, ainda, 1º, 3º e 4º vice-presidente da província; deputado geral; vice-presidente da Câmara, e por ocasião da cisão do Partido, em 1871, motivado pela Lei do Ventre Livre, passou para o grupo resistente, conhecido como 'conservadores miúdos', sob a direção do conselheiro Paulino de Souza, e outros.

Agraciado em 1871 com o título nobiliárquico de Barão de Aquiraz. Membro do Conselho Diretor da Instrução Pública, em 02.01.1873; e cavaleiro da Ordem da Rosa.

Em 1880, foi sufragado para uma cadeira no Senado vitalício, mas com o advento da República, regime que jamais aceitou nem reconheceu, reuniu seus amigos, fez a fusão com o grupo do dr. Nogueira Acioli, e passou a chefia ao dr. Ildefonso Correia Lima, recolhendo-se, desde então, à vida privada.

Ao completar 64 anos, reuniu a família no sítio Santana, no Alagadiço, em 17.05.1883, e deu carta de liberdade a todos os seus escravos, em número de 29, no que foi imitado pelos parentes, que chegaram a libertar 24 escravos.

Tornou-se um dos maiores acionistas da estrada de ferro de Baturité/CE, e de várias empresas comerciais e industriais do Ceará. Deixou uma fortuna avaliada, naquela época, em mais de “um milhão de cruzeiros”.

Está escrito no jornal *A República*, de 11 de março de 1896, o que segue:

“Não era Batista Vieira um homem de ilustração: era, porém, de grande ponderação o que importava sabedoria entre os antigos, traduzindo prudência, tolerância e piedade para derramar benefícios e atrair bênçãos”.

13. FRANCISCO XAVIER NOGUEIRA

*1825

†1898

Presidência: 1863 e 1872–1877



Filho de Francisco Xavier Nogueira e de Maria das Graças Nogueira. Nasceu a 25.03.1825, em Fortaleza/CE. Faleceu em Santana do Acaraú/CE, a 20.07.1898.

Bisneto do governador José Vitoriano Borges da Fonseca, um dos mais ilustres homens da época, que administrou o Ceará por mais de 16 anos, e autor da famosa *Nobiliarquia Pernambucana*. Mais dois irmãos dos seus tiveram as-

sento na Assembleia: o desembargador Paulino Nogueira e o major dr. Manuel Nogueira Borges.

Padre. Ordenado pelo Seminário de Olinda/PE, em 1847. Vigário de Icó, nomeado em 04.11.1849. Vigário colado de Santana do Acaraú, até 20.07.1851. Vereador eleito para a Câmara Municipal de Fortaleza, em 1851.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, por serviços relevantes prestados à causa pública e à religião, em 26.07.1871.

Cidadão dotado de elevada cultura. Fez brilhante papel na Assembleia, da qual foi presidente em várias legislaturas, demonstração de prestígio realmente sólido; talvez, um dos maiores de seu tempo.

14. HIPÓLITO CASSIANO PAMPLONA

*1819

†1895

Presidência: 1864–1865



Filho do tenente-coronel José Pamplona e de Angélica Rosa Pamplona, pernambucana, de descendência espanhola e portuguesa. Nasceu a 02.03.1819, em Aracati/CE, e faleceu em Fortaleza/CE, a 10.05.1895.

Magistrado. Formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de Olinda, em 1842. Desembargador; promotor público de Aracati, nomeado em 1845.

Juiz municipal de diversas comarcas, dentre as quais Ipu e Sobral. Juiz de direito de São Borja/RS, Imperatriz/MA, Sousa/PB e Aquiraz/CE; desembargador da Relação de Ouro Preto/MG, em 1881. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, nomeado, não chegou a tomar posse. Chefe de polícia do Ceará, a convite do presidente Leão Veloso.

Cavaleiro da Ordem da Rosa, agraciado pelo Governo Imperial, declinou da honra, em virtude de suas inclinações políticas republicanas. Jornalista, fundou, com o conselheiro Liberato Barroso, o jornal *Aracaty*, em 1859.

Como deputado, sustentou memoráveis campanhas liberais, unido a Tristão Araripe, padre Verdeixa e Canuto Lobo, sendo o primeiro a romper com o governo do conselheiro Fausto de Aguiar, que moveu contra ele toda sorte de perseguições.

Procurador da Coroa, interino, nomeado a 12.09.1885 e, em 17.12.1889, presidente da Relação, assumindo o exercício do cargo a 07.01.1890. Pediu aposentadoria em 29.08.1890, deixando o exercício a 22 de setembro. Faleceu cinco anos depois, aos 76 de idade.

Esteve na iminência de ser assassinado em Aracati/CE, por ocasião de uma passeata, na qual foi ferido à faca, escapando ileso.

15. FRANCISCO CORREIA DE CARVALHO E SILVA

*1814

†1881

Presidência: 1866



Primo coirmão do padre Lourenço Correia de Sá. Nasceu em Aracati/CE, no dia 10.01.1814, e faleceu em 13.06.1881, em Ipu/CE.

Padre. Ordenado pelo Seminário de Olinda/PE, em 1841. Vigário colado da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, nomeado em 10.07.1842. Tomou posse em 11.01.1843, permanecendo como vigário da Paróquia durante 40 anos. Na iminência de ruir a igreja, transferiu-se para o Ipu levando, consi-

go, por ordem superior, as alfaias e pertences da igreja para aquela capela.

Inspetor da Aula de Instrução Pública da então vila de Ipu, através de portaria de 30.10.1845. Cavaleiro da Ordem de Cristo, agraciado pelo Governo Imperial.

Político militante e decidido, ocupava constantemente a tribuna da Assembleia. As suas falas cercavam-se de vigor e veemência, quase sempre chegando às raias da agressão verbal, como se depreende das notas contidas nos Anais da Casa.

Com sua morte, o padre João José de Castro foi indicado para vigário da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos.

16. ANTONINO PEREIRA DE ALENCAR

*1814

†1889

Presidência: 1867–1868



Filho de Antônio Leão da França e de Inácia Pereira de Alencar. Era primo legítimo do padre senador José Martiniano de Alencar. Nasceu no ano de 1814, em Exu/PE, e faleceu a 11.03.1889, em Fortaleza/CE.

Padre. Ordenou-se pelo Seminário do Maranhão, em 1845. Foi o 1º presidente da União do Clero, nomeado em 1884; cavaleiro da Ordem de

Cristo, deputado por diversas legislaturas, professor catedrático de latim do Liceu do Ceará, através de concurso realizado em 1848. Membro substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública e efetivado a 04.01.1859. Membro da Comissão Emancipadora da Província; vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, e prefeito interino. Juiz de paz e membro da Comissão de Socorros na seca de 1877.

Esteve envolvido, juntamente com a família Alencar, no movimento de rebelião do Exu, denunciado pelo presidente José Joaquim Coelho, e não menos agitada foi a sua vida sacerdotal. Teve relativa influência na vida política cearense, no magistério e na administração.

O padre Antonino Pereira de Alencar tinha a vista esquerda defeituosa, recebendo, por esta razão, o apelido de “carapuça”, o que servia de motejo por parte de seus adversários, quer da tribuna da Assembleia, quer da imprensa.

17. ANTÔNIO JOAQUIM RODRIGUES JÚNIOR

*1837

†1904

Presidência: 1869



Filho de Antônio Joaquim Rodrigues e de Ana de Albuquerque Rodrigues. Nasceu a 12.03.1837, em Sobral/CE, e faleceu a 14.05.1904, em Fortaleza/CE. Do matrimônio com Maria Luíza de Paula Rodrigues, filha do ex-Senador Francisco de Paula Pessoa, teve vários filhos, entre os quais, o dr. Tomás de Paula Rodrigues, senador federal.

Advogado. Formado pela Academia de Direito de Olinda/PE, em 1857.

Quando regressou à terra natal, dedicou-se à atividade política, tornando-se o chefe do Partido Liberal, da facção Paula, gozando do mais vasto prestígio na província e fora dela.

Eleito deputado geral, representando o Ceará na Câmara Baixa do Parlamento, nas legislaturas de 1864–1866; 1878–1881; 1881–1884; 1885; e 1886–1888. Deputado provincial nas legislaturas de 1850–1852 e 1853–1854. Jornalista, juiz municipal, 1º vice-presidente da província, nomeado por Carta Imperial de fevereiro de 1868, e exonerado por decreto de julho do mesmo ano, com a subida dos conservadores ao poder.

Como 1º vice-presidente, assumiu o Governo do Estado a 15 de abril, em substituição ao presidente Pedro Leão Veloso. Terceiro vice-presidente nomeado por Carta Imperial em maio de 1878, em substituição ao dr. Paulino Nogueira.

Ministro de Guerra, nomeado em 1883, sob a Presidência do conselheiro Lafayett Rodrigues Pereira, posteriormente substituído pelo conselheiro Afonso Pena, futuro Presidente da República.

Cidadão de rara têmpera e feitio moral, jornalista primoroso, redatoriou *O Cearense*, órgão liberal e um dos melhores jornais da época. Brilhou na tribuna parlamentar, deixando publicados em folhetos importantes discursos.

A República o encontrou em seu posto de honra, sem aderir ao novo regime, o que lhe valeu sérios dissabores que chegaram ao ponto de, por suspeita de monarquismo, ser preso num vaso de guerra, juntamente com vários amigos.

Sua austeridade, seu caráter e sua integridade moral foram reconhecidos por todos, sendo fielmente traduzidos numa placa colocada no pedestal do seu monumento, ereto no Cemitério São João Batista de Fortaleza/CE, com os seguintes dizeres:

Vitam impendere vero (consagrar a vida à verdade).

18. JOSÉ POMPEU DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE

*1839

†1891

Presidência: 1878–1880



Filho de José Cavalcante e de Joana Maria Cavalcante. Nasceu a 10.04.1839, em Fortaleza/CE, e faleceu a 14.07.1891, no Rio de Janeiro/RJ.

Engenheiro militar. Formado pela Escola de Guerra do Rio de Janeiro, em 1865. Deixou o Exército, no posto de capitão, no Piauí, e regressou ao Ceará, ingressando na política, e eleito vereador à Câmara

Municipal de Fortaleza, dirigiu interinamente os destinos da cidade, de 10.01 a 20.06.1881.

Eleito deputado geral por três vezes, nas legislaturas de 1881–1884; 1885; e 1886–1889, esta última quando já residia no Rio de Janeiro. Engenheiro e diretor das Obras Públicas, em Fortaleza/CE. Membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Província, nomeado em 1865. Em 1885, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu os cargos de fiscal da empresa de viação central e intendente da Câmara Municipal.

Deixou valiosos trabalhos publicados:

- ◆ Retrospecto – projetos de melhoramento do Porto de Fortaleza (1878);
- ◆ Ceará em 1887;

- ◆ Corografia da Província do Ceará (1888);
- ◆ Apontamentos sobre a Construção de Açudes;
- ◆ As Lavras da Mangabeira «as Minas do Ceará» (inédito); e
- ◆ Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará (inédito).

19. HELVÉCIO DA SILVA MONTE

*1840

†1941

Presidência: 1881



Filho de João José do Monte e de Rosa da Silva Travasso. Nasceu a 28.11.1840, em Penedo/AL, e faleceu a 08.02.1941, no Rio de Janeiro, com a respeitável idade de 100 anos.

Médico. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1864. Após a formatura exerceu clínica na cidade de Sobral. Eleito representante do Ceará na Câmara Federal, legislatura de 1894–1896, e reeleito para a seguinte (1897–

1899). Médico da estrada de ferro de Sobral/CE no período de sua construção, fez parte da campanha contra a febre amarela, dirigida pelo benemérito Osvaldo Cruz.

A partir de 1902, exerceu o cargo de médico da Saúde Pública do Distrito Federal, por dez anos. Durante a seca de 1877 a 1879, abrigou 587 crianças abandonadas, tendo-as amparado durante esse período tétrico da história do Ceará. Sua missão de professor catedrático de ciências naturais do Liceu do Ceará foi nobilíssima, sendo o último professor a ser nomeado para o estabelecimento de ensino, no regime monárquico, designado em 1889.

Vice-presidente da Assembleia em 1878 e sócio correspondente do Instituto do Ceará, desde 1920.

Filiado ao Partido Liberal, sob a chefia do senador Pompeu, e, mais tarde, sob a presidência do dr. José Júlio de

Albuquerque Barros. Recebeu, merecidamente, o título de Barão de Sobral; deputado provincial, transferiu sua residência de Sobral para Fortaleza. Já no regime republicano, sob a presidência do general Bezerril Fontenele, foi indicado para representar o Ceará na Câmara Federal, tendo sido eleito para a legislatura de 1894–1896 e reeleito para a seguinte, 1897–1899.

Em 1838, com a morte de sua esposa, companheira desvelada de sua existência, declarou haver perdido o sentido de viver, mas, de sua residência, acompanhava todos os problemas da vida brasileira.

20. JOSÉ ANTÔNIO DA JUSTA

*1831

†1886

Presidência: 1882



Engenheiro agrônomo. Formado pela Escola de Grignon, na França. Nasceu no ano de 1831, em Pacatuba/CE, ali falecendo a 21.04.1886.

Na carreira militar chegou a alferes-aluno da Escola de Guerra da Corte, mas abandonou o curso no 3º ano. Seguiu para a Europa, e formou-se em agronomia, pela Escola de Grignon, na França. Regressando ao Brasil, foi diretor do Instituto Agronômico da Bahia.

Eleito Vereador e presidente da Câmara Municipal de Pacatuba/CE; primeiro agrônomo a ter assento na Assembleia, sempre voltado ao desenvolvimento da lavoura, na serra de Aratanha/CE.

21. JOÃO ANTÔNIO DO NASCIMENTO E SÁ

*1839

†1884

Presidência: 1883



Filho de Antônio José Pereira de Sá e de Antônia Nunes da Silveira, irmã do padre João do Nascimento e Sá. Nasceu a 26.09.1839, em Sousa/PB, e faleceu a 21.08.1884, no município de Mombaça/CE.

Padre, ordenado em Fortaleza, a 20.09.1862. Mestre de Cerimônia na Sé de Fortaleza, em maio de 1864. Coadjutor de Boa Viagem, exonerado a pedido, em 1866. Pároco encomendado da Paróquia de Maria

Pereira, Mombaça, em 1867. Coadjutor da mesma paróquia em 1868. Inspetor literário de Pedra Branca, nomeado por portaria, em 1870.

22. ANTERO JOSÉ DE LIMA

*1845

†1924

Presidência: 1884–1885



Filho de Gabriel José Pequeno Ibiapina e de Antônia Cândida de Lima. Nasceu em dezembro de 1845, em Arneiroz/CE, e faleceu a 11.10.1924, em Manaus/AM.

Padre. Fez o curso teológico no Seminário de Fortaleza e ordenou-se em 06.12.1868, recebendo as ordens conferidas pelo 1º Bispo do Ceará, dom Luiz Antônio dos Santos. Vigário de Imperatriz-Itapipoca, por 31 anos e ofereceu reais

benefícios àquela terra, e honrado com o título de Monsenhor, pela Santa Sé, em 1896.

Inspetor literário e escolar; 3º vice-presidente da província do Ceará, em 1889, e último titular desse cargo, dois dias antes da proclamação da República.

Senador estadual, chefe político de Itapipoca, foi o senador mais votado para o 1º Congresso Constituinte, em 1891, cabendo-lhe a presidência daquela Casa do Parlamento estadual. Coadjutor de Arneiroz/CE, em cujo exercício esteve de 20.12.1868 a 02.01.1869; coadjutor de Fortaleza, substituindo o cônego Nogueira de Braveza, de 21.03 a 30.09.1870.

Autor de dois trabalhos de grande valor informativo:

- ◆ Histórico da Igreja Matriz da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, Vila de Itapipoca (Fortaleza, 1893); e
- ◆ Parochiato de Monsenhor Antero José de Lima na Freguesia de Nossa Senhora das Mercês da Imperatriz e Vila de Itapipoca (Fortaleza, 1901).

O padre Antero José de Lima, constitui-se uma das glórias do sacerdócio católico. Foi, por duas vezes, vice-governador do Bispado. Pleiteou e obteve a criação das paróquias de São Bento da Amontada e de Arraial, ambas desmembradas de Itapipoca/CE. Vigário de Nossa Senhora dos Remédios, em Manaus/AM, teve carta de Escardinação a 23.05.1901; e vigário geral, servindo com três Bispos: dom Frederico, dom Joffily e dom José Lourenço, este último, cearense.

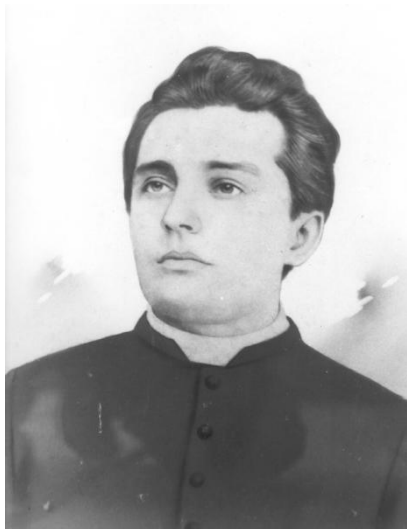
Seus serviços prestados à religião não foram esquecidos, pois o bispo d. Joaquim José Vieira, o distinguiu com a nomeação de Examinador Sinodal. Em sua honra, foi publicada uma Polianteia em cinco idiomas, e foi-lhe dado o nome ao grupo escolar de Uruburetama, no Ceará.

23. JOSÉ TEIXEIRA DA GRAÇA

*1853

†1894

Presidência: 1886



Filho do coronel Antônio Pereira da Graça e de Henriqueta Carolina da Graça. Nasceu a 14.10.1853, em Aracati/CE, e faleceu a 24.07.1894, em Fortaleza/CE.

Padre. Ordenado pelo Seminário de Fortaleza, em 1876. Vigário de Parangaba, prestou inestimáveis serviços durante a seca de 1877–1879. Vigário da Capela de Passagem das Pedras, em Itaiçaba/CE, de onde veio para o Curado da

Catedral de Fortaleza, conquistando verdadeira admiração do povo. Presidente da União do Clero.

O Papa Leão XIII premiou-lhe o mérito, nomeando-o seu Camareiro Secreto, com as honras de Monsenhor. Consultado se aceitava a mitra do Pará, recusou-a “com a máxima modéstia”.

Seu enterro, no Cemitério São João Batista, em Fortaleza, foi acompanhado por mais de 5.000 pessoas, fato até então só registrado quando do falecimento do presidente Caio Prado, em 1889.

Em sua homenagem, o jornal *A Verdade* dedicou uma edição especial, nela colaborando, dentre outros, Guilherme Studart (Barão de Studart), Paulino Nogueira, Ferreira do Vale, José Carlos Ribeiro, Álvaro de Alencar e Antonio Augusto de Vasconcelos Gonçalves Souto.

A seu respeito, assim se expressou o Barão de Studart:

“Ele foi o Padre segundo o Evangelho e viram-no todos sempre nos caminhos do bem; eis por que lhe deram todos a lágrima pura da saudade e lhe encheram a “campa” com as olorosas flores da gratidão e do amor quando o Senhor o chamou à eterna Sião, cujas grandezas ele cantou tanta vez em seus arroubos de crente”.

24. JOÃO PAULINO DE BARROS LEAL

*1840

†1914

Presidência: 1887



Nasceu em Quixeramobim/CE, a 22.06.1840, e faleceu em abril de 1914, na mesma cidade.

Militar. Tenente-coronel; comandante do Batalhão nº 14 da Guarda Nacional de Quixeramobim, nomeado por decreto imperial em 03.10.1868, remetido ao presidente da província pelo ministro da Justiça, o conselheiro José de Alencar. Nesse mesmo ano, teve nomeação de Delegado de Polícia daquele termo, por título de

03.08, e novamente em 1869; presidente da Câmara Municipal; intendente e promotor de Justiça no regime republicano.

Foi deputado durante as legislaturas de 1882 a 1889. A Constituição Estadual, outorgada em 1891, instalou, além da Assembleia Legislativa, um Senado, composto de um terço do número dos deputados estaduais. João Paulino de Barros Leal estava entre os senadores eleitos.

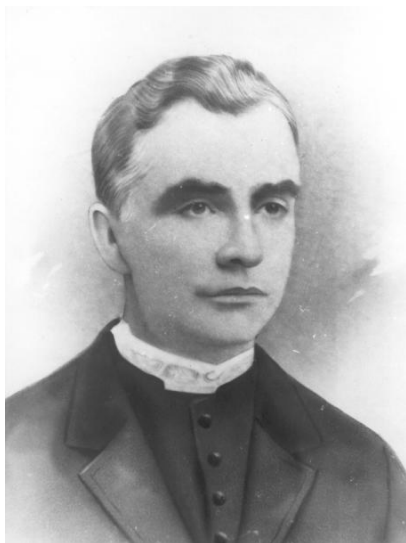
Era homem ilustrado, bom orador e advogado dos mais acatados de seu tempo. Sustentou na Assembleia debates memoráveis, frequentando, assiduamente, a tribuna parlamentar na defesa dos interesses gerais. Apresentou um projeto que transferia a capital da província para Quixeramobim, o que causou sensação e provocou zombaria por parte da imprensa. Na grande seca de 1877, prestou relevantes serviços à causa dos indigentes.

25. LUIZ DE SOUZA LEITÃO

*1851

†1921

Presidência: 1888–1889



Filho de José de Souza Leitão e de Adelina Cândida de Moraes Leitão. Nasceu a 27.03.1851, em Quixeramobim/CE, e faleceu a 13.10.1921, em Castanhhal/PA.

Padre. Ordenado pelo Seminário de Fortaleza, em 1875. Vigário da Paróquia de Pentecoste, onde prestou relevantes serviços na seca de 1877–1879. Por seus esforços, foram construídas a cadeia e a casa da Câmara, além de introduzidos vários melhoramentos na matriz.

Vigário de Soure (Caucaia).

Com o fim da era monarquista, aderiu ao regime republicano; professor da cadeira de filosofia do Liceu do Ceará, nomeado por títulos, em 1891. Vigário de Santa Rita e de Maricá/RJ. Capelão da Igreja de São Francisco das Chagas de Canindé/CE, resolvendo velha pendência entre a Irmandade de São Francisco e o Bispado, concluindo sua missão com a chegada, em 1898, dos frades capuchinhos a Canindé.

Secretário do Bispo do Amazonas, dom José Lourenço da Costa Aguiar (sobralense).

Quando do golpe de Estado, em 1892, preferiu ficar ao lado do governador Clarindo de Queirós, perdendo por isso a cátedra de professor de geografia.

Em Pentecoste, enfrentou uma turma de desordeiros que tentou assassiná-lo, o que não foi levado a efeito pela intervenção imediata da população.

Em 1900, retirou-se para Belém/PA, sendo nomeado pelo governador Pais de Carvalho, diretor da Colônia Cearense “José de Alencar”, exercendo seu ministério paroquial em Castanhal/PA e adjacências. Foi nomeado Pró-pároco da Igreja de Nazaré, pelo bispo dom Antonio Manuel de Castelo Branco, desempenhando essas funções até 1902.

Ilustrado e valente. Publicou na Revista do Instituto do Ceará, o trabalho *Notas Políticas e Religiosas da Vila de Canindé*.

26. DIOGO GOMES PARENTE

*1826

†1890

Presidência: 1888–1889



Nasceu em 1826, em Sobral/CE, ali falecendo no ano de 1890. Filho de Vicente Gomes Parente e de Maria Tereza Bernadina do Monte.

Militar. Coronel comandante do Batalhão de Infantaria de Sobral/CE.

Decreto do Governo Imperial, de 09 de outubro de 1888, deu-lhe a patente máxima da Guarda Nacional: coronel comandante superior.

Foi uma das mais legítimas influências políticas do norte da Província, e o último presidente da Assembleia no Regime Monárquico.

REPÚBLICA

(1889 – 2016)

27. JOSÉ JOAQUIM DOMINGUES CARNEIRO

*1836

†1915

Presidência: 1891



Filho de Joaquim Domingues Carneiro. Nasceu em setembro de 1836, em Jucás/CE, e faleceu a 09.09.1915, em Fortaleza/CE.

Desembargador. Bacharel em direito, formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1863. Exerceu a advocacia em Russas/CE, promotor de Aquiraz (em 1865); juiz municipal em Russas (1866, onde permaneceu até 1873); juiz de direito das comarcas de Inhamuns, Granja, Aracati, Baturité.

Desembargador da Relação de Fortaleza, nomeado por decreto em junho de 1891; procurador da Soberania e Fazenda Nacional; presidente do Tribunal, a partir de julho de 1891 até se aposentar, em 21.07.1909; senador federal (eleito em 1909); presidente do Congresso Constituinte Estadual.

Como político, jamais transigiu em suas convicções partidárias, filiado ao Partido Liberal, no antigo regime Eusébio de Souza.

Era, portanto, magistrado e homem público dos mais probos.

28. ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACCIOLY

*1840

†1921

Presidência: 1892–1893



Filho do coronel José Pinto Nogueira e de Ana Pinto Nogueira (família de descendência italiana, de tronco Achiolli). Nasceu a 11.10.1840, em Icó/CE, e faleceu a 04.04.1921, no Rio de Janeiro/RJ. Era casado com a filha do senador Pompeu, d. Maria Tereza de Sousa Acioli.

Comendador. Bacharelou-se em direito e em letras pela Academia de Letras de Pernambuco, em 1864. Foi promotor público

de Icó e de Saboeiro; juiz municipal de Baturité e Fortaleza; Substituto da comarca especial de Fortaleza, em 1871.

Não era, porém, a magistratura a carreira que o destino lhe acenava com as mais risonhas esperanças, e sim, a política, que o sagrou um dos chefes de maior prestígio no antigo e no novo regime, dando-lhe uma cadeira na Câmara dos Deputados Gerais, em 1880, e a escolha de Senador em 1889, após valente pleito eleitoral, cheio de complicações e surpresas. Foi o 1º vice-presidente do estado, senador federal por duas vezes; presidente do Ceará, em substituição ao coronel José Freire Bezerril Fontenele, e de novo em substituição ao dr. Pedro Borges, em 1904, e reconduzido ao cargo em 1908; presidente da grande convenção em que foi escolhido e aclamado o dr. Rodrigues Alves, como candidato à Presidência da República. Governou o Ceará durante 20 a-

nos, isto é, de 1892 até 24.02.1912. Vitorioso o movimento político pró-Franco Rabelo, foi forçado a deixar a presidência, embarcando para o Rio de Janeiro, recolhendo-se à vida privada.

A República fê-lo presidente do Congresso Estadual reunido após a deposição do general Clarindo de Queiroz. Foi a maior figura política do Ceará no 1º vintênio da República, vindo já em pleno destaque do regime monárquico. Apesar de relativamente ilustrado, na concepção literária e intelectual do termo, era dotado de uma acuidade de espírito que superava as demais, e possuidor de tino político raramente encontrado em chefes de partidos no país.

Reuniu em suas mãos a maior soma de poderes que um homem público jamais reuniu no norte, e acusado, por todos os meios, por seus adversários e inimigos, de desonestidade administrativa, delapidação do dinheiro público etc.. Então, foi deposto pelas armas e a multidão insuflada incendiou as propriedades dos Acciolys, em Fortaleza, inclusive a fábrica de tecidos da família Pompeu (herança que havia recebido por parte da família da esposa). Embora haja cometido excessos como governante, o bem que praticou no governo foi maior do que as injúrias que lhe imputaram seus inimigos, pois, eles mesmos o proclamaram por ocasião da celebração do seu centenário de nascimento, solenemente comemorado pelo Instituto do Ceará, no “Auditorium da Escola Normal, a 11 de outubro de 1940”.

O Governo Imperial, em atenção aos serviços prestados à causa pública, outorgou-lhe a Comenda da Ordem da Rosa. Foi o último senador da Monarquia.

29. GONÇALO DE ALMEIDA SOUTO

*1826

†1914

Presidência: 1892 e 1898–1899



Filho de João Rodrigues Souto e de Francisca de Almeida Souto. Nasceu a 12.05.1826, em Fortaleza/CE, e faleceu a 19.11.1914, no Rio de Janeiro/RJ.

Bacharel em direito. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1857.

Foi Procurador Fiscal da Tesouraria; secretário do Governo; membro da Comissão de Reforma da Instrução Pública; promotor público; juiz substituto e interino municipal de Fortaleza, no regime monárquico.

Senador estadual (dos quatro foi o mais votado nas eleições de agosto de 1891, em oposição ao governador José Clarindo); 3º vice-governador do Ceará na sessão de julho de 1893; deputado federal, eleito em 1900, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1911.

Grande latinista, brilhou na literatura, no jornalismo e na oratória. O Governo Imperial concedeu-lhe a vena de cavaleiro da Ordem de Cristo, por serviços prestados à Instrução. Era sócio correspondente da *Société de Geographie*, de Paris, eleito em 1887. Fundou o jornal *Tribuna Católica*, em 1866, juntamente com o padre Lino Deodato, futuro Bispo de São Paulo, tendo colaborado com quase toda a imprensa do seu tempo, ora publicando artigos doutrinários sobre diversos

assuntos, ora traduções em versos livres, das *Odes* de Horácio e fragmentos do *Paraíso Perdido*, de Milton.

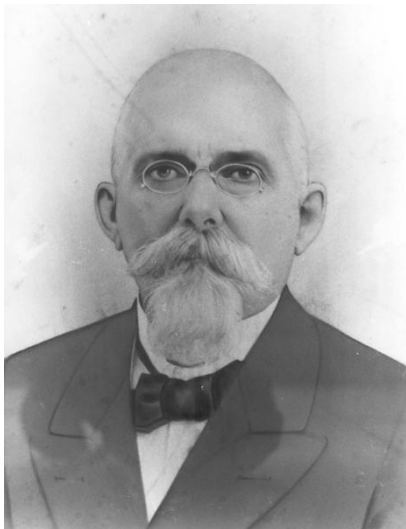
Era profundamente religioso, sendo dignos de menção seus artigos de cunho espiritual.

30. CARLOS FELIPE RABELO DE MIRANDA

*1840

†1909

Presidência: 1894–1897



Filho de Carlos Augusto de Miranda (comerciante português e vice-cônsul da nação portuguesa em Aracati/CE) e de Augusta Fiúza de Miranda. Nasceu a 12.08.1840, em Aracati/CE, e faleceu em 1909, em Fortaleza/CE.

Farmacêutico. Foi nomeado 3º suplente do juiz de direito da 2ª Vara de Fortaleza (por título, em 1876); 1º vice-presidente do estado; presidente da Câmara Municipal de Fortaleza; coronel

da Guarda Nacional; e chefe de uma das facções do Partido Conservador.

Era proprietário da Farmácia Miranda, localizada na Praça do Ferreira, ponto de reunião dos políticos da terra. Desfrutou das benesses do governo até 1898, sendo elevado às mais altas posições, porém, ao filiar-se à facção que propugnava, no estado, pela política de Prudente de Moraes, rompendo com o situacionismo, foi vingado, de maneira radical, ao ser-lhe retirada a confiança, assim como cassada a sua posição como 1º vice-presidente, e os empregos de todos os seus familiares. Houve, portanto, nova eleição, determinada pelo governo, sendo eleito o coronel Guilherme César da Rocha, em 1898.

Nesse atrito da filantropia contra o egoísmo humano, a opinião pública o levantou até o cume de nossa sociedade

de província. Por fim, tiraram-lhe o direito a um simples diploma de eleitor, chegando ao extremo de ameaças e demissões de toda sorte, e o direito de residência para si e seus filhos, inclusive. Sua reputação, no entanto, era inatacável, e «fazia de aço que se limpa das impurezas estranhas pelas chamas que purificam».

31. BELISÁRIO CÍCERO ALEXANDRINO

*1845

†1929

Presidência: 1900–1912



Filho de Francisco José Alexandrino e de Rita Alexandrino. Nasceu a 20.04.1845, em Icó/CE, e faleceu em Fortaleza/CE a 10.10.1929.

Advogado. Fixou residência na então vila da Telha, hoje Iguatu/CE, em 1856, com a família, dedicando-se à profissão de advogado (em 1865), provisionando-se em 1872 pela Relação de Pernambuco.

Foi promotor de Justiça; delegado de Higiene; inspetor escolar; vereador; presidente da Câmara; intendente; tenente-coronel do 44^o Batalhão de Infantaria de Iguatu/CE, da Guarda Nacional. Com a extinção desse, foi nomeado coronel comandante da 8^a Brigada.

Presidiu a Assembleia de 1900 a 1912, sendo incontestavelmente notável a sua atuação na tribuna parlamentar, principalmente no biênio 1888–1889, quando era o único deputado da facção liberal Acioli.

Por ocasião da seca de 1877–1879, prestou relevantes serviços à população iguatense e dos municípios vizinhos, com a abertura de uma farmácia, em 1878, para o que obteve a necessária licença da Junta de Higiene do Rio de Janeiro.

Como intendente de Iguatu/CE, foi deposto por um movimento popular, no Governo Franco Rabelo, abandonando a cidade sob disfarce, pois criara contra si uma situação a que não pôde enfrentar, vindo, então, a residir em Fortaleza/CE.

Quando da passagem de seu centenário de nascimento, foi inaugurado o seu retrato a óleo no Palácio do Governo do Estado, dando o jornal *Correio do Ceará*, uma edição especial, comemorativa, onde se encontram dados completos sobre a vida de tão eminente figura da política, de excepcional prestígio no estado do Ceará.

32. FRANCISCO FERREIRA ANTERO

*1855

†1929

Presidência: 1913



Filho do negociante espanhol Antônio Ferreira Antero e de Ana Joaquina do Espírito Santo. Nasceu a 01.05.1855, em Icó/CE. Faleceu em 07.11.1929.

Monsenhor. Terminou seus estudos, com distinção, no Seminário de Fortaleza, em 1874. Doutor em filosofia – pela Universidade Gregoriana, em Roma, no ano de 1878, recebendo o presbiterato da mão do cardeal Mênaco La Valleta.

Ao regressar a Icó/CE, dedicou-se com afinco à construção de uma ermida ao Sagrado Coração de Jesus, e mais tarde à de N^a Sr^a das Dores. Representou as dioceses de Fortaleza e Olinda na Exposição Vaticana, no Jubileu do Papa Leão XIII, sendo agraciado com a comenda «Pro Ecclesia et Pontifice», e por sua devoção à N^a Sr^a do Loreto, teve nomeação de Cônego Honorário da suntuosa basílica loreтана.

Foi considerado o protótipo do sacerdote, pelas virtudes morais e por suas caridades, despendendo toda a sua fortuna com o culto divino e com os pobres.

33. FLORO BARTOLOMEU DA COSTA

*1876

†1926

Presidência: 1914



Natural de Salvador/BA, nasceu em 17.08.1876 e faleceu a 08.03.1926, no Rio de Janeiro/RJ, com as honras de General do Exército. Filho de Virgílio Bartolomeu da Costa e de Carolina Costa.

Médico. Clinicou, durante muito tempo, nos sertões de seu estado natal.

Em 1908, veio para Juazeiro do Norte/CE, atraído pela fama das minas da área Coxá. Foi um dos defensores do padre Cícero, na

questão judiciária que este moveu contra outros pretendentes às referidas minas. Dr. Floro, com seu tato e inteligência, foi o orientador político de padre Cícero, quando este se envolveu nas malhas da política partidária. Foi o único que soube inspirar-lhe absoluta confiança.

Os diretores do Partido Republicano Conservador, do Rio de Janeiro, encontraram nele o chefe supremo da rebelião de Juazeiro. Ao chegar ao Cariri, o dr. Floro era amável, conversador, gostava de contar e ouvir boas anedotas. Com as lutas, foi aos poucos se transformando, até tornar-se extremamente irascível.

Rompeu com o presidente Franco Rabelo, e convocou a Assembleia Legislativa, instalando-a em Juazeiro e elegendo-se seu presidente, fazendo-se reconhecer como chefe

do Governo; depois, marchando sobre a capital, de vitória em vitória, chegou à intervenção federal. A façanha aumentou-lhe o prestígio, que só declinou um pouco no governo do coronel Benjamim Barroso, com quem também rompeu, mas sem resultado político prático. Eleito deputado federal em mais de uma legislatura, pronunciando na Câmara diversos discursos de caráter político, em defesa do padre Cícero, enfeixando-os em volume.

Desde que voltou ao Ceará, os seus dias estavam contados, pois ele não era mais aquele homem tranquilo, porém forte, de palavra serena e veemente na tribuna. Transformou-se, outrossim, numa pilha de nervos. Por ocasião da marcha da Coluna Prestes pelo Nordeste, ele foi incumbido pelo Governo Federal de defender o sul do Ceará, e, seu papel, bem ou mal desempenhado, evitou a invasão do Cariri pelos revoltosos. Naquele tempo, todos foram testemunhas do quanto a fama de Juazeiro do Norte calou no ânimo de Carlos Prestes e seus companheiros.

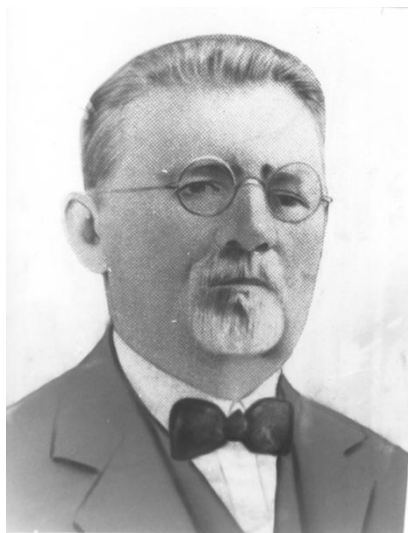
Obteve como recompensa, por este feito, as honras de General do Exército, com as quais morreu.

34. TIBÚRCIO GONÇALVES DE PAULA

*1854

†1937

Presidência: 1915–1919



Filho do alferes Vicente Gonçalves de Paula e de Vicência Gonçalves de Paula. Nasceu a 14.04.1854, em Viçosa/CE, e faleceu a 20.11.1937, em São Benedito/CE.

Coronel. Foi um dos chefes políticos do interior, de maior prestígio no regime republicano. Na Assembleia, soube defender com ardor os interesses da terra sob sua chefia política, São Benedito, como deputado e como presidente da Casa,

de 1915 a 1919.

Foi eleito 1º vice-presidente do Ceará, assumindo o Governo de 10.03 a 12.07.1908, na ausência de Nogueira Acioly. Foi um dos adeptos mais conspícuos do Centro Republicano Cearense, que influenciou, decisivamente, para a queda da Monarquia, e conseqüente implantação da República. Firme em suas convicções, passou por toda sorte de vexames e perseguições, as quais fez frente sem ceder uma linha.

Em suas mãos honradas, residiu o bastão da chefia do Partido Republicano Conservador de São Benedito, Campo Grande (Guaraciaba), Ibiapina e Ubajara (no Ceará).

Dedicou-se, desde moço, à agricultura, tornando-se um dos maiores proprietários rurais da serra da Ibiapaba/CE, alargando por toda a região, a sua influência política, já evidente nos tempos da Monarquia.

Secretário do gabinete de leitura são beneditense, muito trabalhou pelo desenvolvimento desse município, núcleo de instrução, e também para dotar São Benedito do maior número possível de escolas públicas, com o que despendeu de seu próprio bolso para melhor adaptá-las.

35. ALFREDO DUTRA DE SOUZA

* data desconhecida † data desconhecida

Presidência: 1919



Nasceu em Baturité/CE, filho de pai pernambucano Manuel Dutra de Souza e de Clementina de Queirós Sampaio Dutra. Alfredo Dutra de Souza foi um técnico estudioso das atividades agrícolas, e introdutor no maciço de Baturité do cultivo de cafés finos oriundos da Libéria, plantio protegido

pele sombreado de uma árvore denominada *Erythrina glauca wild*, também por ele cultivada.

Alfredo Dutra de Souza era senhor de uma postura fidalga, de hábitos e costumes que representavam a nobreza oriunda dos ricos cafezais da região. Casado com Amélia Pinto de Mendonça Dutra, tiveram nove filhos.

Vulto social e político de toda a região do Maciço. Iniciou suas atividades políticas em 10.06.1892, tomando posse na Câmara Municipal de Baturité. Intendente e prefeito desse município, em períodos distintos, entre 1900 e 1919, e, pela última vez, de outubro de 1930 a junho de 1932.

Deputado estadual para a legislatura 1897–1900, e reeleito para o período de 1901–1904. Voltou à Assembleia nos quadriênios de 1905–1908 e de 1909–1912. Novamente reeleito à quadra 1917–1920, chegando a presidente do Poder em 1919. Por algum tempo, foi vice-presidente do Estado, como braço direito de Nogueira Accioly, mesmo nos anos sem cargos, mas sempre presente nas lides políticas.

36. ANTÔNIO BOTELHO DE SOUZA

*1866

†1952

Presidência: 1920



Filho de Jacinto de Souza Aguiar e de Maria Jacinta Botelho (ambos portugueses, naturais dos Açores). Nasceu a 03.03.1866, na serra de Aratanha, Pacatuba/CE. Faleceu em 11.02.1952. Casado com Maria de Pontes Fernandes Vieira Botelho.

Coronel e proprietário rural. Após obter provisão de advogado, foi nomeado promotor de Justiça da comarca de Maranguape, cargo exercido de 1905 a 1912;

secretário da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 1916 a 1917, ao mesmo tempo em que se tornou o chefe político de maior prestígio de Maranguape/CE.

Irrompida a luta que colimou na deposição do presidente Franco Rabelo, nela tomou parte de armas na mão, entrando com sua tropa em Baturité para auxiliar os chefes do movimento; deputado estadual de 1915 até 1930; ocupou os lugares de 2º secretário e presidente das comissões de Orçamento e de Justiça. Presidente da Casa no biênio 1920–1921 (reeleito em 1922, mas renunciando para dar lugar ao seu colega e amigo, dr. José Lino da Justa, passando, então, a líder da maioria). Como presidente da Assembleia, deu posse ao presidente do estado, dr. Justiniano de Serpa.

Nomeado em 1888, tenente ajudante de ordem, servindo de secretário do Estado Maior da Guarda Nacional de

Maranguape. Antes de entrar na vida política, foi um dos grandes exportadores de laranjas para a Inglaterra nos navios da *Booth Lina*: «Ambrose, Clement e Hilary», que faziam viagem direta de Fortaleza a Liverpool de 15 em 15 dias, de julho a dezembro.

Deixando a vida comercial, em 1896, dedicou-se à agricultura e à pecuária. Construiu, em cooperação com o Governo Federal, os açudes Botelho e Jericó, porém, seduzido pela política, a ela se dedicou, e sob essa nova influência exerceu funções de destaque na vida administrativa do Estado.

Foi homem de vida laboriosa e bravura moral, que se fez a custo de ingentes esforços, alcançando destacada posição na política do estado do Ceará.

37. RUBENS MONTE

*1877

† data desconhecida

Presidência: 1921



Filho do desembargador Antônio Sabino do Monte e de Carolina Monte. Nasceu a 30.12.1877, em Fortaleza/CE, e faleceu no Rio de Janeiro/RJ. Casado com Delphina Santos.

Militar e engenheiro. General, bacharel em ciências físicas e matemática. Entrou na Escola Militar saindo alferes-aluno, em 1902, sendo sua última promoção a coronel, por decreto de 20 de fevereiro de 1930, reformado como

general de Brigada. Coursou o Estado Maior e formou-se em engenheiro pelo regulamento de 1898. Ainda como capitão, exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Fortaleza, de 28.11.1918 a 12.07.1920.

Deputado estadual de 1917 a 1930. Durante os seus impedimentos como deputado, respondia pelo expediente da prefeitura, o secretário, bacharel Nestor Barbosa Leite.

Encerrando sua vida política, passou a residir na cidade do Rio de Janeiro, onde veio a falecer.

Seu retrato foi apostado na Prefeitura Municipal de Fortaleza, a 19 de agosto de 1922.

38. JOSÉ LINO DA JUSTA

*1863

†1952

Presidência: 1922–1923



Filho de José Antônio da Justa e de Joana Teófilo Costa da Justa. Nasceu a 23.09.1863, na serra de Aratanha, Pacatuba/CE, e faleceu a 22.04.1952.

Farmacêutico e médico. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1889.

Diretor da Inspetoria de Higiene do Estado, por nomeação do presidente Nogueira Accioly; secretário do Interior (nomeado com a Interventoria Federal do coronel Setembrino de Carvalho); chefe de polícia, de março a junho de 1914; deputado federal (eleito em mais de uma legislatura); membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará; presidente e orador do Centro Literário, rival da Padaria Espiritual; secretário do Clube Acadêmico Abolicionista 24 de Maio, de Salvador; fundador, juntamente com Justiniano de Serpa e Álvaro Mendes, do jornal *Diário do Ceará*; colaborador do jornal político *O Norte*, de Fortaleza, durante e após o governo José Clarindo.

Retirou-se para o sul, em exercício de sua profissão médica, pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, fazendo parte da redação do jornal *O Cachoeirense*, de Cachoeiro do Itapemirim.

Resolveu abandonar totalmente a política, recolhendo-se, a seguir, à vida privada. Foi orador do mais alto quilate,

sendo digno de nota o discurso pronunciado em 1900, por ocasião da inauguração, a 24 de maio, da estátua do general Sampaio, em Fortaleza, e o versando «A religião católica como vínculo da unidade e grandeza territorial do Brasil».

Sua bagagem literária foi sobretudo importante, porém esparsa, em grande parte, pela imprensa do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo.

39. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES

*1863

†1953

Presidência: 1924–1925



Filho do conselheiro dr. Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (presidente da Assembleia Legislativa do Ceará em 1869) e de Maria Luíza de Paula Rodrigues (filha do senador Paula Pessoa). Nasceu a 19.10.1863, em Sobral/CE, e faleceu em Fortaleza/CE, a 11.03.1953.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1887. Doutor em Medicina, defendendo sua tese sobre glaucoma. Foi uma das maiores autoridades

no Brasil em Oftalmologia, chefiando as clínicas do prof. Wecker, em Paris, e a do dr. Moura Brasil (oftalmologista cearense); presidente do Centro Médico Cearense. Mais tarde dedicou-se à política tornando-se um dos mais acatados chefes do Ceará.

Ao presidir a Assembleia Legislativa, deixou marcas de sua cultura e do seu devotamento aos altos interesses regionais. Pronunciou magníficos discursos que enfeixou em livros e são fontes valiosas de dados gerais – econômicos, políticos, sociais, científicos etc.. Foi um dos fundadores e membro do Conselho Diretor da Sociedade Mantenedora da Escola de Agronomia do Ceará, em 1919. Em 1930, presidiu a Associação Rural do Ceará e foi sócio benemérito do Instituto do Ceará, em cujo salão de honra consta, na galeria, o seu retrato.

40. EDUARDO HENRIQUE GIRÃO

*1882

†1961

Presidência: 1926–1929



Filho de Eduardo Henrique Girão e de Benvenuta Pessoa Girão. Nasceu a 12.04.1882, em Morada Nova/CE, e faleceu a 24.12.1961.

Advogado. Formou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1912, após brilhante curso. Professor catedrático de direito civil da Faculdade de Direito do Ceará. Membro do Conselho Técnico-administrativo; convidado pelo Governo de Pernambu-

co, por duas vezes, para examinador da Faculdade de Direito daquele estado (mas aceitou somente um dos convites). Representou o Tribunal de Apelação do Ceará, no Congresso de Direito Judiciário do Brasil, sendo, aliás, o único Tribunal a se fazer presente por um advogado, fato que por si só diz do mérito do representante, em 1936.

Deputado estadual de 1925 a 1930. Como presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o Governo do Estado numa fase difícil, em substituição ao desembargador José Moreira da Rocha, conseguindo restabelecer a ordem geral e permanecendo no poder de 19.05 a 12.07.1928. Passou a administração para o dr. José Carlos de Matos Peixoto, sendo eleito, a seguir, deputado federal.

Mestre do Direito, é autor de importantes trabalhos, dentre os quais:

- ◆ Dano Contratual (tese para catedrático da Faculdade);
- ◆ Sociedades Comerciais Irregulares;
- ◆ Efeito de bilateralidade nos contratos;
- ◆ Direito de Retenção;
- ◆ Promessa de Facto de Terceiro;
- ◆ Accessoriedade da cláusula penal;
- ◆ A forma nos distractos;
- ◆ Responsabilidade indireta em seguro;
- ◆ Usucapião no condomínio;
- ◆ Pacto Comissório;
- ◆ Responsabilidade civil do Estado;
- ◆ Condição resolutiva nos contratos;
- ◆ Ação revocatória na falência.

41. JOÃO OTÁVIO LOBO

*1893

†1962

Presidência: 1930



Filho de Manuel Alves da Fonseca Lobo e de Laura de Carvalho Lobo. Nasceu a 04.11.1893, em Santa Quitéria/CE, e faleceu a 30.10.1962, em Fortaleza/CE.

Médico. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1918. Doutor em Medicina, defendendo sua tese que versou sobre *Base intelectual. Fundamento e crítica do diagnóstico*. Especializou-se em Tisiologia. Depois de formado, em-

preendeu uma longa viagem de estudos para a Alemanha, tornando-se uma sumidade nesse ramo da medicina.

Diretor da Faculdade de Direito do Ceará, catedrático da 3ª cadeira de Psicopatologia Forense e Criminologia, da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Criador e diretor do Sanatório de Cajazeiras, em Messejana; diretor da Saúde Pública.

Vice-presidente do Ceará; nomeado secretário do Interior e da Justiça, durante a Interventoria do coronel Machado Lopes e em 1946 assumiu interinamente o Governo do estado do Ceará, tendo, destarte, ascendido aos postos supremos do Legislativo e do Executivo.

Membro da Academia Cearense de Letras; grande orador e escritor de fino quilate (chamaram-no assim, em O Ceará os drs. Raimundo Girão e Antônio Martins Filho) e, com

justiça, porque o dr. Otávio Lobo era, incontestavelmente, uma das primeiras figuras do intelectualismo cearense, sobretudo como estilista.

Segundo Hugo Victor, numa série de entrevistas com homens de letras do Ceará, “sua tese e trabalho literário é de monta. O discurso de despedida a dom Joaquim, por seu turno, é ouro do espírito; e, estão por aí, esparsos na imprensa, traços vivos dessa mentalidade, que, na azafama da crítica psicológica, ainda inédita, anda muito de parelha com os *Gatos de Ortigão*... Falou-nos da literatura alemã com o luxo de conhecê-la no original”.

Em face de suas faculdades verbais, foi escolhido como Patrono da Cadeira n° 30 da Academia Cearense de Retórica - Acere, lugar este, hoje ocupado pelo acadêmico, também médico, dr. Maurício Cabral Benevides, eleito presidente do referido silogeu, nos biênios 1994–1995, 1996–1997 e 1998–1999.

42. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA

*1885

†1948

Presidência: 1935–1937



Filho de Henrique José de Oliveira e de Francisca de Cals de Oliveira. Nasceu a 18.07.1885, em Fortaleza/CE, e faleceu em 10.12.1948.

Médico. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1910, defendendo sua tese sobre *Ginástica Respiratória*.

Regressou ao Ceará, abriu consultório, e logo depois entrou na política, sendo nomeado Prefeito de Fortaleza, ficando no cargo

de 08.10.1930, com o advento da revolução, até 02.05.1931.

Participou de diversos conclaves científicos como representante do Ceará e da classe médica, tais como: Congressos Médicos do Rio de Janeiro, em 1934; do Ceará, em 1935; da Bahia, em 1938; do Amazonas e Pará, em 1939; e do Maranhão, em 1940.

Presidente do Sindicato Médico Cearense (1941–1943), do Centro Médico Cearense, da Fundação D. Libânia de Holanda; diretor da Policlínica Geral de Fortaleza; fundador e diretor da Casa de Saúde Dr. César Cals; diretor da Maternidade Dr. João da Rocha Moreira; presidente da Liga de Defesa Nacional e da Comissão Executiva do Bônus de Guerra; Membro da Comissão Executiva do Partido Social Democrático (seção do Ceará).

Quando se desligou politicamente do PSD (Partido Social Democrático), foi apresentado candidato do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) às eleições estaduais e federais; de 19 de janeiro do mesmo ano, e, simultaneamente à Assembleia Constituinte e 3ª senatória, obtendo votação expressiva.

Voltou a ocupar altas funções no governo, em 1946, marcando a sua primeira gestão uma série de melhoramentos urbanos apreciáveis, elaborando na segunda, importantes projetos de interesse geral, que não conseguiu realizar dada a exiguidade de tempo de administração.

Deixou ilustre descendência política. Seu filho, coronel César Cals de Oliveira Filho, foi ministro de Minas e Energia, governador do Ceará e senador da República. Seus netos, Marcos César Cals de Oliveira foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e secretário de Justiça do Ceará; e César Cals Neto, deputado federal e prefeito de Fortaleza.

Em sua homenagem, foi dado o seu nome à biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

43. JOAQUIM BASTOS GONÇALVES

*1895

†1959

Presidência: 1947–1949



Filho de Vicente Gonçalves de Paula e de Fideralina Bastos de Paula (descendente do Visconde de Icó, o coronel Francisco Fernandes Vieira). Nasceu a 07.12.1895, em Icó/CE, e faleceu a 12.11.1959, em Fortaleza/CE.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1919. Órfão aos dois anos, foi criado por seus tios, cel. Tibúrcio Gonçalves de Paula e Aquilina

Elisa Gomes da Silva, que lhe ministraram os cuidados da infância e providenciaram a sua educação.

Fez os estudos primários no Colégio Colombo em Fortaleza, dirigido pelo dr. Francisco Gonçalves, e no ginásio de Guaramiranga. Em 1911, matriculou-se no antigo Liceu cearense, no qual terminou os preparatórios, ingressando em 1915, na Faculdade de Direito do Ceará, pela qual recebeu grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais a 8 de dezembro de 1919.

Como acadêmico, exercia cargo de amanuense da Assembleia Legislativa, o que lhe permitia meios materiais à manutenção dos estudos, para o que sempre teve, desde criança, natural inclinação.

Uma vez formado, teve nomeação de Fiscal Geral do Recenseamento, em 1922, no norte do estado, recebendo do

Ministério da Agricultura uma medalha de bronze em recompensa dos serviços prestados nessas funções.

Terminando o recenseamento, foi nomeado promotor de Justiça da comarca de Barbalha (1921), sendo juiz de direito o dr. Faustino de Albuquerque e Souza, a quem acompanhou no mesmo cargo, quando em 1922 foi removido para a comarca de Camocim, então restaurada.

Ainda em 1922, foi nomeado juiz municipal de Tanguá, mas sendo posto sem efeito o ato, pois foi indicado pelo governo para o termo de Independência e transferido, em 1923, para o de Ipueiras. Apresentou pedido de demissão de juiz municipal em 1925, para dedicar-se à advocacia, que além de ser mais vasto campo de ação, oferecia melhores vantagens que a magistratura.

Eleito, em 1928, como candidato único, ao cargo de prefeito de São Benedito. Deputado estadual para a Legislatura de 1929–1932, onde ocupou o lugar de 2^o vice-presidente até fechamento da Assembleia pelo golpe de Estado de 1930. Dedicou-se então ao exercício da advocacia até 1935, quando, novamente, voltou a ter assento na Assembleia Constituinte, nela exercendo o cargo de 1^o Secretário. Extinta também essa, pelo golpe de Estado de 1937, foi em seguida nomeado diretor, e, depois, delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão.

Nomeado juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do qual solicitou dispensa em outubro de 1945, foi indicado Ministro do Tribunal de Contas do Estado, empossado a 23 de fevereiro de 1946.

Eleito presidente da Constituinte de 1947 (Partido Social Progressista – PSP), assumiu, nesse caráter, o Governo do Estado, no qual, permaneceu durante a ausência do Governador, desembargador Faustino de Albuquerque e Souza, que viajara para o Rio de Janeiro, de 19 de março a 11 de

abril. Permaneceu como presidente da Assembleia nos anos de 1948 e 1949.

Candidatando-se a deputado federal nas eleições de 1950, ficou como 1º suplente, tendo assumido o mandato em 1951.

Durante o Governo Raul Barbosa, foi nomeado secretário de estado dos Negócios do Interior e Justiça, e ocupou interinamente os cargos de secretário de Polícia e Segurança Pública por duas vezes, secretário da Agricultura e Obras Públicas e secretário da Fazenda.

Afastou-se definitivamente da vida pública em 1955.

44. AMADEU FURTADO

*1888

†1952

Presidência: 1950



Filho de José Furtado e de Joana de Farias Furtado. Nasceu a 21.07.1888, em Ipu/CE. Faleceu a 06.02.1952, em Fortaleza/CE.

Médico. Iniciou os estudos no antigo Liceu cearense, terminando o curso preparatório na Bahia. Ingressou na Faculdade de Medicina daquele estado, pela qual se formou em 1913, voltando em 1914 ao Ceará, dedicando-se à clínica geral.

Sempre deu provas de altas benemerências, praticando a caridade em larga escala, atendendo à pobreza e grande clientela, muitas vezes pela noite adentro no seu consultório, na Farmácia Teodorico, a mais antiga de Fortaleza.

Fez da sua profissão verdadeiro sacerdócio. Homem de letras e de sociedade, tornando-se uma das figuras mais populares de Fortaleza.

Cultivou com ardor, na mocidade, a literatura, fundando em 1908, com Euclides de Matos a revista *Eco da Mocidade*, que despertou sucesso no meio estudantil daquele tempo.

Em 1915, foi nomeado médico legista da polícia, tendo sido diretor do Instituto Médico Legal.

Demonstrou sempre invulgar capacidade de trabalho, infatigável e perseverante em todos os seus atos. Político, permaneceu filiado à União Democrática Nacional – UDN, mesmo partido que abraçou em 1914. Clínico, fundou a Associação dos Merceeiros do Ceará, ainda hoje em pleno funcionamento.

Professor de química bromatológica da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, ocupou por mais uma vez o posto de diretor daquela escola superior.

Trabalhou pelo engrandecimento do seu clube predileto, *Os Diários*, tendo sido seu presidente em dois períodos sociais, e, não obstante tantos encargos, encontrou tempo para cultivar a literatura, escrevendo contos e artigos nos jornais de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Dois, principalmente, dos seus contos: *Fé, Esperança e Caridade* e *Natal dos Pobres* tiveram repercussão no sul do país, sendo esse último traduzido para o espanhol por um escritor jesuíta chileno.

Teve os seguintes trabalhos científicos publicados: *Psicoterapia* (tese de formatura); *Pesquisas Químico-Legais*, de colaboração com o Professor Rodrigues de Andrade, no ruidoso processo Percy Davis; *Membrana himem* (monografia); vários discursos e diversos artigos esparsos em jornais e revistas.

Tendo o deputado Joaquim Bastos Gonçalves ocupado o cargo de Governador do Estado, o dr. Amadeu Furtao assumiu a presidência da Constituinte, de 19 de março a 11 de abril de 1947, já que era 1º vice-presidente da Mesa Diretora. Nesse curto período, fez a aposição da imagem de Cristo na sala das sessões daquele Poder, por proposta do deputado Aristides Ribeiro, e providenciou a ampliação do famoso quadro da 1ª Constituinte, de 1891, para figurar no salão de espera, o que não conseguiu pela carência de tempo.

Presidente da Assembleia Legislativa no ano de 1950 e Governador Interino, passando o governo para o Dr. Raul Barbosa.

Sua larga popularidade, principalmente pelo atendimento médico aos mais carentes, valeu sua eterna presença na cidade de Fortaleza. Seu nome foi dado a uma rua e um bairro da capital cearense.

45. PÉRICLES MOREIRA DA ROCHA

*1917

†2000

Presidência: 1951



Filho do dr. Manoel Moreira da Rocha e de Amália Serôa Moreira da Rocha. Nasceu a 07.03.1917, em Fortaleza/CE, onde faleceu a 22.05.2000.

Funcionário público. Fez os estudos primários no Colégio Castelo Branco, desta capital, para, em 1929, ingressar no Colégio Militar do Ceará, onde realizou todo o curso preparatório, concluindo-o em 1935.

Destituído de inclinação para a carreira das armas, transferiu residência para o Rio de Janeiro, então capital da República. Preferiu ingressar no funcionalismo público federal, tendo sido nomeado para o Ministério do Trabalho. Serviu ali, durante alguns anos, quer como escriturário, quer como fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Iniciada em Fortaleza a construção da Base Aérea do Pici, em virtude das contingências da guerra mundial de 1939 a 1945, empreendimento dos governos norte-americano e brasileiro, assumiu a chefia de contabilidade do escritório de construção desse grande empreendimento, permanecendo no cargo por seis meses. Nomeado para o Serviço de Emigração de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, chefiando a Seção de Ligação e Comunicação daquele órgão.

Em 1944, integrado novamente na vida administrativa cearense, foi nomeado delegado de Polícia, do 1º Distrito de Fortaleza, função na qual se efetivou por efeito do decreto-lei estadual que criou a polícia de carreira.

Em 1945, empreendeu uma viagem à América do Norte, percorrendo a Flórida, Chicago, Nova Iorque, Washington e Boston, demorando-se em Racine, a convite do prestigioso industrial Herbert Johnson, em visita e observação às grandes fábricas de sua propriedade, de beneficiamento e aproveitamento da cera de carnaúba.

Em janeiro de 1946, por ato do Governo Federal, foi nomeado delegado regional do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) no Ceará, permanecendo no cargo até o dia em que, com expressiva votação, foi eleito deputado à Constituinte, pelo Partido Social Progressista – PSP.

Reeleito deputado estadual para mais três legislaturas consecutivas, até 1962. Antes do final do primeiro mandato, pensou em desistir da carreira política por causa da doutrina integralista, já que suas convicções pessoais eram voltadas ao socialismo. Entretanto, a pedido de seu partido, compôs a legenda do Partido Republicano (PR), pelo qual foi mais uma vez eleito ao Parlamento estadual.

Escolhido por seus pares à Presidência da Assembleia em 1950, renunciou a essa relevante posição para atuar em oposição ao Governo Raul Barbosa.

Em 1962, candidatou-se a prefeito de Fortaleza, não logrando eleição. Nesse mesmo ano, o então presidente da República, João Goulart, o convidou para o cargo de delegado do Lloyd Brasileiro, em Paris, onde passou dois anos.

Atuou no mercado imobiliário em meados da década de 50. Após 20 anos de permanência no Rio de Janeiro, passou a residir em Fortaleza a partir de 1970, dedicado à família e amigos, afastado das atividades públicas. Foi um grande líder populista.

46. RAIMUNDO IVAN BARROSO DE OLIVEIRA

*1921

†1986

Presidência: 1951 e 1953



Filho de Olavo Oliveira (ex-senador da República) e de Maria José Barroso de Oliveira. Nasceu a 14.02.1921, em Fortaleza/CE, e aqui faleceu a 23.05.1986.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1944; presidente da União Estadual dos Estudantes e do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua.

Filiou-se ao Partido Social Progressista – PSP, sendo eleito deputado estadual em 1950. Membro do Diretório Municipal de Fortaleza desse partido. Em 1954, foi candidato a vice-governador, como companheiro de chapa do ex-ministro Armando Falcão, não logrando vitória. Posteriormente, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB assumindo sua liderança na Assembleia Legislativa. Voltou à Assembleia com a eleição de 1963, e teve o seu mandato cassado em 09.04.1964 pela própria Assembleia, que se antecipou ao Comando Revolucionário. Afastado compulsoriamente das lides políticas, retornou à sua prestigiada banca de advogado.

Virgílio Távora, em discurso proferido no Senado Federal, logo após o seu falecimento, ressaltou que “se Raimundo Ivan foi grande como defensor dos postulados socialistas, foi muito maior na adversidade, quando cassado pela revolução triunfante de 1964, não usando do vil expediente de dela-

ção e assumindo integral responsabilidade por tudo o que disse e fez”.

Dentre os cargos públicos que ocupou, destacam-se: diretor da Caixa Econômica Federal; conselheiro do Conselho de Contas dos Municípios; professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará – UFC; e professor da Escola de Administração da Universidade Estadual do Ceará – Uece.

Intelectual lúcido e atuante. Fundou o Salão de Abril, quando era presidente da União Estadual dos Estudantes, juntamente com Alúcio Medeiros e Antônio Girão Barroso.

47. FRANCISCO FERREIRA DA PONTE

*1891

†1985

Presidência: 1952 e 1954



Filho de Estevam Ferreira da Ponte e de Inocência da Silva Porto. Nasceu a 05.04.1891, em Santana do Acaraú/CE (antigamente Licânia), e faleceu a 11.05.1985, em Fortaleza/CE, aos 94 anos de idade.

Advogado. Iniciou os estudos primários em sua cidade natal, continuando-os em Viçosa, completando-os em Sobral, no Colégio São José, dirigido pelos professores Teles de Sousa e Jovino de Souza. Ingressou em

1907 no Seminário Diocesano de Fortaleza, tendo ali permanecido até junho de 1909.

Deixando o seminário, seguiu, meses depois, para Belém do Pará, visando a colocar-se, dedicando-se ao jornalismo. Militando na imprensa trabalhou na *Província do Pará* e fez parte do corpo de reportagem do *Estado do Pará*, *A Capital* e a *Folha do Norte*, prestigiosos periódicos da imprensa paraense.

Em 1914, regressando ao Ceará resolveu continuar os estudos, matriculando-se na Faculdade de Direito, após ter feito exame de madureza no Liceu Cearense.

Enquanto fazia o curso jurídico, e para melhor assegurar a sua subsistência, dedicou-se ao magistério, lecionando no Colégio Cearense. Em 1918, foi nomeado professor de geografia e história do Liceu de Sobral, criado pelo Governo

João Tomé. Sendo o estabelecimento convertido, posteriormente, em grupo escolar, teve nomeação para ser seu diretor, exercendo ao mesmo tempo, as funções de inspetor escolar e adjunto de Promotor, em Sobral.

Concluindo o curso jurídico e diplomado bacharel em março de 1920, dedicou-se à advocacia. Em 1921, foi nomeado promotor de Justiça da comarca de Sobral, funções que exerceu até novembro de 1928, quando foi provido no ofício de 1º tabelião público de Fortaleza.

Presidente da Executiva do Partido Social Democrático, sob cuja legenda figurou na chapa de deputados às eleições de 19 de janeiro de 1947, eleito, foi escolhido, por seus pares, para as funções de 1º secretário da Assembleia, honra de que declinou por motivos políticos.

Eleito 1º secretário na sessão ordinária de 23 de junho de 1947, exerceu essas funções durante o restante dessa histórica legislatura.

Reeleito na legislatura seguinte, foi convidado pelo então governador Raul Barbosa para assumir o cargo de secretário de Polícia e Segurança Pública, de janeiro de 1951 a janeiro de 1952, quando voltou à função parlamentar. Eleito presidente da Assembleia em 1954. Assumiu a governadoria do estado por quatro meses, na ausência do vice, Stênio Gomes da Silva.

Após seu afastamento da vida pública, permaneceu como tabelião titular do Cartório Ponte.

48. DÉCIO TELES CARTAXO

*1911

†2003

Presidência: 1955 e 1958



Filho de André Brasi-liense de Couto Cartaxo e de Maria Fernandes Teles Car-taxo. Nasceu a 11.04.1911, em Mauriti/CE e faleceu a 24.06.2003, em Fortaleza/CE.

Médico. Formado pe-la Faculdade de Medicina da Bahia, em 1934.

Regressou ao Ceará em 1935, passando a clinicar no Crato, como oftalmologista do Hospital São Francisco, ao tempo em que lecionava no Ginásio Santa Tereza de Je-sus as disciplinas: anatomia,

fisiologia e biologia, no curso normal. Foi o primeiro otorrinola-ringologista do Cariri; médico do serviço de tracoma; chefe do Posto de Higiene do Crato.

Prefeito do Crato eleito para o mandato de janeiro de 1951 a março de 1955. Desenvolveu grandes atividades no período que assinalou o centenário da cidade, ressaltando a presença do vice-presidente, Café Filho; do ministro do Traba-lho, João Goulart; e do presidente dos Diários Associados, Assis Chateaubriand.

Deputado estadual eleito para a legislatura de 1955, continuando, mesmo assim, a clinicar. Governador interino (em substituição a Flávio Portela Marcílio, de 08.11.1958 a 22.02.1959). Presidente do Poder Legislativo cearense em 1955 e 1958.

Assessor técnico dos municípios em 1958, conselheiro do Conselho de Contas dos Municípios, chefe da Casa Civil no primeiro Governo Virgílio Távora, médico da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (onde clinicou de 1968 a 1980) e membro Honorário da Academia Cearense de Medicina.

Ao retirar-se da vida pública, reativou suas atividades profissionais, fundando sua clínica particular denominada de Clínica de Olhos Dr. Moura Brasil, onde encerrou seus trabalhos médicos na década de 1980.

49. JOSÉ NAPOLEÃO DE ARAÚJO

*1910

†2002

Presidência: 1956



Filho de Napoleão de Araújo Lima e de Maria Leite de Araújo. Nasceu a 03.09.1910, em Brejo Santo/CE e faleceu em Fortaleza/CE a 30.12.2002.

Médico. Tendo iniciado os estudos na cidade natal, frequentando a escola pública regida pela professora Balbina Viana, seguiu em 1921, para a cidade de Jardim a continuá-los no Colégio 24 de Abril, dirigido pelo então juiz de direito da comarca, dr. Francisco de Lima Botelho, ingressando em

1923 no Seminário do Crato, no qual permaneceu até dezembro de 1925. No ano seguinte, veio para Fortaleza, matriculando-se no Colégio Cearense, dirigido pelos Irmãos Maristas, que cursou até o ano de 1930, ano em que ingressou no Liceu, onde concluiu o curso ginásial.

Em começo de 1931, seguiu para Salvador, em cuja Faculdade de Medicina se matriculou, concluindo o curso médico a 05.12.1936, obtendo o grau de Doutor em Ciências Médicas com a defesa da tese subordinada ao título *Das nefrites*. Regressando ao Ceará no mesmo ano da formatura, o dr. José Napoleão dedicou-se com ardor e desprendimento ao exercício da sua profissão no interior do Estado, conquistando justo conceito por sua aptidões e pela eficiência da sua clínica.

Foi eleito na sessão preparatória de 24 de fevereiro, vice-presidente da Constituinte, passando depois, por opção,

ao cargo de 1º Secretário. Reeleito deputado estadual para os mandatos de 1951, 1955, 1959 e 1963. Presidente da Assembleia em 1956 e suplente da Mesa Diretora em 1962.

Secretário de Interior e Justiça, no Governo Plácido Castelo, empreendeu profunda mudança nos diversos presídios do estado, começando pela Casa de Detenção de Fortaleza. À época, conseguiu recursos para construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, do Manicômio Judicial e da Colônia Agrícola Penal de Santana do Cariri, bem como para vários fóruns nas cidades do interior.

Também no Governo de Plácido Castelo, foi nomeado para o Conselho de Contas dos Municípios, onde chegou a ocupar a presidência e aposentou-se com uma larga folha de serviços prestados. Diretor financeiro do Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (Proafa).

Permaneceu até os seus últimos dias de vida, fortemente ligado à sua querida cidade natal, Brejo Santo, onde desfruta até hoje do carinho e admiração dos seus conterrâneos.

50. ÉDSON DA MOTA CORRÊA

*1898

†1987

Presidência: 1957



Filho de Antônio José Corrêa Filho e de Ana Ernestina da Rocha. Nasceu em Caucaia/CE a 09.11.1898^{*}, e faleceu a 02.12.1987, em Caucaia/CE.

Militar. Concluiu o curso secundário no Liceu do Ceará, em 1918. Verificou praça a 26 de novembro desse ano, no Exército, sendo promovido a 2º tenente comissionado a 04.10.1930, servindo no 23º Batalhão de Caçadores, sendo encarregado do Paio da Pólvora, em

Lagoa Seca, em Fortaleza.

Nomeado prefeito municipal de Aracati conforme decreto de 09.12.1931, deixou o cargo para assumir a Delegacia Especial da 3ª Zona Policial do Estado, decreto de 27.01.1932. Abandonou essa função seguindo com a Força Policial do estado a fim de combater a Revolução Constitucionalista em São Paulo, sob o comando do então capitão Olímpio Falconiére da Cunha. De volta ao Ceará, foi nomeado de diretor do Departamento de Secas do Estado, decreto de 09.11.1932. Designado Delegado Auxiliar do Estado, passou a responder pelo expediente da chefatura de polícia, no período de 22 a 24.10 e de 04 a 09.11.1934.

* Conforme verificação documental, a data exata de nascimento do parlamentar é 09.11.1898.

Eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1935, sob a legenda do então Partido Social Democrático (PSD), posteriormente transformado em União Democrática Nacional (UDN). Teve o mandato interrompido pelo golpe de 10.11.1937, revertendo, então, às fileiras do Exército para, novamente, sob a mesma legenda, figurar na chapa de deputados à Constituinte de 1947, onde teve assento, como 2º suplente. Assumiu posteriormente seu mandato na vaga do deputado Manoel Gomes Sales.

Reeleito para as legislaturas de 1951, 1955, 1959, 1963, pela UDN; 1967, 1971 e 1975, pela Arena. Primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1962, 1963, 1964 e 1966; 2º secretário em 1952 e 1953; governador interino, em substituição ao governador Virgílio Távora, por 15 dias, em 1966.

Fundador da Associação de Proteção à Saúde, à Maternidade e à Infância de Caucaia (entidade mantenedora do Hospital Maternidade Dr. Paulo Sarasate); do Centro Educacional de Caucaia (mantenedora do Colégio Janusa Corrêa); supervisor das prefeituras da zona central do estado; presidente da Comissão de Abastecimento e Preços; diretor do Departamento de Secas; delegado auxiliar de Fortaleza (SSP); chefe da Casa Militar.

Homem resoluto, de fibra, disciplinado e cômico de suas obrigações, destacou-se como bravo defensor das lutas de combate à Revolução Constitucionalista em São Paulo nos idos de 1931. Honesto, combativo e sempre fiel aos seus superiores e co-municípios, teve uma carreira política de grande repercussão no nosso Estado, sendo até hoje lembrado na história do Parlamento estadual cearense.

51. ALMIR SANTOS PINTO

*1913

†1991

Presidência: 1959, 1965 e 1973–1974



Filho de Melquíades Pinto Nogueira e de Isabel Santos Pinto. Nasceu a 15.02.1913, em Lavras da Mangabeira/CE, e faleceu a 19.11.1991, em Fortaleza/CE.

Médico. De início frequentou a Escola pública de dona Amélia Braga, terminando o curso primário no grupo escolar da sua terra. Veio, então, para Fortaleza, matriculando-se no internato do Instituto São Luiz, onde fez o curso

de admissão e o 1º ano seriado, em 1926. Naquele estabelecimento, cursou até o 3º seriado. Transferiu-se, em 1929, para o Liceu, onde fez os dois anos restantes no curso ginásial, seguindo a 04 de janeiro de 1931 para o Recife. Submeteu-se com sucesso a 05 de abril ao vestibular da Faculdade de Medicina daquela capital. Em 1932, transferiu-se para a Escola de Medicina da Bahia pela qual se doutorou a 05.12.1936. De volta ao Ceará, iniciou a sua vida clínica na cidade de Maranguape, onde chegou a 4 de janeiro de 1937.

Por ato do interventor Menezes Pimentel, de 15 de Janeiro de 1940, foi nomeado médico do Instituto Carneiro de Mendonça, antiga Escola de Menores Abandonados e Delinquentes de Santo Antônio de Pitaguary. Nesse cargo, teve ensejo de prestar relevantes serviços à causa da previdência social, dedicando a centenas de crianças ali internadas o má-

ximo interesse e todo desvelo de um assistente à altura da alta finalidade daquele estabelecimento reformatório.

Em outubro de 1942, após um curso de estágio de três meses no serviço de saúde do Exército, foi-lhe conferida a patente de 2º tenente médico da Reserva.

Por ato do interventor interino, dr. Manoel Antônio de Andrade Furtado, foi nomeado prefeito de Maranguape, cujas funções assumiu a 19 de fevereiro de 1944, sendo delas afastado a 19 de novembro de 1945, por ato do interventor Benedito Augusto Carvalho dos Santos. Retornou àquele cargo a 5 de maio de 1946, por nomeação do interventor ministro Pedro Firmeza, tendo, entretanto, de se desencompatibilizar para candidatar-se às eleições para constituinte estadual. Deixou a prefeitura a 03 de janeiro de 1947, sendo eleito deputado estadual com por 3.356 votos, ou seja o 10º colocado na ordem decrescente dos candidatos sufragados e eleitos sob a legenda do Partido Social Democrático.

O dr. Almir Pinto foi diretor da Maternidade Professor Olinto Oliveira e do Instituto dos Pobres, de Maranguape; médico da Associação dos Merceeiros na referida cidade e sócio da Associação Cearense de Imprensa. Por ato de 10 de maio de 1947, do dr. Joaquim Bastos Gonçalves, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, então nas funções de Governador, foi nomeado secretário de Polícia e Segurança Pública.

Na sessão ordinária de 22 de julho foi eleito, para as Comissões de Saúde Pública e Assistência Social e Segurança Pública.

O dr. Almir Pinto foi reeleito por mais sete mandatos consecutivos, fato que só se repetiu com o dr. Manoel de Castro (1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975). Foi o único político da história do Parlamento cearense a ocupar a Presidência da Assembleia por três períodos distintos (1959, 1965 e 1973–74). Vice-Presidente, terceiro e primeiro-secretário. Presidiu as Comissões de Constituição e Justiça, de Educa-

ção e a CPI do Contrabando no estado do Ceará. Presidente regional da Arena, no período de 1972 a 1975.

Participou, como deputado estadual, da delegação do Brasil ao Congresso Mundial dos Municípios em Bangcoc e Washington e do Congresso Hispano Luso Brasileiro dos Municípios, em Lisboa, Portugal. Presidiu a delegação brasileira da Associação Brasileira de Municípios ao VI Congresso Interamericano de Municípios, realizado em San Diego/Califórnia, EUA. Também presidiu a delegação brasileira que participou do Seminário de Demografia e Bioestatística, realizado sob os auspícios da AID, em San Juan de Porto Rico.

Exerceu os cargos de secretário de Segurança Pública, de Interior e Justiça, de Educação e Cultura e de Saúde. Foi presidente de honra da União Parlamentar Interestadual (UPI). Na condição de presidente da Assembleia, assumiu o Governo do Estado por 17 vezes.

Assumiu as elevadas funções de Senador da República em março de 1979, sob a legenda do PDS, como suplente do então senador César Cals de Oliveira Filho. Participou como delegado do Congresso Nacional ao Conclave da IPU – International Parliamentary Union, em Manila, Filipinas. Integrou as comissões de Finanças, Saúde, Legislação Social, Minas e Energia e Municípios, como titular; e as de Constituição e Justiça, Assuntos Regionais e Distrito Federal, como suplente. Foi suplente da Mesa Diretora do Senado.

Presidiu por quatro anos o Conselho Regional de Medicina do Estado. Foi também o primeiro presidente da Unimed – Ceará. Como membro da Academia Brasileira de Medicina Militar, esteve presente ao seminário realizado pela entidade sob a direção da Faculdade de Medicina da Universidade de Osaka, Japão. Foi diretor da Maternidade Professor Olinto Oliveira e do Instituto dos Pobres em Maranguape. Médico da Associação dos Merceeiros do Estado do Ceará e sócio da Associação Cearense de Imprensa.

52. ABELARDO GURGEL COSTA LIMA

*1917

†2006

Presidência: 1960



Filho de Pompeu Ferreira Costa Lima Filho e de Maria Antonieta Gurgel Costa Lima. Nasceu a 12.05.1917, em Aracati/CE. Faleceu em Fortaleza, a 15.04.2006.

Advogado. Iniciou os estudos primários em sua terra natal no Externato Francisca Clotilde, dirigido pela educadora e poetisa do mesmo nome. Em 1927, transferiu-se para Fortaleza cursando o primário e o ginasial no Colégio Cearense

do Sagrado Coração. Concluiu o curso de perito contador na Escola Padre Champagnat. Feito o curso pré-jurídico no Liceu, ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, colando grau como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1942.

Durante o curso universitário, exerceu o magistério em diversos estabelecimentos desta capital. Trabalhou como repórter nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*. Foi diretor comercial do jornal *A Razão*, órgão oficial da Ação Integralista Brasileira.

Depois de formado, mudou-se para Limoeiro do Norte/CE, onde se dedicou à advocacia e lecionou na Escola Normal Rural e no Ginásio Diocesano.

À época da redemocratização do país, retornou a Aracati para participar da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacio-

nal (UDN) no município, da qual foi primeiro-secretário do Diretório Municipal.

Nomeado prefeito de Aracati pelo desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, tomou posse em 16 de março de 1947. Já em 1º de agosto de 1948, voltou à prefeitura em virtude da renúncia do prefeito eleito Francisco Sabóia. Em 3 de outubro de 1954, foi eleito prefeito da mesma cidade pela coligação UDN-PSD para cumprir mandato de 1955 a 1958.

Fundador e diretor do jornal *Gazeta do Jaguaribe*, semanário que circulou em Aracati durante vários anos.

Eleito deputado estadual para os mandatos de 1951, 1959 e 1963.

Nomeado secretário do Trabalho e Ação Social no primeiro governo de Virgílio Távora. Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, aposentou-se com larga folha de serviços prestados.

A convite do Departamento de Estado, dos Estados Unidos da América, visitou o país durante dois meses e quinze dias.

Professor titular da Escola de Administração da Universidade Estadual do Ceará. Membro da Associação Cearense de Imprensa e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará.

Estudioso da história do Ceará, publicou os seguintes livros: *Terra Aracatiense* e *Pequena Corografia do Município do Aracati*.

53. RAIMUNDO GOMES DA SILVA

*1920

†2008

Presidência: 1961 e 1968



Filho de Joaquim da Mota Silva e de Joana Gomes da Silva. Nasceu a 31.08.1920, em Uruburetama/CE. Faleceu em 18.11.2008.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará; oficial da Reserva do Exército, serviu como 2º tenente R-2 e estagiou no 23º Batalhão de Caçadores de Fortaleza, em 1945. Como advogado, atuou nas comarcas de Pentecoste, Apuiarés, Uruburetama,

General Sampaio e todo o Vale do Acaraú; tabelião público e oficial do registro de imóveis de Pentecoste.

Deputado estadual (eleito para as legislaturas de 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971), deputado federal (eleito para as legislaturas de 1975, 1979 e 1983, e como tal, foi suplente das Comissões de Educação e Cultura – de 1975 a 1979, e de Minas e Energia – de 1980 a 1982).

Membro permanente da Comissão de Serviços Públicos e suplente da Comissão de Constituição e Justiça – de 1983 a 1984, sendo que, desta última, foi um dos deputados que mais relatou projetos de lei, perfazendo um total de 674 proposições (segundo as estatísticas da própria Comissão), 1º secretário da Mesa Diretora (de 1970 a 1971), e líder da Aliança Renovadora Nacional – Arena, e do Governo César Cals

(nas sessões legislativas de 1970 a 1973) e conselheiro do Conselho de Contas dos Municípios, em 1973.

Como presidente da Assembleia Legislativa, assumiu por seis vezes o Governo do Estado (por força constitucional, durante os impedimentos de seus titulares); membro de todas as Comissões Técnicas Permanentes e de várias Comissões Especiais (internas e externas) da Assembleia Legislativa, inclusive várias CPIs, destacando-se:

- ◆ Presidente da Comissão da Constituição e Justiça (por oito sessões legislativas);
- ◆ Presidente da Comissão de Redação de Leis;
- ◆ Presidente das Comissões Especiais de Adaptação da Constituição Estadual à Constituição Federal de 1967 e de Reforma do Regimento Interno da Assembleia;
- ◆ Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (para apurar irregularidades na Secretaria de Educação do Estado) e do Projeto do Novo Regimento Interno da Casa.

Assessor parlamentar do Ministério das Minas e Energia de fevereiro de 1989 a março de 1990, na gestão do dr. Vicente Fialho, então ministro da pasta, do governo do presidente José Sarney.

É detentor das seguintes condecorações:

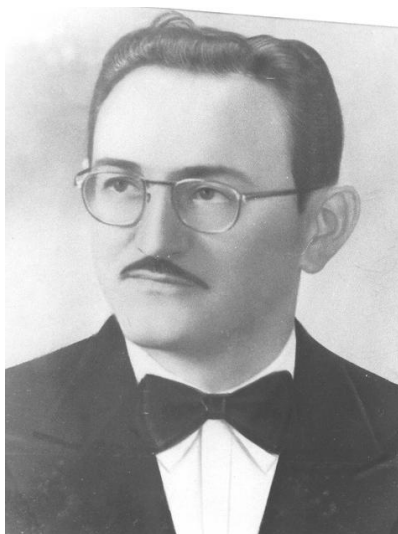
- ◆ Medalha de Bronze da União Interestadual (1965);
- ◆ Medalha de Bronze do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972);
- ◆ Medalha de Bronze do Poder Legislativo (1973);
- ◆ Medalha de Ouro Mérito Duque de Caxias (1975); e
- ◆ Medalha da Ordem do Ipiranga – São Paulo (1981).

54. JOSÉ PONTES NETO

*1915

†1994

Presidência: 1962



Filho de João Pontes (deputado à constituinte de 1935) e de Maria Auri Pontes. Nasceu a 01.12.1915, em Massapê/CE, e faleceu a 20.06.1994, em Quixeramobim/CE.

Médico. Aos oito anos de idade, foi mandado por seus pais para estudar em Sobral, no Colégio Nossa Senhora da Assunção. No ano seguinte, em 1925, matriculou-se no Colégio São Luiz, na cidade de Pacoti/CE, ali permanecendo como es-

tudante interno durante três anos, até 1927. Em continuação aos seus estudos e concluindo o curso primário, transferiu-se para Fortaleza, ingressando no Colégio Militar, até a conclusão do curso secundário, em 1933, de onde saiu como agrimensor.

Dedicado a materializar o seu grande ideal humanista, optou por abraçar a medicina na sua mais completa acepção. Com esse intuito seguiu, em 1934, para o Rio de Janeiro, em cuja Faculdade de Medicina e Cirurgia se matriculou, e pela qual se formou a 8 de dezembro de 1940.

Como acadêmico, foi interno de cirurgia, em que se especializou, nos hospitais da Gambôa e Pronto Socorro, ao mesmo tempo que lecionava matemática, física e química nos afamados colégios Paula Freitas, da capital federal; e Carvalho, em Niterói, pois sempre teve especial pendor pelo magis-

tério. Tanto que, regressando ao Ceará, foi professor de química, física e matemática nos colégios São Luiz, Doroteias, São João, Nossa Senhora Auxiliadora e Lourenço Filho, de Fortaleza.

Em 1941, foi nomeado médico do Instituto José Frota, ali permanecendo durante longo espaço de tempo.

Eleito deputado à Constituinte, pelo Partido Comunista, em 1947, estando entre os parlamentares outorgantes da Carta Magna promulgada naquele ano. Reeleito deputado estadual em 1951, 1955 e 1959. Presidente do Poder Legislativo em 1962.

Por ato de força da revolução de 64, teve seu mandato cassado, suspensos seus direitos políticos e sua prisão decretada. Encarcerado, num gesto de grandeza fraternal própria de sua personalidade, assistiu clinicamente e operou com sucesso o comandante militar regional da época, general André Fernandes, acometido de apendicite, que posteriormente o transferiu para Quixeramobim, onde passou a cumprir pena no hospital daquela cidade, exercendo a medicina, voltando-se para as populações carentes da região, até a obtenção de sua liberdade.

Pioneiro da interiorização do ensino médico no Brasil, professor adjunto da Faculdade de Medicina do Ceará, fundador do Hospital de Quixeramobim, que leva o seu nome, diretor da Casa de Saúde São Raimundo e presidente da Cruz Vermelha do Ceará, o dr. Pontes Neto foi, na sua simplicidade, um homem à frente do seu tempo e fez da medicina um sacerdócio.

Exímio e perito cirurgião, até hoje lembrado por seus colegas e pacientes, salvou milhares de vidas, levou às populações interioranas, sobretudo às mais pobres, aos quais se dedicou de corpo e alma, o calor de sua solidariedade e a competência do seu trabalho. Em sua honra e homenagem, tem o seu nome o Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará, para que fique perpetuado o seu exemplo de cidadão, político e figura humana de primeira grandeza.

55. CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES

***1930**

Presidência: 1963 e 1964



Filho do ex-deputado Carlos Eduardo Benevides e de Antônia Cabral Benevides. Nasceu a 21.03.1930, em Fortaleza/CE.

Advogado. Formado pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1950. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1952. Bacharel em Letras. Administrador. Registrado no Conselho Regional de Administração (CE e PI). Jornalista

profissional, sindicalizado – inscrição nº 041.

Representação Política:

Vereador à Câmara Municipal de Fortaleza (1955–1959), deputado estadual (eleito nas legislaturas de 1959–1962; 1963–1966; 1967–1970 e 1971–1974), líder da Maioria (1959), líder da Minoria (pelo bloco Democrático Renovador, em 1966), secretário do Interior e Justiça do Estado do Ceará, em 1962, secretário interino da Fazenda e da Educação.

Como presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, assumiu interinamente o Governo do Estado por 12 (doze) vezes, senador da República (eleito nas legislaturas de 1975–1983 e 1987–1995), vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (1975, 1976, 1979, 1980), vice-líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (1981–

1982; 1987–1990), segundo secretário da Mesa Diretora do Senado Federal (1977–1979); presidente da Assembleia Nacional Constituinte (interino, pelo afastamento do deputado Ulysses Guimarães, que assumiu a chefia da Nação, 1987–1988); primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte (1987–1988); presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional (1991–1993); presidente interino da República, em dezembro de 1992; líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e da Maioria, no Senado Federal (1993–1995); membro do conselho da República (1991–1995).

Disputou uma vaga à Câmara dos Deputados em 1998, obtendo a suplência. Assumiu o mandato temporariamente por alguns períodos entre 1999 e 2003. Em 16.01.2003, foi efetivado na vaga de Pinheiro Landim. Nas eleições de 2002, concorreu e novamente ficou na suplência. Assumiu o mandato definitivamente em 01.01.2005, com a renúncia de Roberto Pessoa, eleito prefeito de Maracanaú. Em 2006 e 2010, elegeu-se deputado federal. Em maio de 2016, assumiu cadeira de deputado federal como suplente. Membro titular da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e suplente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Atividades na Área Financeira:

Diretor do Banco do Estado de São Paulo, Banespa (1983–1985); Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S. A., BNB (1985–1986); Membro do Conselho Monetário Nacional (1985–1986).

Atividades Administrativa e Parlamentar:

Redator dos jornais: *Jornal da Manhã* (1950), *O Nordeste* (1951) e *A Fortaleza* (de 1961 a 1975, em Fortaleza); professor e assessor técnico do Senac (1969-1973); assessor da Federação do Comércio do Estado do Ceará (1971); presidente das comissões da Assembleia Legislativa: de Finanças e Orçamento (1967), de Fiscalização, Finanças e Tomada de Contas (1968, 1972 e 1973), de Educação (1969), de Reda-

ção Final (1971); membro da Comissão de Constituição e Justiça; relator do projeto de adaptação da Carta Estadual à Constituição de 1967; vice-presidente da União Parlamentar Interestadual (1964–1974); secretário do Diretório Regional do PSD (1962–1965); vice-presidente do Diretório Regional do MDB (1966–1968); presidente do Diretório Regional do MDB no Ceará (1969–1979); tesoureiro da Comissão Executiva Nacional do MDB (1975–1980); presidente da Comissão de Serviço Público do Senado Federal (1976); membro titular/suplente das Comissões de: Finanças, Relações Exteriores, Constituição e Justiça, Serviço Público, Civil e Legislação Social, Educação, Segurança Nacional, Assuntos Regionais e do Distrito Federal – Senado Federal (1975–1983); membro titular da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional (1975–1982); presidente de 42 Comissões Mistas do Congresso Nacional (1975–1982); membro do Conselho Deliberativo da SUDENE (1985–1986); membro do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS (1985-1986); presidente do Comitê Técnico de Educação e Treinamento da ALIDE – Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras de Desarrollo (1985–1986); presidente do Diretório Regional do PMDB (1970–1997); tesoureiro da Comissão Executiva Nacional do PMDB (1975–1990); presidente da Comissão do Distrito Federal (1989–1990); relator geral do Orçamento do Distrito Federal (1988–1990); membro titular/suplente das Comissões de: Assuntos Sociais, Constituição, Justiça e Cidadania / Educação / Relações Exteriores e Defesa Nacional / Fiscalização e Controle / Infraestrutura (1989–1990); presidente da sessão solene de instalação da Câmara Legislativa do Distrito Federal (1991); assessor especial do Ministro da Justiça (1995–1998).

Atividades Culturais:

Membro vitalício do Instituto do Ceará (1985), Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Ceará (1992), membro Efetivo da Academia Cearense de Letras (cadeira nº 39 - 1992), Acadêmico Emérito da Academia Brasileira de

Previdência e Assistência Social (1992), Membro da Academia Cearense de Retórica (cadeira nº 19 - 1993).

Obras Publicadas:

Autonomia das Capitais (1975); As muitas Lutas da Vida de Juarez Távora (1975); Controle e Fiscalização do Executivo e da Administração Indireta (1975); Em Defesa de Oito Milhões de Eleitores (1975); O Sesquicentenário do Senado Federal (1976); Prerrogativa atribuída ao Legislativo pelo Art. 45 da Carta Magna (1976); Algumas Sugestões para o Combate à Seca (1977); O Senador Pompeu (1977); Delmiro Gouveia e o Desenvolvimento Nordeste (1978); O Ceará e o seu Desenvolvimento na Área de Turismo (1979); O Significado da Mensagem do Papa aos Brasileiros (1980); O Centenário de Nascimento de Hermenegildo Firmeza (1981); Perspectiva do Nordeste e do Ceará (1981); Série Temas Nacionais e Problemas Cearenses (em seis volumes): I (1976), II (1977), III (1978), IV (1979), V (1981), VI (1983); Discurso de Posse no Instituto do Ceará (1985); Permanente Defesa no Nordeste (1986); Menezes Pimentel – Educador, Político e Homem Público (1987); Constituinte e Senado 1988 (pronunciamento e emendas à Constituição); Virgílio Távora, Político e Estadista (1988); Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs (1989); A Luta pelo Nordeste e Outros Temas Nacionais (1989); César Cals – Marcante Atuação na Vida Pública (1992); Plínio Pompeu – Um Século a Serviço do Ceará e do País (1992); O “Impeachment” no Senado Federal (1ª edição: 1992; 2ª edição: 1993); A Transposição de Águas do São Francisco (1994); Ayrton Senna: Glória Nacional (1994); O Intocável Banco do Nordeste (1994); Despedida do Senado (1994); e muitas outras.

Missões no exterior:

Membro da delegação brasileira à 62ª Conferência Parlamentar – Londres (1975); membro, como observador parlamentar, designado por Ato do Presidente da República, da Delegação do Brasil junto às 32ª, 37ª, 42ª, 44ª e 49ª Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (1977,

1982, 1987, 1989 e 1994); membro da missão parlamentar brasileira em Israel, Portugal e Alemanha; membro, como observador parlamentar, do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, designado para acompanhar as eleições da Costa Rica (1990).

Ordem do Mérito, Medalhas, Condecorações, Títulos etc.:

01. Ordem do Mérito: do Congresso Nacional, no Grau de Grande Oficial, conferida pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados (1978); de Brasília, no Grau de Grande Oficial; da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG (1992).

02. Medalhas: do Sesquicentenário do Senado Federal; de José Bonifácio, conferida pela Mesa do Senado Federal (1977); do Parlamento (Knesset) de Israel, Tel Aviv (1982); do Mérito Legislativo, concedida pela Câmara Municipal de Fortaleza (1973); do Brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães – São Paulo (1964); do Centro Cultural Brasil-Israel, Tel Aviv (1982); do Papado de Paulo VI, Roma (1977); do Jubileu de Prata do Senac, Administração Regional do Ceará – Fortaleza (1971); dos 30 Anos do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza (1982); de Prata da Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado do Ceará – Apeoc – (1981), em nome do Magistério Cearense, por sua condição de Presidente da Comissão Mista; de Prata dos 60 Anos do Colégio Cearense (1973); do Centenário de Clóvis Bevilacqua; do III, IV, V, VI e VII Congressos Brasileiros de Assembleias Legislativas; Comemorativa da Constituinte, conferida pelo Senado Federal (1987); da Ordem do Mérito Judiciário, conferida pelo Superior Tribunal Militar de Brasília (1989); da Inconfidência, conferida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto (1989); Alferes Joaquim José da Silva Xavier, conferida pelo Comando Geral da PM/DF (1989); Imperador D. Pedro II, conferida pelo Comando Geral da Academia Militar do CBMDF (1989); do Mérito Cairu, conferida pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (1989); do Mérito Mauá, conferida pelo Ministério dos Transportes (1989);

Dragão do Mar, concedida pela Companhia Docas do Ceará (1990); Mérito Henrique Bandeira de Melo, concedida pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (1990); Mérito Policial Civil Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, destinada a personalidades que hajam contribuído para o desenvolvimento da Instituição no Distrito Federal e no País (1990); da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo TRT – São Luís/MA (1990); do Pacificador, conferida pelo Ministério do Exército (1990); de Ouro - do Parlamento da Áustria (1991); do Clube dos Pioneiros de Brasília (1991); Comemorativa dos Pioneiros de Brasília (1991); Comemorativa do 50º Aniversário de instalação da Justiça do Trabalho (1991); Mérito do Presidente Castelo Branco – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (1991); do Mérito Industrial – Federação das Indústrias do Estado do Ceará (1992); do Mérito Legislativo – Grau de Grande Mérito – da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1992); da Ordem do Mérito Legislativo Municipal – Grau de Grande Mérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG (1992); Comemorativa dos 30 Anos de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade – CONTCOP – Brasília (1994).

03. Condecorações/Troféus etc.: Troféu Sereia de Ouro - Sistema Verdes Mares de Comunicação (1985); Personalidade do Ano – Associação dos Juízes Classistas da 7ª Região do Ceará (1991); Troféu Clóvis Rolim, do Clube dos Diretores Lojistas (1985); Condecoração da Ordem de Rio Branco, no Grau de Grã-Cruz, conferida pelo Presidente da República (1991); Grã-Cruz da Ordem de Andrés Reyes – Governo do Peru – (1991); Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (1991); Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília (1991); Grã-Cruz da Ordem do Mérito do Tocantins (1991); Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (1991); Grande Oficial do Mérito Aeronáutico (1991). Foi escolhido em 1961, juntamente com os deputados Luciano Magalhães e Edval Távora, o melhor deputado do ano.

04. Títulos: de Cidadão Honorário das seguintes cidades: Brasília (Câmara Legislativa do Distrito Federal - 1993); Rio de Janeiro (Câmara Legislativa do Rio de Janeiro - Guanabara - 1973); São Paulo (Câmara Municipal de São Paulo - 1984); Belo Horizonte (Câmara Municipal de Belo Horizonte - 1992); Currais Novos (Câmara Municipal de Currais Novos/RN, 1985); Martins (Câmara Municipal de Martins/RN, 1985).

De inúmeras outras cidades do estado do Ceará, dentre as quais: Iguatu, Independência, Jaguaratama, Limoeiro do Norte, Madalena, Quixeramobim, Sobral e Tabuleiro do Norte.

Em 19 de maio de 2016, Mauro Benevides foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em regozijo de 61 anos como detentor de mandatos legislativos.

56. FRANKLIN GONDIM CHAVES

*1908

†1992

Presidência: 1966



Filho de Sindulfo Serafim Freire Chaves e de Dulcinéa Gondim Chaves. Nasceu a 10.02.1908, em Fortaleza/CE, e faleceu a 20.12.1992, em Fortaleza/CE.

Educador e comerciante. Fez o curso primário em Fortaleza, em 1921, ingressando em 1923 no externato do Colégio Cearense, onde cursou por seis meses, interrompendo os estudos para empregar-se na casa comercial de seu

irmão José Chaves, em Limoeiro do Norte. Em 1926, tornou-se sócio solidário da firma J. Chaves & Irmão, àquela época restrita ao comércio retalhista, de tecidos, miudezas e ferragens, e depois ampliada com a sessão industrial, constituída de fábrica de extração de óleo de oiticica, óleo e descaroçamento de algodão. Estendendo ainda mais as suas atividades, dedicou-se igualmente à agricultura e à pecuária, estruturando então a maior cultura racional de carnaúba do estado da época, na Fazenda Campestre, no município de Pacajus.

Homem público, Franklin Chaves, exerceu em Limoeiro do Norte o mandato de vereador à Câmara Municipal, de 1935 a 1937, ocupando a presidência da mesma.

Foi, todavia, no campo da ação social, que se tornou merecedor do apreço e da admiração de seus cidadãos. Pois foi ele o idealizador e fundador da Escola Normal Rural da-

quela cidade: fundador e presidente por vários anos, da Sociedade Pró-educacional Rural de Limoeiro; fundador e presidente da Sociedade dos Amigos de Limoeiro; presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo, daquela Diocese; presidente do Círculo de Operários Católicos e promotor de outras iniciativas de grande alcance, tendo nele encontrado a Diocese limoeirense um dedicado amigo e auxiliar na realização de suas obras de assistência sócio-católica.

Franklin Chaves foi o terceiro membro da família Chaves a ter assento no Parlamento estadual, pois foram deputados o seu avô, cel. Serafim Tolentino e o seu tio, dr. Leonel Serafim Freire Chaves.

Eleito deputado estadual à Assembleia Legislativa do Ceará. Foi indicado na sessão ordinária de 22 de julho de 1947, para as Comissões de Finanças e Orçamento e Indústria e Comércio.

Reeleito para mais seis legislaturas consecutivas: 1951, 1955, 1959, 1963, 1967 e 1971. Presidente da Assembleia Legislativa em 1966, quando assumiu o Governo do Estado por várias ocasiões. Primeiro vice-presidente da Casa em 1960 e 1967.

Presidente da Comissão de Finanças, da primeira Comissão de Divisão Territorial do Estado, da Comissão Regional das Assembleias Legislativas do Nordeste, apresentando então diversas sugestões para os problemas dos pecuaristas; membro efetivo de várias Comissões Técnicas, do Conselho Estadual de Economia por indicação da Assembleia; representante do Governo do Estado junto ao Conselho Deliberativo da Sudene; relator da Proposta Orçamentária do Estado em todas as legislaturas.

Presidiu, na qualidade de Governador do Estado, a reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, na Ilha de Fernando de Noronha. Presidente do Seminário de Orós e Banabuiú que tratou da defesa do Vale do Jaguaribe. Membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvi-

to Econômico e Cultural do Ceará (Sudec); do Conselho Diretor da Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec); e conselheiro do Conselho de Contas do Estado.

Membro da Executiva Estadual do PSD, um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e secretário Geral do Diretório Regional da Arena.

Condecorações Recebidas/Títulos:

01. Medalhas: Comemorativa do Centenário de Nascimento de Clóvis Bevilacqua, concedida pelo Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado (1959); Grande Mérito Parlamentar – VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas (1972); Abolição, concedida pelo Governador César Cals (1972); Dom Aureliano Mattos, concedida pela Câmara Municipal de Limoeiro do Norte/CE, pelos relevantes serviços prestados ao município (1987).

02. Comenda: Maia Alarcón, da prefeitura de Tabuleiro do Norte/CE (1988).

03. Títulos de Cidadão Honorário de:

- ◆ Iracema (1968)
- ◆ Limoeiro do Norte (1974)
- ◆ Pacajus (1982)
- ◆ Chorozinho (1989)

57. JOSÉ ADAUTO BEZERRA

*1926

Presidência: 1967 e 1971–1972



Filho de José Bezerra de Menezes e de Maria Amélia Rodrigues Bezerra. Nasceu a 03.06.1926, em Juazeiro do Norte/CE.

Militar e banqueiro. Concluiu o curso de Oficial do Exército na Academia Militar de Agulhas Negras (RJ). Vice-presidente Geral e presidente do Conselho de Administração do então Banco Industrial e Comercial S/A – Bicbanco.

Deputado estadual eleito em 1959, 1963, pela UDN – União Democrática Nacional, e em 1967 e 1971, pela Arena – Aliança Renovadora Nacional. Assumiu o Governo do Estado em 1967, em caráter de interinidade, quando presidente da Assembleia Legislativa, na ausência do governador Plácido Castelo e novamente no Governo César Cals Filho, no biênio 1970–71. Primeiro vice-presidente do Diretório Regional da Arena, seção Ceará.

Governador do estado do Ceará, indicado pelo presidente da República, general Ernesto Geisel, para o período de 15.03.1975 a 15.03.1979, renunciou ao cargo em 28.02.1978, a fim de candidatar-se a deputado federal nas eleições daquele ano.

Deputado federal, eleito com cerca de 120.000 sufrágios – a maior votação do Nordeste para a legislatura de 1979. Vice-governador do Estado do Ceará, companheiro de chapa de Gonzaga Mota, eleito a 15.11.1982.

Entre os cargos públicos de relevância que ocupou, destacam-se, entre outros, os de superintendente da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste); presidente de Honra do PFL (Partido da Frente Liberal).

Comendas/Medalhas/Títulos/Homenagens:

01. Comendas: da Ordem do Mérito das Forças Armadas, no Grau de Oficial; de Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro (conferida pelo Vaticano).

02. Medalhas: da Abolição; de Bronze (do Exército); do Mérito da Prefeitura de Fortaleza; de Melhor Deputado (em várias legislaturas).

03. Títulos de Cidadão Honorário das seguintes cidades: Fortaleza, Abaiara, Aracoiaba, Arneiroz, Assaré, Baturité, Baixo, Brejo Santo, Caririçu, Farias Brito, Granjeiro, Iguatu, Ipaumirim, Itatira, Jaguaribe, Jaguaratama, Jardim, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Maranguape, Mauriti, Milagres, Nova Olinda, Orós, Palmácia, Piquet Carneiro, Porteiras, Potengi, Russas, Saboeiro, Santana do Cariri, Sobral, Tianguá, Uruburetama e Várzea Alegre.

Entre outras, foram prestadas a Aduauto Bezerra as seguintes homenagens: denominação do Palácio Deputado Aduauto Bezerra ao edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (por decisão unânime dos deputados); designação de Governador Aduauto Bezerra ao Centro Social do Mondubim (por decreto do prefeito Evandro Ayres de Moura); denominação de Rodovia Governador Aduauto Bezerra à estrada que liga Crato a Assaré (por decreto do governador Waldemar de Alcântara).

58. GONÇALO CLAUDINO SALES

*1922

†2009

Presidência: 1969



Filho de Antônio Claudino Sales e de Joana Soares da Silva. Nasceu a 12.02.1922, em Novo Oriente/CE. Faleceu em Fortaleza, a 22.06.2009.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 05.11.1949. Iniciou suas atividades advocatícias em janeiro de 1950. No município de Crateús, fundou e dirigiu a companhia telefônica; foi diretor da Cooperativa de Crédito Agrícola e da

Escola Técnica de Comércio Padre Juvêncio. Presidente, por várias vezes, do Lions Clube; fundou e foi diretor comercial da Crateús Algodoeira S/A. Foi advogado do 4º Batalhão de Engenharia e Construção e delegado regional do Ensino durante o Governo Paulo Sarasate.

Sua atuação política iniciou-se com sua eleição para a Assembleia Legislativa em 1967, reelegendo-se para o período de 1971–74. Líder adjunto da Arena (Aliança Renovadora Nacional) em 1967; vice-líder da Arena. Presidente do Poder Legislativo em 1969, tendo assumido, algumas vezes, interinamente, o Governo do Estado do Ceará. No Congresso Nacional, atuou como deputado federal nas legislaturas de 1975 e 1979, ocasião em que foi vice-líder do Governo e da Arena e presidente de duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

No Lions Clube do Brasil, alcançou os mais altos postos diretivos, tendo sido governador do referido clube de serviço no Ceará e presidente do Conselho Nacional dos Governadores do Lions Clube do Brasil.

Na vida pública, galgou relevantes posições e prestou importantes serviços à comunidade, revelando competência e probidade administrativas. Ocupou os seguintes cargos: secretário de Administração, no Governo César Cals; secretário Administração, de Segurança Pública e Procurador Geral do Estado, no Governo Gonzaga Mota; presidente da Companhia Industrial do Ceará – CDI e Chefe de Gabinete (Subsecretário) da Secretaria de Governo do Estado – Segov (no 1º Governo Tasso Jereissati) e Secretário Geral do município de Caeté, Minas Gerais.

Condecorações Recebidas:

01. Comendas: da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Naval (ambas por decreto do Presidente da República); da Ordem do Ipiranga (por decreto do Governador do Estado de São Paulo).

02. Títulos: Cidadão Honorário de Crateús/CE e de Caeté/MG.

Trabalho Publicado:

Monografia: *Leonismo e Desenvolvimento* (1973).

59. MANOEL CASTRO FILHO

*1912

†1995

Presidência: 1970



Nasceu em Morada Nova/CE, a 01.07.1912, e faleceu a 18.09.1995, em Fortaleza/CE. Filho de Manuel Castro Gomes de Andrade e de Maria Cândida Gomes de Andrade. Seu pai foi abastado criador e agricultor, proprietário de diversas fazendas tecnicamente instaladas, comerciante e importante chefe político. Seu avô materno, Antônio Regino de Oliveira, foi chefe político, por muitos anos, com enorme prestígio, filiado ao Partido

Democrata, comandado pelo deputado federal, dr. Manuel Moreira da Rocha.

Advogado. Iniciou seus estudos na cidade de Aracati, no Colégio José de Alencar, dirigido pelo dr. Joaquim Moreira de Souza, então promotor de Justiça da Comarca, tendo ali feito o curso primário nos anos de 1927 e 1928. Em 1929, veio para Fortaleza, matriculando-se no Colégio Castelo Branco, onde realizou o curso secundário, ali permanecendo até 1931. Em 1932, matriculou-se no Ginásio São João. Em 1934, prestou o exame vestibular à Faculdade de Direito do Ceará, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais a 08.12.1938.

Em 1939, transferiu sua residência para Limoeiro do Norte, onde dedicou-se à advocacia. Em 1945, foi nomeado juiz eleitoral, permanecendo na função até julho de 1946,

quando foi substituído pelo juiz de direito, dr. Otacílio Peixoto de Alencar.

Deputado Constituinte em 1947. Membro da Comissão de Segurança Pública, eleito em sessão ordinária de 22 de julho daquele mesmo ano. Reeleito por sete legislaturas consecutivas (1951, 1955, 1959, 1963, 1967, 1971 e 1975). Integrou diversas Comissões Técnicas e foi primeiro-secretário da Mesa Diretora, em 1966. Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, em 1970, exerceu por várias vezes a chefia do Governo do Estado, durante as ausências do governador Plácido Castelo.

Detentor da Medalha do Mérito Parlamentar, condecoração concedida apenas aos deputados com 25 anos de atividades legislativas.

Eleito vice-governador na chapa de Virgílio Távora, em 1978, assumindo em caráter definitivo o Governo do Estado em 15.03.1982, em vista do afastamento do governador titular para candidatar-se ao Senado Federal.

A atuação do governador Manoel Castro Filho retratou a confirmação de uma vida pública, pautada sob a égide de esperança em dias melhores para o Ceará. Homem de caráter austero, inteligência prática voltada para o bem coletivo e, o que mais o distinguiu, foi a sua fidelidade partidária e a sua amizade aos conterrâneos de Morada Nova e aos cearenses em geral. Foi um homem simples e de ética política invejável.

60. ALCEU VIEIRA COUTINHO

*1924

†2008

Presidência: 1975–1976



Filho de João Gomes Coutinho e de Rita Vieira Coutinho. Nasceu a 03.07.1924, em Independência/CE. Faleceu a 15.05.2008, em Fortaleza/CE.

Agropecuário. Deputado estadual nas legislaturas de 1963 (pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro), 1967, 1971, 1975 (pela Arena – Aliança Renovadora Nacional) e 1987; 1º e 2º Secretário do Poder Legislativo.

Assumiu o cargo de Governador, interinamente, por duas vezes; prefeito de Independência, de 1948 a 1951; conselheiro aposentado do Tribunal de Contas dos Municípios, do qual foi vice-presidente; secretário para Assuntos Municipais (no Governo Virgílio Távora); diretor da Casa de Detenção de Fortaleza, de 1951 a 1955; secretário do Daer (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem); Fundador e primeiro presidente da Cooperativa Mista e da Associação Assistencial de Independência.

Exerceu a Secretaria de Coordenadoria Política em Caucaia, na gestão do prefeito José Gerardo Arruda.

61. PAULO FEIJÓ DE SÁ E BENEVIDES

*1907

†1990

Presidência: 1977–1978



Filho de José Tavares de Sá e Benevides e de Maria do Carmo Feijó de Sá e Benevides. Nasceu a 19.07.1907, em Mombaça/CE, e faleceu a 16.06.1990, em Fortaleza/CE.

Contabilista. Formado pela Escola de Comércio Carlos de Carvalho. Presidente da Escola de Comércio Fênix Caixeiral; vice-presidente do Sindicato dos Bancários (em sua primeira diretoria);

presidente do Ceará Sporting Clube; deputado estadual nas legislaturas de 1967, 1971 e 1975. Assumiu o Governo do Estado por várias vezes, quando Presidente da Assembleia Legislativa; presidente da Fundação Cearense de Meteorologia, Funceme (durante o quadriênio 1979–1983); vice-presidente da Associação dos Ex-deputados, Assedec, no exercício da qual veio a falecer, aos 83 anos de idade.

Em seu atuante desempenho parlamentar, deixou o maior legado como defensor da educação no estado. Duas escolas receberam sua dedicação e trabalho: a construção da Escola Agrícola de Mombaça e a Escola de 1º Grau Deputado Paulo Benevides, em Messejana.

Como presidente do Poder Legislativo, teve a honra de inaugurar o Palácio Deputado Adauto Bezerra, atual sede da Casa do Povo, promovendo grande e importante solenida-

de cívica que contou com a presença do presidente da República, gal. Ernesto Geisel, e de representações parlamentares de todos os estados.

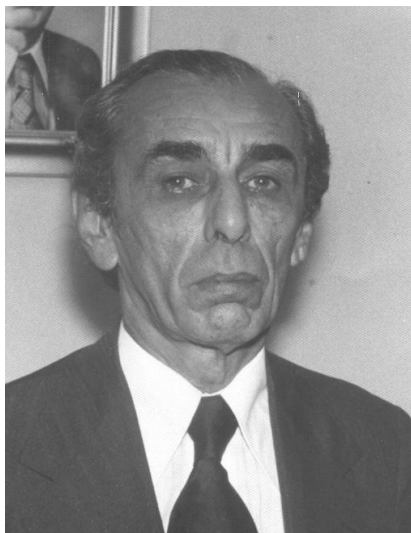
Uma existência dedicada à família e à prática efetiva de posturas políticas dignas de um estadista, a qual legou exemplos de amor, carinho, dedicação, alegria, otimismo e honradez.

62. AQUILES PERES MOTA

*1924

†2000

Presidência: 1979–1980 e 1983–1984



Filho de Otacílio Mota e de Antônia Peres Mota. Nasceu a 09.08.1924, em Ipueiras/CE, e faleceu a 19.03.2000, em Fortaleza/CE.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1952. Promotor público, em Guaraciaba do Norte, São Benedito e Ipueiras.

Eleito deputado estadual em 1955; presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e Orçamento e Finanças; vice-líder da UDN (União Democrática Nacional); 1º Secretário; líder do Governo e da Arena – Aliança Renovadora Nacional. Presidente do Poder Legislativo nos biênios 1979–80 e 1983–84.

Foi um dos fundadores da Mocidade Udenista, em 1950, permanecendo fiel aos seus ideais partidários até o último dia de sua atuação política; presidente do Ferroviário Atlético Clube; jornalista; diretor do jornal *Diário do Povo*; membro da Associação Cearense de Imprensa.

Exerceu grande influência na política cearense durante mais de quatro décadas. Como deputado, marcou, de forma indelével, sua passagem pelo Legislativo. Durante vários anos, foi figura importante e decisiva no dia a dia da Casa.

Desde jovem, destacou-se como líder, pertencendo a um ciclo político iniciado com a presença de jovens estudantes nas lides partidárias, figuras estas que galgariam posições de destaque nos destinos do Ceará, a saber: Joaquim de Figueiredo Correia (deputado estadual, federal e vice-governador do estado do Ceará), Chagas Vasconcelos (deputado estadual e federal), Vasconcelos de Arruda (grande líder estudantil e deputado estadual em várias legislaturas), Dorian Sampaio (deputado estadual e brilhante jornalista), Manoel Lima Soares (advogado e jornalista), Lúcio Lima (professor e Jornalista), Stênio Leite Linhares (desembargador), Luciano Magalhães (deputado e jornalista), Ernando Uchôa Lima (ex-presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil) entre tantos outros que viriam a se firmar no cenário sócio-político do Estado do Ceará. Era o grupo oriundo do Centro Estudantil Cearense.

Como líder do Governo, conduzia-se com equilíbrio e respeito no trato com a oposição, encaminhando a defesa das teses do Governo com veemência, adotando sempre uma forma de convivência respeitosa para com a Minoria.

Foi o último orador a ocupar a tribuna do Paço Senador Alencar, na antiga sede do Poder Legislativo estadual. Num gesto de amor e respeito, e de forma simbólica, representando todos quantos tiveram passagem pelo centenário prédio instalado em 1871, comovidamente, na despedida, beijou a Tribuna, deixando transparecer a emoção em lágrimas.

Aquiles Peres Mota será sempre referência obrigatória na história do Parlamento estadual cearense pela sua postura de homem público, fidelidade aos seus princípios políticos. Destacou-se no cenário da Assembleia Legislativa como orador eloquente, merecendo de todos os companheiros o reconhecimento de sua capacidade de liderança.

63. ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES CAVALCANTE

*1943

Presidência: 1981–1982



Filho de João Melo Cavalcante e de Leonor Soares Cavalcante. Nasceu a 01.11.1943, em Crateús/CE.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Ceará, em 1968.

Iniciou sua atividade política nas fileiras da Arena (Aliança Renovadora Nacional). Eleito deputado estadual nas legislaturas de 1971, 1975 e 1979; pelo PDS (Partido Democrático Social), em 1983; pelo PFL (Partido da

Frente Liberal) - Constituinte de 1987; deputado federal pelo PFL nas legislaturas de 1991 e 1995.

Líder da Arena na Assembleia Legislativa, nos governos César Cals e Adauto Bezerra, de 1971 a 1978; presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 1981–1982; líder do Governo Virgílio Távora, pelo PDS, em 1982; secretário de Administração, de 1983 a 1985, no Governo Gonzaga Mota.

Como presidente do Poder Legislativo, soube dignificar o exercício do cargo diante das ameaças à imunidade de parlamentares e à independência do Legislativo. Vice-presidente da Mesa Diretora em 1988; presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de 1989 a 1990.

Comenda/Medalhas/Placa/Títulos:

01. Comenda: da Ordem do Ipiranga, Grau de Grande Oficial, pelo Governo de São Paulo (1982).

02. Medalhas: do Mérito Policial, da Polícia Militar do Ceará (1982); da Cidade de Fortaleza, da Câmara Municipal de Fortaleza (1984).

03. Placa: de Prata, da Câmara Municipal de Fortaleza (1986).

04. Título: Sócio Honorário do Instituto de Ciência Política de São Paulo (1984).

Atualmente dedica-se às atividades advocatícias, abraçando causas de interesse social com atuante trabalho junto aos fóruns do nosso estado.

64. FRANCISCO CASTELO DE CASTRO

*1922

†1990

Presidência: 1985–1986



Filho de João Batista de Castro e de Maria Petronília Castelo de Castro. Nasceu a 22.09.1922, em Mombaça/CE, e faleceu a 10.08.1990, em Fortaleza/CE.

Advogado. Formado pela Universidade Federal do Ceará. Prefeito de Mombaça/CE (em 1944, aos 21 anos de idade, nomeado pelo interventor estadual Menezes Pimentel). Ao término do período de intervenção, passou a residir em Fortaleza/CE, onde trabalhou como vendedor

na Companhia Quixadá Comercial e Importadora. Disputou vitoriosamente as eleições diretas para a prefeitura, em 1958, pelo PSD – Partido Social Democrático.

Deputado estadual nas legislaturas de 1963, 1967, 1971, 1975, 1979 e 1983; secretário adjunto de Trabalho e Ação Social (no 1º Governo de Virgílio Távora); vice-governador do Ceará, no período de 1987 a 1990.

Figura de destaque do Legislativo cearense, por suas reais qualidades de homem público e de cidadão digno. Por várias legislaturas, representou o espírito de oposição consciente, como líder, inicialmente do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), posteriormente PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Sóbrio, de proposições elegantes, soube, como poucos, no ciclo após a Revolução de 1964, não transigir de seus princípios e conduzir-se com rara sabedoria

na tribuna da Casa do Povo. Manteve, ao curso de sua função de oposição, acalorados debates com o líder do Governo, Aquiles Peres Mota, mas, em nenhum momento adotou posições indelicadas ou agressivas.

Orador fluente e convincente, sua presença na tribuna era a certeza de um diálogo de alto nível, sempre abordando assuntos do interesse público. A par de suas qualidades de homem político, destacou-se pela lhaneza no trato com seus companheiros deputados, principalmente no acesso aos debates.

Sua vida foi totalmente dedicada às atividades políticas, e exemplo de altivez e independência. Não deixou descendentes nem bens materiais, mas seu nome ainda hoje é lembrado com admiração e respeito por quantos com ele conviveram no Parlamento estadual.

65. ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA

*1938

Presidência: 1987–1988



Filho do magistrado José Ósimo da Silva Câmara e de Maria Gomes de Oliveira Câmara. Nasceu a 04.04.1938, em Tauá/CE.

Advogado. Iniciou seus estudos no Grupo Escolar Joaquim Pimenta, em Tauá. Coursou o 2º grau no Liceu do Ceará, em Fortaleza. Estudou na Escola Industrial de Fortaleza. Foi aprovado para o curso de Engenharia Química da UFC, deixando, no entanto, inconcluso para ingressar

na faculdade de Direito da mesma universidade, bacharelando-se em 1973.

Ingressou na Previdência Social em 1957, tendo exercido praticamente todos os degraus da hierarquia do Órgão, no Ceará, inclusive o de superintendente-adjunto do então INPS. Procurador concursado do INPS, depois INSS e por último, removido para a Advocacia Geral da União.

Originário de uma família com marcante atuação política na região dos Inhamuns, mais fortemente no município de Tauá, que foi governado de 27.07.1919 a 01.10.1927 pelo seu bisavô Domingos Gomes de Freitas que conseguiu eleger dois de seus filhos, Manoel Gomes de Freitas (constituente em 1947) e Antônio Gomes de Freitas, deputado estadual no período de 1951 a 1963. A eleição do médico Domingos Gomes de Aguiar para a prefeitura de Tauá, em duas oportunidades,

1968 a 1971 e 1973 a 1976, consolidou o prestígio da família Gomes, na região dos Inhamuns.

Durante a primeira gestão de Domingos Gomes de Aguiar à frente da Prefeitura de Tauá, o grupo político que lhe dava apoio, autorizou-o a indicar um nome para ser votado por todos, para representá-los na Assembleia Legislativa. Era o início do ano eleitoral de 1974. Primo e amigo/irmão do prefeito, Antônio Câmara foi ungido com o convite para ser candidato ao Legislativo estadual pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Aceito o convite, pediu dispensa do cargo de superintendente-adjunto do INPS para concorrer às eleições de 15 de novembro de 1974.

Deputado estadual em cinco legislaturas consecutivas, de 1º de fevereiro de 1975 a 31 de janeiro de 1995. Nesse período, participou praticamente de todas as Comissões Técnicas em funcionamento no Poder Legislativo. Vice-líder do Governo Virgílio Távora e líder do Governo Gonzaga Mota. Autor de vários projetos de lei, merecendo destaque o que autorizou a contagem de tempo de serviço prestado à empresa privada para fins de aposentadoria dos serviços estaduais.

Na condição de líder do PDS, presidiu a sessão em que os deputados do partido majoritário na Assembleia, elegeriam os seis delegados do Ceará, com direito a voto no Colégio Eleitoral, que escolheria o presidente da República, em 15 de janeiro de 1985. Os candidatos já estavam escolhidos pelas respectivas convenções: Paulo Maluf, pelo PDS e Tancredo Neves, pelo PMDB. A votação foi secreta e fiscalizada pelo TRE. Os deputados que defendiam a chapa Tancredo-Sarney, venceram a disputa com o apoio do governador Gonzaga Mota e do vice Aduino Bezerra, ambos dissidentes do PDS.

Foram eleitos membros do Colégio Eleitoral que escolheu Tancredo Neves presidente da República, os deputados estaduais Antônio Câmara, Domingos Fontes, Etevaldo Nogueira, Jarbas Bezerra, José Mário Barbosa e Raimundo Bezerra. A partir desse episódio, os dissidentes do PDS que

votaram em Tancredo Neves e seguiam a orientação do governador Gonzaga Mota, migraram para o PMDB.

Em 1985, o então governador Gonzaga Mota criou a Secretaria de Governo para prestar assessoria político-administrativa ao Governador, nomeando o deputado Antônio Câmara, seu primeiro titular. Período difícil, pois coincidiu com o rompimento político do governador Gonzaga Mota com os ex-governadores Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, que juntos haviam viabilizado a eleição de Gonzaga Mota, em 1982. O governador rompeu com os ex-governadores que eram politicamente fortes e comandavam a grande maioria dos prefeitos cearenses.

Contrariando o raciocínio da maioria dos chefes políticos, lançou como candidato a governador um jovem empresário com muita pouca vivência na política partidária do Ceará, Tasso Jereissati. Mas, apesar das pesquisas exageradamente contra Jereissati, Gonzaga Mota conseguiu, juntamente com seus aliados, entre eles o deputado Antônio Câmara, reverter o quadro eleitoral, elegendo seu sucessor, mesmo que para isso tenha permanecido no Governo até o final do seu mandato.

No início de 1987, Gonzaga Mota, ainda governador, sugeriu à bancada do PMDB, majoritária na Assembleia, o nome do deputado Antônio Câmara para presidir o Poder Legislativo cearense no biênio 1987–1988. Lembrou a todos da bancada peemedebista o eficiente trabalho desenvolvido por ele à frente da Secretaria de Governo e sua posterior participação em toda campanha eleitoral.

Aceita a sugestão, a composição da nova Mesa Diretora foi submetida à votação e o deputado Câmara foi eleito Presidente da Assembleia 1987–1988. Nesse período e em face da renúncia do vice-governador Adauto Bezerra para concorrer ao cargo de governador, Antônio Câmara assumiu a chefia do Executivo em várias oportunidades. Também na gestão do governador Tasso Jereissati, assumiu o governo inúmeras vezes, em decorrência da ausência do vice-governador Castelo de Castro, acometido de grave enfermi-

dade e em constantes tratamentos fora do Estado. O governador Tasso Jereissati transferia, sempre que se ausentava do Estado, a chefia do Poder Executivo a um adversário político, que sempre o exerceu com lealdade e espírito público.

Em poucos meses as relações entre a maioria das bancadas da Assembleia Legislativa e o governador Tasso Jereissati passaram a sofrer um visível desgaste. Antônio Câmara adotou uma postura ativa, não permitindo qualquer tipo de interferência do Executivo que resultasse na quebra do princípio constitucional de que os Poderes são independentes e harmônicos entre si. O Legislativo tinha inteira liberdade para discutir, emendar, aprovar ou desaprovar matérias em tramitação, fossem elas de parlamentares ou do Governo.

Promulgada a Constituição Federal a 05 de outubro de 1988, dispunham os estados membros do prazo, improrrogável, de um ano para que suas Assembleias Estaduais Constituintes elaborassem e promulgassem suas respectivas Constituições.

Os presidentes de Assembleias Estaduais de todo o país tiveram a oportunidade de participar de várias reuniões com o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, com o relator geral, Bernardo Cabral e presidentes de diferentes comissões técnicas da estrutura da Constituinte Federal, para familiarizarem-se com a metodologia dos trabalhos de elaboração da nova Constituição Federal. Talvez, por isso, a quase totalidade dos presidentes das Assembleias Legislativas assumiram as presidências das Assembleias Estaduais Constituintes, sem contestações. No Ceará, a bancada que dava sustentação política ao governador Tasso Jereissati decidiu disputar, com chapa própria, todos os lugares da Mesa Diretora da Assembleia Constituinte, em apoio ao chefe do Poder Executivo com quem o presidente da Assembleia Legislativa, havia rompido politicamente.

Realizada a eleição, a chapa da oposição, encabeçada pelo deputado Câmara, venceu o pleito e a Mesa da Assembleia Estadual Constituinte foi empossada, iniciando-se a

elaboração da Carta Magna cearense. Logo de início, houve o unânime reconhecimento da necessidade de adotar uma metodologia que primasse pela transparência de suas inclinações democráticas, o que ficou consagrado na merecida ênfase à participação popular, com a instauração da primeira fase destinada a receber as proposições das entidades em geral e singularmente de qualquer cidadão.

E mais ainda se fez: deslocou-se a Assembleia Constituinte a algumas regiões do Estado para colher as iniciativas populares, travando-se calorosos debates com as comunidades, suas lideranças, seus representantes, prefeitos, vereadores, deputados e suas forças populares. Grandes esforços tiveram que ser empreendidos para o pontual cumprimento dos encargos, exigindo regime intensivo de trabalho de todos os constituintes cearenses, sem o que não teria sido possível promulgar em 05 de outubro de 1989, a Constituição do Estado do Ceará.

A eleição de 1990 foi a última a qual o deputado Antônio Câmara participou, elegendo-se mais uma vez pela legenda do PMDB. Escolhido líder da oposição ao governo Ciro Gomes, decidiu assumir o encargo e o fez com destemor e lealdade.

Em 1993, Antônio Câmara comunicou ao seu grupo familiar e a seus solidários aliados, mas de modo especial ao ex-prefeito, Domingos Gomes de Aguiar, que não concorreria às próximas eleições para deputado estadual e estaria disponível para ajudar na escolha de seu sucessor.

Para tanto, colocou à disposição de quem fosse escolhido para sucedê-lo, toda a estrutura que conseguira montar nos últimos vinte anos, inclusive uma emissora de rádio AM, sediada em Tauá. Por unanimidade e em homenagem ao companheiro e ex-prefeito, as lideranças políticas presentes à reunião escolheram o jovem advogado Domingos Filho para continuar o seu trabalho realizado durante vinte anos, com altivez, espírito público e honradez.

66. FRANCISCO PINHEIRO LANDIM

*1943

Presidência: 1989–1990



Nasceu em Solonópolis/CE, a 20.11.1943. Filho de Joaquim Antenor Pinheiro Landim e de Maria Araci Pinheiro Landim.

Empresário. Fez seus primeiros estudos em escolas do município de Milhã e os cursos secundário e complementares nos colégios Cearense do Sagrado Coração e São José, de Fortaleza.

Sua vida pública foi desenvolvida ao longo de três décadas, através de mandatos eletivos que lhe foram outorgados por votos oriundos de várias regiões do estado do Ceará, como segue: vereador por Fortaleza, MDB (1966–1970); vice-prefeito de Solonópolis, MDB (1973–1977); deputado estadual, (1983–1987), PMDB; deputado estadual constituinte (1987–1991), PMDB; governador Interino, (1989–1991), PMDB; deputado federal - Congresso Revisor (1991–1995), PMDB; deputado federal (1995–1999 e 1999–2003), PMDB.

Sua vida partidária, sempre pautada por uma linha de coerência ideológica, teve o seguinte desenvolvimento:

- ◆ 1º vice-presidente do PMDB do Ceará;
- ◆ Líder do PMDB na Assembleia;
- ◆ Coordenador da bancada do Nordeste de todos os partidos na Câmara dos Deputados;

- ◆ Vice-líder durante 10 anos do PMDB na mesma Casa Legislativa;
- ◆ Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal (2001 e 2002);
- ◆ Membro da Executiva Regional do PMDB;
- ◆ Membro do Diretório Nacional do PMDB;
- ◆ Vice-líder do PMDB (1987–1988 e 1999);
- ◆ Líder do PMDB (1988–1989);
- ◆ Vice-líder do Bloco PMDB/Prona (1996–1999);
- ◆ Vice-líder do PMDB/PTN (2000–2001).

Na Assembleia Legislativa do Ceará fez parte das Comissões abaixo:

- ◆ Comissão da Seca – presidente (1985-1988);
- ◆ Comissão de Constituição e Justiça – suplente (1985–1987), e titular (1988);
- ◆ Comissão de Economia, Indústria e Comércio – titular, (1985–1988);
- ◆ Comissão de Esporte e Turismo – vice-presidente (1985–1987);
- ◆ Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas – titular (1985–1987), e vuplente (1988);
- ◆ Comissão de Mineração e Recursos Hídricos – titular (1985–1987), e vuplente (1988);
- ◆ Presidente da Mesa Diretora da Casa do Povo no biênio 1989–1991.

No Congresso Nacional, desenvolveu um trabalho de grande vulto, quer através de pronunciamentos, apresentação de projetos, proposições, participação em comissões mistas, permanentes e especiais, como titular ou suplente, as quais passamos a mencionar abaixo:

Participação em Comissões:

- ◆ Mista de Aplicação TJPL sobre Empréstimos de Fundos Regionais como titular e presidente (1995);

- ◆ Mista de Criação do FGPC: suplente (1997);
- ◆ Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: suplente (1994–1995 e 1998–1999), e titular (1995–1996);
- ◆ Mista Especial Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro: titular (1992);
- ◆ Mista MP nº 541: suplente (1994);
- ◆ CPI Mista TV Jovem Pan: suplente (1993);
- ◆ CPI Mista Companhia Nacional de Abastecimento: suplente (1992).
- ◆ Agricultura e Política Rural: titular (1991–1992), e suplente (1994 e 1999–2001);
- ◆ Amazônia e de Desenvolvimento Regional: primeiro vice-presidente (1997–1998), e titular (1997–1998);
- ◆ Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: primeiro vice-presidente (1992), segundo vice-presidente (1993), titular (1994) e (1995–2002), e suplente (1997 e 2002);
- ◆ Constituição e Justiça e de Redação: suplente (1991–1992);
- ◆ Defesa do Consumidor e Meio Ambiente e Minorias: titular e presidente (2002);
- ◆ Defesa Nacional: suplente (1991–1993 e 1995–1997);
- ◆ Economia, Indústria e Comércio: suplente (1996);
- ◆ Finanças e Tributação: suplente (1992–1993 e 1995–1997);
- ◆ Trabalho, Administração e Serviço Público: titular (1997), e suplente (1997–2000);
- ◆ Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior: suplente (1991–1992).
- ◆ Cassinos no Brasil: suplente (1995–1999);
- ◆ Combate à Violência: titular (1999–2001);
- ◆ Legalidade do Jogo: titular (1994);
- ◆ Legislação Eleitoral e Partidária: suplente (1992);
- ◆ Embarcação Nacional, Navegação de Cabotagem e de Interior: titular (1995);
- ◆ Modificação da Estrutura Policial: suplente (1992 e 1995–1999).
- ◆ Antecipação do Plebiscito: suplente (1992);

- ◆ Ajuste Fiscal: suplente (1992);
- ◆ Recursos da Seguridade Social ao SUS: titular (1988–1999);
- ◆ De Legislação sobre Direitos Autorais: suplente (1997);
- ◆ Genoma: titular (2001);
- ◆ Seca no Nordeste e Atendimento às Populações Atingidas: relator (1993);
- ◆ Viabilização dos Projetos Públicos Federais de Irrigação e Recursos Hídricos: suplente (1995–1999);

Comissões Externas:

- ◆ Conferência Mundial de Combate ao Racismo: presidente, 2000;
- ◆ Exploração e Comercialização Ilegal de plantas e Material Genético na Amazônia: suplente, 1997;

Participou de Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares, tais como:

- ◆ Grupo de Trabalho Transposição do Rio São Francisco: titular, 2000;
- ◆ Relator do Projeto de Lei que proíbe a propaganda de cigarros;
- ◆ Relator da Medida Provisória que cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) em substituição à Sudene;
- ◆ Emenda para designar recursos orçamentários para a Funai.
- ◆ Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal (2001 e 2002).

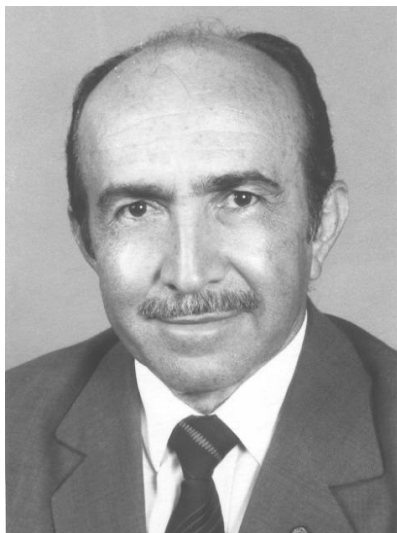
Pinheiro Landim exerceu várias vezes, na condição de Presidente da Assembleia Legislativa, a governadoria do estado do Ceará.

Encontra-se afastado da vida pública, em função de pedido de renúncia à Câmara dos Deputados, efetuado em 25.02.2003.

67. JÚLIO GONÇALVES RÊGO

*1932

Presidência: 1991–1992



Filho de José Waldemar Rêgo e de Elizabete Gonçalves Rêgo. Nasceu a 28.12.1932, em Tauá/CE.

Médico. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife/PE, em 1956. Pós-graduado, com nível de Especialização em Medicina do Trabalho (pela Universidade Federal do Ceará, em 1974). Acadêmico interno do serviço de assistência a psicopatas do Hospital Correia Picanço (Recife, de 1952 a 1953), do

serviço de saúde do 3º Distrito Naval (de 1954 a 1956), do Pronto Socorro do Recife (urgentista, de 1955 a 1956), da Maternidade de Afogados (Recife – obstetrícia e ginecologia – de 1955 a 1956); médico do Departamento Estadual de Saúde do Ceará (admitido em 1958); médico-chefe do Posto de Saúde de Tauá (de 1958 a 1962); médico do DNOCS (em 1958).

Eleito prefeito de Tauá em 1962, pelo PSD (Partido Social Democrático). Deputado estadual nas legislaturas de 1967, 1971, 1975, 1979, 1983, 1987 e 1991; vice-presidente da Assembleia Legislativa em dois períodos (em 1971–1972 e 1981–1982).

Presidente da Assembleia Legislativa no período de 01.02.1991 a 01.02.1993, ocasião em que assumiu o Governo do Estado por várias vezes. Líder do Governo na administração Ciro Gomes.

Secretário de Saúde no Governo César Cals (de abril de 1973 a maio de 1974); membro do Diretório Regional da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e da Executiva Regional (eleito em 1975); tesoureiro do PFL (Partido da Frente Liberal) até 1979; membro da Executiva Estadual do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), do qual foi 1º Vice-presidente em 1993.

Membro fundador do Lions Clube de Tauá; membro benemérito da Academia Cearense de Medicina (honraria recebida em 1996); sócio honorário da Academia de Letras e Ciências de São Lourenço (MG), cadeira nº 29, recebida em 16.05.1992. Recebeu Título de Amigo do Corpo de Bombeiros, que lhe conferiu a “Machadinha Simbólica da Corporação”, em 02.07.1992. Título de Cidadão dos municípios de Aiuaba, Quiterianópolis e Parambu.

Comendas/Medalhas:

01. Comendas: Troféu Governador César Cals – “Personalidades Destaques”, da Rádio Dragão do Mar (1982 e 1992); Honra ao Mérito - Programa Armando Vasconcelos; Mérito Judicial do Trabalho, Grau de Comendador, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região.

02. Medalhas: Vermeil, da Integração de Ciências da Saúde (concedida pela Academia de Medicina Militar); Comemorativa do VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas (realizado em Fortaleza, de 24 a 28 de setembro de 1972); Comemorativa do Sesquicentenário de Fortaleza e do Sesquicentenário de Santos Dumont, conferida pela Academia Brasileira de Medicina Militar; Comemorativa dos 10 anos do jornal Diário do Nordeste (em 1991); do Mérito Policial Militar (junho de 1992).

Sempre foi partidário de reformulações de estrutura econômica que permitam inclusão das massas populares, principalmente no meio rural. Defendeu a social democracia, considerando que as transformações sociais devem ser feitas

através da elevação da consciência e da organização política do povo.

Conselheiro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (nomeado a 06.09.1994) pelo então Governador Ciro Gomes, chegando à Presidência daquela Colenda Corte, no período de 1996–1997.

Aposentou-se das elevadas funções que exercia em 18 de dezembro de 2002.

68. FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

*1947

Presidência: 1993–1994



Filho de Murilo Rocha Aguiar (deputado constituinte de 1947) e de Maria Stela Rocha Aguiar. Nasceu a 04.11.1947, em Fortaleza/CE.

Fez seus estudos no Colégio São João, em Fortaleza/CE. Curso de Administração de Empresas não concluído. Sua vida profissional está relacionada às seguintes atividades:

- ◆ Gerente administrativo-financeiro do Grupo Financeiro Aplitec (1970–1973);
- ◆ Gerente administrativo-financeiro do grupo Sul-América Seguros (1974–1977);
- ◆ Membro administrativo da Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará (1983–1984);
- ◆ Membro do conselho superior administrativo da Cohab – Companhia de Habitação, Ceará (1985);
- ◆ Diretor de operações da loce – Imprensa Oficial do Ceará (1986).

Na Assembleia Legislativa, elegeu-se deputado para cinco legislaturas, a saber:

1º Mandato: de 01.02.1987 a 31.01.1991.

- ◆ Deputado Constituinte. Exerceu o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora no período de 1987–1988;

- ◆ 1988-1989 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ 1989 – Líder do PMDB;
- ◆ 1989–1990 – Presidente da Redação de Leis;
- ◆ Apresentou 23 Emendas na elaboração da Constituição de 1989;
- ◆ Membro Titular da Comissão de Sondagens e Proposições na Constituinte de 1989.

2º Mandato: de 01.02.1991 a 31.01.1995.

- ◆ 1991-1992 – vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças;
- ◆ De 1993 a 1994 – Presidente da Assembleia;
- ◆ De 08.10 a 31.12.1994 – Governador do Estado do Ceará, quando, como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o Governador Ciro Ferreira Gomes renunciou ao cargo para assumir o Ministério da Fazenda no Governo do Presidente Itamar Franco;
- ◆ De fevereiro a abril de 1995 – Líder do PSDB.

3º Mandato: de 01.02.1995 a 31.01.1999.

- ◆ De 1995 a 1998 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ De 1995 a 1998 – vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- ◆ De 1997 a 1998 – líder do PPS;
- ◆ Em 1998 participou da CPI das Carteiras de Estudantes e da CPI destinada a apurar irregularidades no pagamento dos benefícios dos aposentados rurais, ordenada pela Justiça.

4º Mandato: de 01.02.1999 a 31.01.2003.

- ◆ De 1999 a 2003 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ Em 2002 – membro titular da CPI destinada a apurar fraudes contra beneficiários do seguro obrigatório – DP-

VAT; e Indicado pela Presidência da Casa para integrar, como Membro Titular, o Conselho de Ética Parlamentar.

5º Mandato: de 01.02.2003 a 31.01.2007.

- ◆ De 2003 a 31.01.2007 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ De 2003 a 01.2007 – membro titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- ◆ De 2003 a 01.2007 – vice-líder do Governo;
- ◆ Em 2006 – Presidente da CPI do Desmonte para apurar a dilapidação do patrimônio público nas prefeituras municipais do estado do Ceará.

Exerceu, como governador do Ceará, a missão de assinar, juntamente com o Presidente da República, o contrato de financiamento do Prodetur e o Contrato de Financiamento, com o Banco Mundial, do Projeto Sanear.

Comendas/Medalhas/Títulos

- ◆ Comendas: Diploma de Amigo da Marinha (1987); Outorga de Ordem Estadual do Mérito de Renascença do Piauí, no Grau de Grão-Mestre (1993); Diploma Especial Comemorativo dos 140 anos da banda de música da Polícia Militar do Ceará (1994).
- ◆ Medalhas: Medalha do Mérito Policial Militar (1993); Machadinha Simbólica do Corpo de Bombeiros (1993); Medalha do Mérito Bombeiro Militar (1994).
- ◆ Títulos: de Cidadão Honorário das seguintes cidades de Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Ipu e Uruoca.

Francisco Aguiar teve seu nome aprovado pelo Legislativo cearense para o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, onde exerce a função de Conselheiro, desde 18 de julho de 2006. Eleito presidente daquela egrégia Corte desde 18 de janeiro de 2013.

69. ARTUR SILVA FILHO

*1945

Presidência: outubro de 1994 – janeiro de 1995



Filho de Artur Silva e de Maria Verçosa Granja e Silva. Nasceu a 22.03.1945, em Natal/RN.

Engenheiro agrônomo. Formado pela Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, em 1967. Mestre em Agronomia, na área de Fitotecnia, pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará.

Tem cursos de especialização e aperfeiçoamento em: elaboração e avaliação de projetos, análise econômica – BNB, 1966; administração pública – Escola Brasileira de Administração Pública – 1971; e análise de sistemas – Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (1971).

Engenheiro agrônomo da Codagro e da Epace (1968–1969); assessor técnico da Diretoria da Codagro (1969–1970); coordenador da Junta de Planejamento da Secretaria de Agricultura do Ceará (1971–1972); chefe de gabinete da Secretaria de Agricultura do Ceará (1972–1973); chefe de gabinete da Secretaria para Assuntos da Casa Civil (1972–1973); técnico da Fundação do Instituto de Pesquisas Agronômicas (atual Epace - 1974); superintendente da Sudec (1974–1975); chefe da representação da Embrapa, no Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão (1975); chefe do Centro Nacional de Caprinos (1976).

Assessor técnico e chefe adjunto do Departamento de Projetos Especiais da Embrapa (1977); Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará – Epace (1979–1983); professor de estatística da Faculdade de Veterinária da Universidade Estadual do Ceará – Uece; professor de Elementos de Ciência do Meio Ambiente, da Universidade de Fortaleza – Unifor.

Secretário para Assuntos da Casa Civil do Governo do Estado (1983–1986); presidente da Empresa Cearense de Turismo – Emcetur (1987–1990); deputado estadual nas legislaturas de 1991 e 1995; Líder do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (1991); secretário de Governo (1991–1992); 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa (1993–1994); governador interino do Ceará (novembro de 1994); vice-líder do Governo (1997).

Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (nomeado em 15 de outubro de 1997, pelo Governador Tasso Jereissati), tendo exercido a Presidência do órgão. Aposentou-se desta egrégia Corte em julho de 2014.

70. CID FERREIRA GOMES

***1963**

Presidência: 1995–1996



Filho de José Euclides Ferreira Gomes Júnior e de Maria José Ferreira Gomes. Nasceu a 27.04.1963, em Sobral/CE. Descendente de tradicional família política da Zona Norte do Ceará. Seu pai foi prefeito de Sobral. Seu irmão, Ciro Ferreira Gomes, foi deputado estadual, governador do Ceará, ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco e ministro da Integração Nacional no primeiro governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Outro irmão, deputado estadual Ivo Gomes, ocupou o cargo de secretário de educação de Fortaleza, em 2013, a convite do prefeito Roberto Cláudio. Em 2015, no governo de Camilo Santana, assumiu a Secretária das Cidades, deixando o cargo em julho do mesmo ano, retornando às atividades parlamentares.

Cid Gomes é casado com Maria Célia Habib Moura Ferreira Gomes e pai de Rodrigo Dias Ferreira Gomes (nascido em 1997), Matheus Habib Ferreira Gomes (nascido em 2007) e Pedro Gomes (nascido em 2015).

Engenheiro civil. Formado pela Universidade Federal do Ceará. Em sua vida universitária, presidiu o Centro Acadêmico do curso de engenharia civil, em 1988. Assessor parlamentar da Assembleia Legislativa de 1986 a 1990. Foi coordenador político regional do estado do Ceará (a convite do governador Tasso Jereissati – de fevereiro de 1989 a março

de 1990); deputado estadual nas legislaturas de 1991–1994 e 1995–1998. Líder do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (1991–1993); primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (1993–1994).

Ingressou na política aos 25 anos, em 1988, como candidato a vice-prefeito de José Linhares Pontes (popularmente conhecido como Padre Zé) à prefeitura de Sobral. A chapa foi derrotada com uma pequena margem de votos pelo candidato José Parente Prado. Posteriormente eleito deputado estadual (1990 e 1994), prefeito de Sobral (1996 e 2000) e governador do Ceará (2006 e 2010).

Presidente da Assembleia Legislativa em 1995–1996. Eleito o mais jovem presidente do Poder Legislativo do Ceará. Prefeito de Sobral por dois mandatos consecutivos (1997–2004). Sua administração à frente do município foi considerada referência nacional.

Alcançou apreciáveis índices de aceitação popular e projetou a cidade através de ações, prêmios, condecorações e menções de grande relevância, entre as quais: Programa de Gestão Pública e Cidadania do país – conferido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no ano 2000; Selo Unicef – Município Aprovado – gestões 1997–2000; 2000–2002 e 2002–2004 conferidos pelo Unicef; Proares, pelo bom desempenho na operacionalização do Plano Participativo Municipal (agosto de 2003), conferido pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Ceará; Patativa do Assaré – conferido pelo Unicef – categoria Projeto Criativo, em 2001; Programa Saúde da Família – premiado na 1ª Mostra de Produção em Saúde da Família – conferido pelo Ministério da Saúde, em 2001; Prefeito Amigo da Criança – conferido pela Fundação Abrinq, 2004.

Contemplado com o Prêmio Empreendedor Mário Covas, conferido pelo Sebrae/CE, em 2004; Prêmio Incentivo para a Experiência Bem Sucedida em Prevenção de Morbi-Mortalidade-Por Acidente de Trânsito – conferido pela Organi-

zação Mundial de Saúde (OMS), em 2004. Cumpriu missão como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington D.C. nos Estados Unidos. Em 2013, foi listado como um dos 60 nomes mais poderosos do país pelo portal IG.

Em 2006, foi eleito governador do estado do Ceará com expressiva votação, pela ampla coligação (PSB-PT-PCdoB-PMDB-PHS-PV-PP), tendo como vice o prof. Pinheiro, derrotando o então ocupante do cargo, Lúcio Alcântara, em primeiro turno, com 62,38% dos votos. Reeleito pelo PSB, em 2010, também no primeiro turno, com 62,31% dos votos. Dessa vez, tendo como vice, o deputado Domingos Filho.

Lutou em prol da implantação da Refinaria de Petróleo no Ceará, chegando a lançar, em 2010, junto com o então presidente Lula, a pedra fundamental do projeto. Outros projetos considerados estruturantes ganharam destaque ou entraram em pauta durante sua gestão, como a construção do Cinturão de Águas, a Companhia Siderúrgica do Pecém, o Cinturão Digital e ações sociais como a Educação Integrada, o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), posteriormente adotado pelo Governo Federal sob o nome de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, construção de hospitais regionais, do Centro de Eventos do Ceará e grande investimento na área da segurança pública.

Em 2014, Cid Gomes apoiou o deputado Camilo Santana (PT), como seu sucessor no Governo do Estado. Foi ministro da Educação no segundo Governo Dilma Rousseff, de 1º de janeiro a 18 de março de 2015, cargo ao qual renunciou.

71. MOÉSIO LOIOLA DE MELO

*1951

Presidência: de outubro a dezembro de 1996



Moésio Loiola nasceu em Sobral/CE, a 04.04.1951. Filho de Francisco Ximenes de Melo, comerciante e agricultor, e de Felisbela Benvinda Loiola de Melo. É o último dos nove filhos do casal.

Radialista e empresário de rádio. Iniciou os seus estudos em Sobral. Em 1960, com apenas nove anos de idade, ingressou no rádio pelas mãos do tio, monsenhor Sabino Guimarães Loiola, principal acionista da Rádio

Educadora de Sobral, passando depois a locutor de programas sertanejo e esportivo.

Aos 19 anos, veio para Fortaleza continuar os estudos e o trabalho no rádio, sua grande paixão. Prestou serviços às rádios Dragão do Mar e Uirapuru, duas excelentes escolas para sua vida profissional.

Anos mais tarde, em 1982, tornou-se empresário de rádio, ao adquirir a emissora Assunção Cearense. Foi o rádio o responsável por sua interação social e pública, levando-o à carreira política. Com equilíbrio e bom senso, administrou a função política e a profissão de radialista e radiodifusor.

Em 1986, candidatou-se pela primeira vez a deputado estadual pelo Ceará, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ficando na suplência. Assumiu como titular em 1988, permanecendo até o final do mandato. O seu

desempenho credenciou-o a reeleger-se com votações expressivas, nas cinco eleições seguintes: 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010, sempre pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Sua operante carreira política o levou a ocupar na Assembleia importantes funções nas Comissões Técnicas. Presidente das comissões de Orçamento, Finanças e Tributação, 1993–1994, e do Trabalho, Administração e Serviços Públicos, 1997–1998 e 2001–2002. Presidiu a Comissão de Defesa do Consumidor por três mandatos seguidos, a saber: 2003–2004, 2005–2006, 2007–2008. Na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, ocupou os cargos de 1º vice-presidente e presidente.

Líder do Governo Tasso Jereissati e líder do PSDB, no Governo Lúcio Alcântara, além de relator da elaboração do Estatuto da Polícia Civil, da CPI do Desmonte, da Reforma do Poder Judiciário e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o tráfico de drogas, sempre com um desempenho de alto nível.

Sua principal base eleitoral revela-se no interior do estado, nos municípios de: Baturité, Campos Sales, Carnaubal, Catunda, Croatá, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ibicuitinga, Itapipoca, Martinópole, Meruoca, Mucambo, Mulungu, Quixeré, Sobral, Tianguá, Tururu, Ubajara e Viçosa do Ceará, e também em Fortaleza.

Agraciado com o Título de Cidadania nos seguintes municípios: Campos Sales, Carnaubal, Pacujá, Viçosa do Ceará e Fortaleza, além de valorosas homenagens recebidas em todo o Estado.

Em 28 de dezembro de 2012, renunciou ao mandato de deputado estadual por ter sido eleito prefeito de Campos Sales, em outubro desse ano, pelo Partido Social Democrático (PSD), com 7.037 votos. Reeleito a 02 de outubro de 2016, pelo PDT, desta feita com 11.051 votos, com 96,75% dos votos válidos.

72. LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES

*1956

Presidência: 1997–1998



Nasceu em Fortaleza/CE, a 22.01.1956, filho de Ozires Pontes e de Dagmar Vidal Pontes.

Empresário. Luiz Pontes descende de tradicional família de políticos oriundos da zona norte do estado do Ceará, que registra importantes figuras como seu avô, o coronel João Pontes, prefeito de Massapé em 1925 e elegeu-se deputado estadual em 1929. Seu pai, Ozires Pontes, deu prosseguimen-

to à trajetória política familiar. Deputado constituinte em 1947 pelo antigo PSD e elegeu-se deputado federal por quatro mandatos consecutivos. Compõem ainda a lista de políticos na família os tios Vilmar Pontes, Aurimar Pontes e José Pontes Neto, todos ex-deputados estaduais. Este último, cassado pela revolução de 1964 e de brilhante atuação parlamentar, foi homenageado quando da criação do Memorial da Assembleia Legislativa, que recebeu a denominação de Memorial Deputado Pontes Neto.

Iniciou aos 27 anos de idade sua carreira política, eleito deputado estadual pelo PMDB. Reeleito para legislatura de 1987–1990 com expressiva votação. Nesse período, foi primeiro-secretário da Mesa Diretora, líder do Governo e participou das comissões de Orçamento e Finanças, e de Fiscalização Financeira.

Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PSDB, quando desempenhou importante trabalho no Congresso Nacional em prol do estado do Ceará. Neste período, foi vice-líder do PSDB Nacional e membro da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Orçamento.

Na legislatura de 1995–1998, voltou ao Parlamento estadual e sua proficiente atuação foi coroada com a eleição à Presidência da Mesa Diretora, biênio 1997–1998. Dentre as muitas ações realizadas durante sua gestão como presidente da Casa, destaca-se a instalação do Memorial Deputado Pontes Neto, que representa o resgate da memória do Legislativo cearense e um registro histórico da atuação dos parlamentares na política do estado.

Foi presidente de Executiva Regional do PSDB, membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e líder do Governo na Assembleia Legislativa.

Eleito senador no pleito de 1998, quando desenvolveu trabalho de grande vulto, defendendo projetos de relevante alcance social e com permanente empenho visando o bem-estar do povo cearense. No período de 2003 a 2006, assumiu a Secretaria de Governo na gestão do governador Lúcio Alcântara, quando comandou a articulação política do Executivo estadual com as prefeituras do interior.

Em 2007, voltou à Assembleia na 27ª Legislatura, como 1º suplente da Coligação PSDB/PFL, dando prosseguimento ao profícuo trabalho pautado pela ética e pela defesa de seus concidadãos, visando sempre dar continuidade à excelente atuação de seu pai Ozires Pontes, político que soube honrar o Parlamento e o povo do Ceará.

73. TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO

*1948

Presidência: janeiro – fevereiro de 1999



Filho de Teodorico de Menezes Filho e de Naíde Costa Menezes. Nasceu em Pacajus/CE a 28.04.1948.

Contador. Iniciou os estudos no Colégio Farias Brito, em Fortaleza, tendo completado o 2º grau no Colégio Sobralense. Bacharel em ciências contábeis, pela Universidade Federal do Ceará (1975), com especialização em administração de empresas. Coursou a Faculdade de Direito na Universidade de Fortaleza - Unifor.

Ingressou no serviço público municipal nas funções de agente de arrecadação, em 1963. Concursado para as funções de processador de dados do Ibra - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, em 1966. Em abril de 1969, assumiu as funções de agente administrativo e, em abril de 1980, através de concurso, foi promovido para as funções de nível superior como contador.

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Ibra, em Sobral (1966); em maio de 1977 assumiu a chefia do Serviço Executivo de Finanças; chefe da Seção Contábil da Coordenadoria Regional do Nordeste Setentrional (março de 1978); diretor Executivo de Finanças da Coordenadoria Regional do Nordeste Setentrional, com jurisdição nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão (julho de 1978); assessor do superintendente da Coordenadoria Regio-

nal do Incra/CE, com jurisdição nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte (1981).

Ingressou na política quando eleito suplente de deputado estadual, pelo PPS - Partido Popular Socialista, em 1982. Eleito deputado estadual nas legislaturas de 1987 (PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro), 1991, 1995 e 1999, pelo PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

Durante os anos de sua atuação parlamentar, foi presidente das comissões de Defesa do Consumidor, de Constituição e Justiça, do Trabalho, Administração e Serviço Público; vice-líder do Governo Ciro Gomes; líder do Governo Francisco Aguiar; vice-líder e líder do PSDB; membro da Executiva Regional e Delegado à Convenção Nacional do PSDB; presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar irregularidades nos pagamentos de diferenças aos aposentados rurais do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, no estado do Ceará; presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI), criada para substituir a citada CPI; 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1996/1997.

Autor de importantes Projetos de Lei como segue:

- ◆ N° 88/87 – Proíbe no território cearense o depósito de lixo radioativo;
- ◆ N° 0010/93 – Dispõe sobre terras públicas e particulares, disciplina sua ocupação e dá outras providências;
- ◆ N° 0010/95 – Dispõe sobre a destinação específica aos não-fumantes da área reservada dos lugares de restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados no Estado do Ceará;
- ◆ N° 0156/95 – Cria a Delegacia do Idoso no estado do Ceará e dá outras providências;
- ◆ N° 0026/96 – Cria na estrutura organizacional da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, a Defensoria Pública do Idoso e dá outras providências;
- ◆ N° 0027/96 – Cria na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, um Juizado de

Pequenas Causas, para funcionar nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

- ◆ N° 0083/96 – Dispõe sobre a política agrícola do estado do Ceará e institui o Conselho Estadual de Política - Cepag, e dá outras providências.

Promoveu, também, diversas audiências públicas à frente da Comissão de Trabalho e Serviço Público, com destaque para as seguintes: debate sobre o Conselho de Contas dos Municípios; discussão do projeto de lei que torna obrigatória a instalação de portas de segurança nas agências bancárias; discussão sobre a licitação de obras de duplicação da BR 116, no trecho Fortaleza–Pacajus; debate sobre a implantação de nova política salarial dos serviços públicos estaduais; debate sobre a elaboração do novo mapeamento do estado do Ceará e sobre a situação da Ematerce e da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Conselheiro efetivo do Tribunal de Contas do Estado, ocupou as honrosas funções de Presidente daquele importante Colegiado.

74. JOSÉ WELINGTON LANDIM

*1955

†2015

Presidência: 1999–2000 e 2001–2002



Filho de Ivan Leite Landim e de Terezinha Leite Lucena. Nasceu a 14.11.1955, em Brejo Santo/CE. Faleceu em Fortaleza a 09.06.2015.

Médico. Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal. Em seguida, estudou no Colégio Santo Inácio, em Fortaleza, onde concluiu o 1º Grau, hoje denominado Ensino Fundamental. Transferiu-se para o Colégio Cearense do Sagrado Coração. Chegou a cursar

engenharia elétrica, na Universidade Federal do Ceará, mas optou por dedicar-se à medicina, formando-se pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1982.

Líder estudantil, em sua época de universitário, atuou no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina e no Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco. Fundou e coordenou a semana dos universitários em Brejo Santo. Como médico, especializou-se em angiologia, cirurgia geral e ultrassonografia pelas universidades de Ribeirão Preto e Campinas, em São Paulo. Médico humanitário, dedicou-se à missão de proporcionar melhores condições de saúde aos seus conterrâneos, especialmente aos mais desprovidos de recursos financeiros.

Teve seu nome lançado à prefeitura municipal de Brejo Santo, eleito com expressiva votação, tornando-se, em

1984, o prefeito mais jovem do Ceará. Sua administração foi marcada por êxito popular sem precedentes, ao ponto de deixar o cargo com 98% de aceitação. Após esse sucesso como prefeito, seu nome foi lançado pelo povo de Brejo Santo para compor o Parlamento estadual nas legislaturas de 1995–1998, 1999–2002 e 2007–2010.

Sua passagem pelo Poder Legislativo foi marcada por competência política e administrativa, reconhecida por seus pares e pela sociedade. Conduzido por dois mandatos (1999–2000 e 2001–2002) à Presidência da Casa do Povo, sendo que sua segunda eleição ocorreu por unanimidade, fato inédito até aquele momento na história do Parlamento.

Ocupou, além da Presidência da Assembleia Legislativa, cargos significativos, tais como:

- ◆ Vice-líder do Governo; 1995–1996;
- ◆ Membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Seguridade Social e Saúde (1995–1996);
- ◆ 1º Secretário da Mesa Diretora; 1997–1998.

Reeleito para a legislatura 2007–2010, exercendo o cargo de líder do bloco PSB/PT/PMDB. Vice-presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação; membro das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Trabalho, Administração e Serviço Público; Fiscalização e Controle; Educação, Cultura e Desporto.

Mantinha sólidas bases eleitorais nos municípios de Brejo Santo, Abaiara, Barbalha, Barro, Crato, Ipu, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras, e Tarrafas.

Suas atividades parlamentares destacaram-se sempre pela sua permanente preocupação com o bem público. Autor do projeto de lei que criou a 20ª Região Administrativa do estado, onde estão incluídos os municípios de Brejo Santo, Missão Velha, Jati, Penaforte, Porteiras, Aurora, Barro, Mauriti e Abaiara. É também de sua lavra o projeto de lei que fixou em 1º de abril o Dia Estadual de Combate à Hanseníase. Au-

tor de centenas de requerimentos, inclusive 17 projetos de lei e 205 projetos de emenda à LDO e ao Orçamento do Estado, beneficiando principalmente os municípios onde é votado.

Foi um dos defensores do projeto da Transnordestina, ferrovia em construção, que vai interligar os portos da região. Coordenador regional do movimento pró-transposição de águas do rio São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Exerceu as funções de Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), com sede em Fortaleza, onde desenvolveu trabalho de grande vulto junto à comunidade cearense, nordestina, brasileira.

75. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA

*1964

Presidência: 2003–2004 e 2005–2006



Nasceu em Recife/PE, no dia 11.01.1964. De tradicional família política, filho do ex-ministro de Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho – ex-governador do Ceará e senador da República; neto do ex-prefeito de Fortaleza, ex-deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e da Constituinte de 1925 e de 1935, dr. César Cals de Oliveira, e irmão do ex-deputado federal e ex-prefeito de Fortaleza, César Cals Neto. Sua mãe, Marieta Cals, foi portadora de

excelsas virtudes, inclusive com presença marcante no seio da família e devotamento ao povo do Ceará.

Sociólogo. O envolvimento da família com o mundo político foi o principal incentivo para que Marcos Cals também ingressasse na política partidária. No início dos anos 80, fundou, ao lado do irmão César Neto, o Partido Social Democrático (PSD), legenda pela qual disputou a Prefeitura de Fortaleza. Marcos Cals, à época, foi secretário da Executiva Estadual da agremiação.

Em 1986, com apenas 22 anos, conquistou sua primeira vitória nas urnas, pelo extinto PDS, eleito, naquela ocasião, o mais jovem deputado estadual do país. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde 1997, onde ocupou a segunda presidência da Executiva Estadual do partido.

Durante os mandatos, teve atuação importante nas comissões de Agropecuária e de Recursos Hídricos, e de Orçamento e Finanças, tendo sido relator do Orçamento do Estado por quatro vezes. Ocupou ainda a presidência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Deputado estadual constituinte em 1989, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sub-relator da Reforma do Judiciário, vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças; primeiro corregedor da Assembleia Legislativa e vogal da Mesa Diretora.

Político de centro-esquerda, entusiasta do uso do gás natural no transporte coletivo. Sua atuação esteve sempre voltada às pessoas humildes do interior do estado e das pequenas comunidades. Demonstrou, logo no início da vida parlamentar, grande capacidade de articulação, e sempre soube ouvir e ponderar diante das situações mais conflituosas do Poder Legislativo.

O bom trânsito com os parlamentares e o senso administrativo levaram-no a ocupar por duas vezes o cargo de primeiro-secretário do Poder Legislativo (janeiro de 1999 a janeiro de 2003). Em fevereiro de 2003, mediante consenso, foi eleito presidente da Mesa Diretora para o biênio 2003–2004, e reconduzido por unanimidade dos parlamentares da Casa à presidência da Mesa Diretora para o biênio 2005–2006.

O deputado Marcos Cals procurou sempre exercer seus mandatos mantendo contato direto com a sociedade, estreitando permanente parceria da Mesa Diretora com os parlamentares e o povo. Para isso, vários projetos foram colocados em prática. Entre eles, o programa “Conhecendo o Legislativo Cearense”, responsável por levar à Assembleia, a cada semana, universitários, estudantes secundaristas e representantes de comunidades para acompanharem o dia-a-dia dos deputados estaduais.

Durante seu mandato à frente do Legislativo, a Assembleia desenvolveu várias atividades voltadas à cidadania. Semanalmente, uma equipe de técnicos do Legislativo e de

putados estaduais visitavam escolas, explicando aos alunos a importância do Poder, através do projeto “Cidadania em Destaque nas Escolas”. Nesse período, o “Programa de Prevenção ao Uso de Drogas”, também desenvolvido pela Assembleia, alertava os estudantes e a sociedade, sobre os prejuízos ocasionados pelas drogas.

Outra ação de destaque foi a aprovação do Projeto de Iniciativa Compartilhada, permitindo a qualquer instituição, legalmente organizada, apresentar projetos junto à Assembleia, que, depois de cumprir os trâmites legais, poderiam ser aprovados e transformados em lei.

No ano de 2006, a Assembleia Legislativa do Ceará deu mais um passo importante para a transparência de suas ações e a interação com a sociedade. No dia 7 de abril, foi inaugurada a TV Assembleia – Canal 30. A primeira TV aberta do Brasil pertencente ao Poder Legislativo.

Marcos Cals ofereceu grande incentivo ao Memorial Deputado Pontes Neto, com um acervo de duas mil peças, entre documentos, fotos e objetos dos deputados estaduais, a partir de 1947. Outro feito relevante, nessa área, foi a edição de 22 livros, tratando da história e cultura do Ceará, como a publicação do livro *A História de Nossa Gente* e reedição de todas as Constituições do Estado.

Condecorado com títulos de cidadania dos municípios de Boa Viagem, Capistrano, Cedro, Madalena, Novo Oriente e Pires Ferreira.

A partir de uma postura voltada ao diálogo, tornou possível a criação do comitê cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, em parceria com o Unicef e a União dos Dirigentes Municipais em Educação, seção do Ceará (Undime/CE). Durante nove meses foi feita uma pesquisa nas escolas públicas de 49 municípios cearenses entre crianças das séries iniciais para avaliar o aprendizado da leitura e da escrita. Ao final, um relatório com diagnóstico e dados foi entregue aos gestores municipais com sugestões para que fos-

sem possibilitadas mudanças no perfil do aprendizado das crianças do Ceará.

O espírito empreendedor de Marcos Cals também pode ser comprovado com as diversas ações tomadas para a melhoria das condições físicas do Palácio Deputado Adauto Bezerra. Além de importantes reformas no antigo prédio, construiu em tempo recorde um edifício de cinco andares, inaugurado em janeiro de 2007, para abrigar vários departamentos do Legislativo que funcionavam em imóvel alugado. Este fato demonstrou sua indiscutível capacidade de gestão e marcou, na passagem pela presidência da Casa, sua imagem como um dinâmico e competente administrador.

Com determinação e espírito democrático, Marcos Cals implementou um novo modelo de gestão, em que a sociedade é vista como o vetor principal da atividade política, tornando a cidadania a palavra de ordem do exercício democrático.

Reeleito em 2006 para Legislatura de 2007–2010, como o deputado mais votado, com 104.350 votos. Assumiu a Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará no dia 2 de fevereiro de 2007, onde atuou até 31 de março de 2010, quando retornou à Assembleia Legislativa.

Concorreu ao Governo do Estado em 2010, não conseguindo eleger-se.

76. DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO

*1963

Presidência: 2007–2008 e 2009–2010



Filho de Domingos Gomes de Aguiar e de Mônica Moreira de Aguiar. Nasceu em Tauá/CE, no dia 09.10.1963.

Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1987. Desenvolveu militância advocatícia na área do direito público, com destaque na assistência jurídica aos administradores municipais, no Ceará, experiência essa que foi acrescentada ao seu desempenho funcional enquanto servidor público da

extinta Fusec (1981), assessor da presidência do Ipec (1986), e do gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa (1990).

De tradicional família política, com marcada atuação na região dos Inhamuns, sua história inicia-se com as participações dos seus antepassados, avô, bisavô e pai, Domingos Gomes de Aguiar, médico, e por seu filho, Domingos Neto, eleito deputado federal em 2010, sendo o mais votado, com 246.591 sufrágios, e reeleito em 2014, com 185.226 votos, distinguindo-se com louvável desempenho parlamentar.

Os resultados obtidos nas eleições, nos municípios de Fortaleza, Ararendá, Aiuaba, Arneiroz, Boa Viagem, Catarina, Cariré, Crateús, Icó, Independência, Ipueiras, Novo Oriente, Parambu, Pedra Branca, Quiterianópolis, Tabuleiro do Norte, Tauá e outras cidades, consolidaram sua ascensão e destaque no cenário político cearense.

O bom trabalho realizado junto às bases resultou na sua eleição para quatro mandatos políticos (1995–1998, 1999–2002, 2003–2006, 2007–2010). Seu êxito é, também, confirmado com as eleições (2000, 2004 e 2012), de sua esposa, a advogada Patrícia Pequeno Costa Gomes de Aguiar, para prefeita de Tauá. Nesse município, o deputado Domingos Filho atingiu uma expressiva votação nas três eleições. O reconhecimento político elevou-o à presidência interina do PMDB cearense, no período de 01.01.2004 a 08.07.2005. No desempenho de seus mandatos, ocupou cargos de significativa importância, na Assembleia Legislativa do Ceará, a saber:

- ◆ Eleito em 2007 e reconduzido em 2009, para a presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa;
- ◆ Eleito em 2008, presidente do Parlamento Nordeste;
- ◆ Eleito em 2009, presidente do Colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas;
- ◆ Eleito, em três ocasiões, à 2ª vice-presidência da Mesa Diretora; ao posto de 3º e 4º Secretaria da Mesa Diretora;
- ◆ Presidiu a Frente Parlamentar Municipalista, em missão oficial, representando a Assembleia Legislativa na Holanda, em setembro de 1995;
- ◆ Relator do Projeto de Reforma e Consolidação do Regimento Interno da AL;
- ◆ Autor do Projeto Iniciativa Compartilhada;
- ◆ Relator da Comissão de Atualização do Regimento Interno e Adequação do Código de Ética Parlamentar;
- ◆ Presidente da Comissão de Criação, Fusão, Incorporação e Desmembramento de Municípios do Estado do Ceará;
- ◆ Presidente Nacional da Comissão de Criação, Fusão, Incorporação e Desmembramento de Municípios da União das Assembleias Legislativas do Brasil (Unale), Comissão Representativa da PEC nº 13/2003;
- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 237/1995, que disciplina o processo de julgamento de prefeitos e vereadores;

- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 07/2003, que disciplina a criação de novos municípios, e que possibilita o desenvolvimento das localidades que clamam pela emancipação;
- ◆ Baixou o Ato Normativo nº 242/2007, criando a Comissão Especial de Sistematização, com vista à atualização da Constituição do Estado do Ceará;
- ◆ Autor da Lei Complementar nº 85/2009, que dispõe sobre os estudos de viabilidade municipal para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios no Estado do Ceará.

À frente do Legislativo cearense, criou o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Casa, a Universidade do Parlamento Cearense (Unipace), instalou a União Interativa do Legislativo Cearense (Unilece), a Ouvidoria Parlamentar, o Protocolo Digital de requerimentos e o projeto Construção Compartilhada da Cidadania, que promove a interlocução da Assembleia Legislativa com o segmento estudantil cearense.

Outra iniciativa de grande impacto foi a inauguração do novo Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará, Deputado Pontes Neto, que conta com instalações modernas e interativas, com acessibilidade a todo cidadão, situando-se entre os mais modernos da América do Sul, inscrito no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Durante sua gestão, o parlamentar investiu fortemente na reestruturação da sede do Poder, garantindo tanto à sociedade como aos parlamentares melhores condições de trabalho e atendimento. Foram reformados os gabinetes dos parlamentares, construído o Complexo de Comissões Técnicas, ampliado e modernizado o Plenário 13 de Maio. Atendendo ao crescimento das necessidades físicas da Assembleia Legislativa, construiu estacionamento no subsolo do prédio principal e deu início ao prédio Anexo II, local destinado a receber a Unipace e outros departamentos da Casa, complexo inaugurado na gestão do presidente Roberto Cláudio.

Nesse processo, também houve a ampliação do sinal da TV Assembleia para, praticamente, todo o Estado e a criação de novos programas em sua grade, contemplando o segmento jovem, o resgate da memória do Estado, dando ainda, um novo incremento à cobertura jornalística da emissora.

A rádio FM Assembleia também teve suas instalações ampliadas, com uma grade de programação contemplando o ouvinte cearense com uma cobertura completa dos fatos jornalísticos e culturais, além de documentários e especiais sobre personalidades e fatos históricos. Reforçando o Complexo de Comunicação, o parlamentar investiu ainda na modernização do Portal da Casa, disponibilizando ao internauta informação ágil e em tempo real, conferindo mais transparência às atividades legislativas.

No âmbito político, o parlamentar foi o primeiro presidente de Assembleia Estadual a promover a atualização da Constituição Estadual, cuja nova versão, lançada em 2009, comemorou os 20 anos de promulgação da Carta Magna do Estado do Ceará, ocorrida em 1989. A atuação conjunta e compartilhada exercida por Domingos Filho, com o apoio dos demais parlamentares cearenses é uma marca de seu trabalho.

Nos seus quatro anos de gestão como presidente do Poder Legislativo, Domingos Filho assegurou um amplo e democrático debate de todas as proposições e temas de interesse da sociedade que chegaram à Casa. Com isso, estreitou a relação do Poder com os segmentos organizados, propiciando a utilização de instrumentos como o diálogo, participação, formulação, debate e discussão permanente sobre os assuntos de interesse do Ceará e dos cearenses. Eleito vice-governador para o período 2011–2014.

Em agosto de 2014, assumiu a função de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), na vaga de Artur Silva Filho, após renunciar ao cargo de vice-governador do estado.

77. GONY ARRUDA - ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR

***1972**

Presidência: 31 de dezembro de 2010 a 03 de janeiro de 2011



Filho de Esmerino Oliveira Arruda Coelho e de Carmem Salles Oliveira Arruda. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 03.02.1972.

Administrador de empresas. Formado pela Faculdade Cândido Mendes (RJ) tem curso completo de língua inglesa na University of South Florida. Foi Diretor Administrativo do Clube de Regatas Flamengo, vice-presidente de Futebol de Base daquele clube carioca e dirigiu a delegação da Seleção Brasileira de

Futebol na partida contra a Seleção da Rússia, em Fortaleza, em 1998. Na atividade privada, é diretor da RENTV Locadora de Televisores S.A.

Descende de uma família com importante tradição política. É filho do ex-prefeito, ex-deputado e suplente de senador pelo PSDB, Esmerino Arruda e da ex-prefeita de Granja, Carmem Arruda. Entrou para a política em 1998 quando se elegeu pela primeira vez, na legenda do PSDB, com 31.161 votos, à Assembleia Legislativa. Reeleito em 2002, pelo PSDB, com 39.357 votos; em 2006, pelo PSDB, com 49.214 votos; em 2010, pelo PSDB, com 54.049 votos.

Primeiro-secretário do Poder Legislativo, de 2003 a 2007. Em fevereiro deste mesmo ano, foi eleito 1º vice-

presidente da Mesa Diretora – biênio 2007–2008, reeleito para o biênio 2009–2010. O parlamentar tem sua base eleitoral nos municípios de Fortaleza, Barroquinha, Camocim, Cariré, Co-reauá, Cruz, Croatá, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Martinópolis, Moraújo, Senador Sá, Tianguá, Uruoca e Viçosa.

Integrou na Assembleia a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, a Comissão de Fiscalização e Controle, a de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, e a de Defesa do Consumidor, além de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia. Titular das Comissões Parlamentares de Inquérito do DPVAT e do Desmonte das Prefeituras.

Gony Arruda destacou-se na política esportiva. Numa fase crucial para a Seleção Brasileira, pouco antes da conquista do penta campeonato de futebol em 2002, chefiou novamente a delegação canarinho no último jogo em solo brasileiro, antes da Copa do Mundo.

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cidade de Fortaleza como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Presidente da Unilece (União dos Legislativos Cearense).

Reeleito deputado estadual pela legenda do PSD, para o quadriênio 2015–2018, com 46.179 votos. Presidente da Comissão de Cultura e Esportes, membro titular das comissões de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Como membro suplente, faz parte das comissões de Agropecuária e de Direitos Humanos e Cidadania.

78. FRANCISCO JOSÉ CAMINHA ALMEIDA

*1958

Presidência: de 03 a 31 de janeiro de 2011



Nasceu em Fortaleza/CE, a 16.05.1958. Filho de Antônio Mairton Almeida e de Raimunda de Lourdes Caminha Almeida. Casado com Ana Maria Araújo Martins. Tem dois filhos, Lucas e Pedro.

Advogado. Coursou parte do ensino médio no Colégio Naval, de 1976 a 1977. Já na Escola Naval, foi aspirante nos anos de 1978 e 1979. No ano de 1980, ingressou no curso de Ciências Jurídicas da Universida-

de Federal do Ceará, formando-se em Direito e admitido na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sob o número 4665.

Em sua carreira profissional, destacou-se como professor de inglês no Instituto Brasil Estados Unidos (Ibeu/CE) e no Colégio Santo Inácio, durante a década de 1980. Exerceu ainda os cargos de caixa executivo, inspetor e auditor da Caixa Econômica Federal, admitido por concurso público no ano de 1982. Em 1994, concluiu o curso de formação política no Ifedec (Instituto de Formação Democrata Cristã), na cidade de Caracas, na Venezuela.

Em 1995, fundou o Partido Humanista da Solidariedade (PHS), sendo seu presidente nacional, assumindo, em seguida, a presidência regional da comissão executiva no Ceará. Em 1996, graduou-se pela Escola de Governantes do Estado do Ceará. Em 1997, foi eleito vereador de Fortaleza, e

reeleito para mais um mandato na legislatura seguinte. Como representante do Legislativo municipal, participou das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor e da Comissão de Educação.

Eleito no ano de 2002 deputado estadual para a legislatura 2003–2006, com 15.095 votos. Reeleito para mais um mandato, no período 2007–2010, quando obteve 26.536 sufrágios. Segundo vice-presidente da Mesa Diretora, presidiu a Universidade do Parlamento Cearense e integrou as comissões de Educação, Turismo, Saúde e de Constituição e Justiça.

Francisco Caminha criou a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto. Foi Secretário Extraordinário da Prefeitura Municipal de Fortaleza, na Regional Centro, durante o governo da prefeita Luizianne Lins.

Fundador da ONG Soavida – Sociedade de Apoio e Defesa da Vida, que realiza trabalhos de combate à desnutrição e de qualificação profissional em diversos bairros da capital cearense. É de sua iniciativa também a criação da Associação de Vigilantes de Veículos (AVV). Membro do Rotary Club Internacional, no distrito 4490 e da Sociedade Amigos da Marinha do Ceará (Somar).

Em 2009, além de ter lançado o livro *Aerolândia, Seu Povo, Sua História*, com o objetivo de resgatar a história do bairro em que nasceu, tomou posse na cadeira 26, como membro da Academia Metropolitana de Letras (cujo patrono é o jurista Clóvis Beviláqua).

Recebeu as seguintes condecorações: Título de Membro Honorário da Base Aérea de Fortaleza, Mérito Legislador 2008 (concedido pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros, aos que considera os melhores deputados do país), medalhas Mérito Tamandaré e Mérito Naval, no grau de Comendador, ambas da Marinha do Brasil.

Exerceu a presidência da Assembleia Legislativa do Ceará, no período de 1º a 31 de janeiro de 2011, quando do

afastamento do então Presidente Domingos Filho, que assumiu a vice-governadoria do Estado. Candidato a deputado federal nas eleições de 2010, não conseguiu eleger-se.

Mestrando em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

79. ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

*1975

Presidência: 2011–2012



Nasceu em Fortaleza, a 15.08.1975. Filho do ex-Reitor da Universidade Federal do Ceará, Roberto Cláudio Frota Bezerra, e de Maria das Graças Rodrigues Bezerra. Casado com Carolina Cunha Bezerra e tem duas filhas, Isabela e Roberta.

Médico sanitarista. Formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem mestrado e PhD em saúde pública pela Universidade do Arizona (EUA). Co-

mo profissional, sua atuação sempre foi focada no planejamento e na avaliação de políticas de saúde pública, especialmente no Programa de Saúde da Família (PSF).

Eleito deputado estadual, em 2006, com 21.283 votos, pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), distribuídos entre 146 dos 184 municípios do Ceará. Em seu primeiro mandato, foi vice-líder do Governo na Assembleia Legislativa e presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Também compôs as Comissões de Educação, Cultura e Esportes; Segurança Social e Saúde; Fiscalização e Controle; Constituição, Justiça e Redação.

Em sua atuação no Legislativo, participou ainda da Comissão Especial em Defesa da implantação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) e da Frente Parlamentar de Apoio à Defensoria Pública do Estado do Ceará. Fez

parte do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e do Conselho de Segurança Alimentar, como representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Na campanha eleitoral de 2010, foi reeleito deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), quando obteve 68.469 votos. Em 1º de fevereiro de 2011, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa, por unanimidade, para o biênio 2011–2013, assumindo uma gestão voltada à modernização e informatização da Casa e de seus instrumentos.

Em outubro de 2012, foi eleito prefeito de Fortaleza, pelo PSB, para a gestão 2013–2016, tendo como vice Gaudêncio Lucena. Em 28 de dezembro de 2012, renunciou ao mandato de deputado estadual e à presidência da Assembleia Legislativa, a fim de assumir a administração de Fortaleza a partir de 1º de janeiro de 2013. Em virtude da renúncia, o deputado José Sarto, primeiro vice-presidente, assumiu a função principal até 31 de janeiro de 2013. Posteriormente, transferiu-se para o Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Roberto Cláudio divulgou em janeiro de 2013 o novo brasão de Fortaleza. Segundo ele, as modificações no brasão foram feitas para marcar sua administração e representá-la de forma única, sem logotipos adicionais.

Na Prefeitura de Fortaleza, entregou importantes ações para o desenvolvimento da cidade e para transformar a vida da população, como a implantação das cinco primeiras Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), 19 escolas de tempo integral, o inédito Programa Segurança nas Escolas. Fez importantes investimentos em educação infantil e em juventude de Fortaleza, o Plano de Arborização com 57 mil árvores plantadas e doadas, mais de 164 km de ciclovias e ciclofaixas, 96km de faixas exclusivas de ônibus, Bilhete Único, Bicicletar, com 80 estações e 800 bicicletas compartilhadas, 17 EcoPontos. Implantou sistemas binários em corredores de trânsito da Capital, construiu túneis e viadutos que melhoraram substancialmente o fluxo do trânsito na cidade.

Implantou mais de uma dezena das chamadas Areninhas (campos de futebol), localizados em bairros com alto índice de vulnerabilidade social e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Reeleito prefeito de Fortaleza, a 30 de outubro de 2016, em segundo turno, com 53,57% dos votos válidos para o quadriênio 2017–2020, pela legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

80. JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA

*1959

Presidência: dezembro de 2012 e janeiro de 2013



Filho de Antônio Moreira de Oliveira e de Maria Alice Nogueira de Oliveira. Nasceu em Acopiara/CE, a 13.02.1959.

Médico. Iniciou seus estudos em Fortaleza, na rede pública municipal. É graduado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, com residência nos Estados Unidos, na área de Ginecologia e Obstetrícia. Retornando ao Brasil, devotou-se ao trabalho humanitário, pelo Fundo Cristão para Crianças, entidade filan-

trópica internacional de importante valor social no atendimento às comunidades carentes da Grande Fortaleza.

O reconhecimento do seu trabalho, junto às pessoas menos favorecidas e marginalizadas, impulsionou-o para o ingresso na vida política.

Em 1988, elegeu-se vereador de Fortaleza com 2.601 votos, tendo sido 1º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal, no biênio 1990–1992. Reeleito em 1992 para o Parlamento Municipal, com 3.462 votos. Presidente da Câmara de Fortaleza, no biênio 1992–1994, marcando o início de um novo tempo na política municipal.

Na construção de sua caminhada política, elegeu-se deputado estadual em 1994. Com 29.301 votos, alcançou o 1º lugar, em Fortaleza, à Assembleia Legislativa do Ceará. Em

seguida, presidiu o Diretório Municipal do PMDB, partido de sua legenda naquela eleição.

Reelegeu-se deputado estadual, obtendo 29.669 votos, em 1998, numa demonstração de reconhecimento ao trabalho desenvolvido na Grande Fortaleza, sua principal base eleitoral.

No pleito de 2002, assumiu o terceiro mandato como primeiro suplente, pelo PPS, sendo efetivado, posteriormente, no mandato legislativo. Em 2006, envolvido na frente que elegeu o governador Cid Gomes, foi reconduzido ao quarto mandato, com 58.013 votos, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo na ocasião, o 7º deputado mais votado do Ceará. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e Líder do Governo Cid Gomes na Assembleia Legislativa.

Como líder do Governo, foi relator e defensor de praticamente todos os projetos de lei encaminhados pelo governador Cid Gomes. Projetos importantes, como os que criaram cargos para milhares de servidores estaduais entre professores, policiais civis e militares, agentes penitenciários e peritos criminais

Reeleito deputado estadual para o mandato 2015–2018, com 85.310 sufrágios, pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o quinto mais votado no Estado. Participa ativamente das seguintes Comissões Técnicas do Poder Legislativo:

- ◆ de Educação (Presidente);
- ◆ de Constituição, Justiça e Redação (membro);
- ◆ de Orçamento, Finanças e Tributação (membro);
- ◆ de Seguridade Social e Saúde (membro); e
- ◆ de Fiscalização e Controle (suplente).

Ao longo dos últimos anos, tem pautado sua ação parlamentar em defesa do povo cearense, destacando sua atuação em 22 municípios das regiões do Sertão Central, Centro-Sul e Maciço do Baturité e Litoral Oeste, entre os quais Fortaleza, Acopiara, Amontada, Baturité, Cariús, Paraipaba,

Paramoti, Potengi, São Gonçalo do Amarante, Trairi, Umari e Várzea Alegre.

Não descurando de sua formação acadêmica, realiza curso de mestrado em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa.

81. JOSÉ JÁCOME CARNEIRO ALBUQUERQUE

*1955

Presidência: 2013–2014 e 2015–2016



Nasceu a 19 de março de 1955, em Massapê/CE, filho de Francisco das Chagas Albuquerque e de Maria Neily Carneiro Albuquerque.

É membro de tradicional família política da região norte do estado do Ceará. A história de Massapê registra cinco ascendentes do deputado Zezinho Albuquerque eleitos prefeitos da cidade: seu tetravô paterno, João Ferreira Adeodato; seu bisavô, José Amâncio de Albuquerque; seu avô paterno, Amadeu Albuquerque; seu avô materno, Demerval Carneiro; e seu pai, Francisco das Chagas Albuquerque.

A cidade de Massapê teve também como um de seus gestores o irmão do deputado Zezinho Albuquerque, Jacques Albuquerque. Atualmente, o município é administrado pelo filho do deputado, Antonio José Albuquerque, que dirige os destinos de Massapê, em sua primeira gestão.

Na vida empresarial, atuou no ramo de pneus, dedicando-se integralmente à atividade política a partir de 1990, quando foi eleito deputado estadual para a Legislatura 1991–1994, obtendo 14.537 votos. Em seu primeiro mandato, foi escolhido 2º vice-presidente da Assembleia Legislativa, para o biênio 1991–1992.

Naquele ano, o Ceará elegia como governador o ex-prefeito de Fortaleza, Ciro Ferreira Gomes. Data daquele período a intensa atuação do deputado Zezinho Albuquerque junto ao grupo político comandado pelos ex-ministros e ex-governadores Ciro Gomes e Cid Gomes.

Dava prosseguimento, assim, à trajetória de sua família na Assembleia Legislativa. Seu pai, Francisco das Chagas Albuquerque, exerceu o mandato de deputado estadual no período compreendido entre 1963 e 1965.

Reeleito para o Parlamento cearense, com 19.200 votos, em 1994 pelo Partido Progressista Renovador (PPR). Sua atuação foi marcada pelo intenso trabalho na defesa dos interesses da população da região norte do Ceará.

Em 1998, filiado ao Partido Popular Socialista (PPS), desempenhou seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa do Ceará, sendo efetivado ao longo da legislatura 1999–2002. À época, alcançou a marca de 21.409 votos.

Zezinho Albuquerque foi reconduzido ao Parlamento estadual, em 2002, pelo PPS, com apoio maciço dos eleitores de sua região, ampliando sua votação em todo o Ceará: 33.973 eleitores o reconduziram à Assembleia. Passou então a desempenhar relevantes funções na Mesa Diretora do Poder Legislativo estadual. Nessa legislatura, foi eleito 3º Secretário da Mesa Diretora (biênio 2003–2004); e 2º Secretário (2005–2006).

Em 2006, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), manteve-se na Assembleia com expressiva votação: 55.706 votos. Participou, nessa Legislatura, como 1º Secretário da Mesa Diretora, no biênio 2007–2008, reeleito para o biênio 2009–2010.

Nas eleições de 2010, Zezinho Albuquerque foi reeleito para o Parlamento estadual. Dessa vez como o terceiro mais votado do Ceará, obtendo 81.796 votos. Reconduzido ao cargo de 1º Secretário, no biênio 2011–2012.

Em dezembro de 2012, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2013–2014, com apoio unânime dos seus pares. Foi filiado em 2013, ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Sua gestão na Assembleia Legislativa é marcada pela forte interlocução com as bancadas do governo e da oposição, viabilizando a aprovação de matérias relevantes para o desenvolvimento do Ceará.

O deputado Zezinho Albuquerque também tem se notabilizado como interlocutor das demandas de entidades representativas de diversas categorias e dos movimentos sociais junto ao Governo do Estado, o que resultou em significativos avanços em negociações feitas com o Poder Executivo no período em que ele presidiu a Assembleia.

Sob a liderança do parlamentar, a Assembleia Legislativa desenvolveu a campanha institucional “Ceará Sem Drogas”. Trata-se de uma iniciativa que visa conscientizar os jovens sobre as más consequências da dependência química. A campanha percorreu as diferentes regiões do Estado, levando as mensagens da Assembleia aos cearenses.

A partir de iniciativa do deputado Zezinho Albuquerque, a Assembleia aprovou, em 2014, projeto de lei complementar, criando o Fundo Estadual de Políticas Sobre Álcool e outras Drogas (Fepad). Encaminhada à Casa pelo então governador Cid Gomes, a iniciativa teve o objetivo de facilitar a captação, repasse e aplicação de recursos destinados a execução das atividades do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (Sised).

Fruto de seu intenso trabalho ao longo de 24 anos de vida pública, o deputado foi agraciado com os títulos de cidadão dos municípios de Fortaleza, Alto Santo, Aracati, Campos Sales, Fortim, Itaiçaba, Itapipoca, Paraipaba, Potiretama e Sobral.

Ao longo de 2013 e 2014, em três ocasiões, Zezinho Albuquerque assumiu o Governo do Estado, substituindo o

então governador Cid Gomes, dando prosseguimento aos grandes projetos desenvolvidos pelo gestor, visitou municípios em todo o Estado e inaugurou obras.

No dia 5 de outubro de 2014, foi reeleito deputado estadual, conquistando seu sétimo mandato na Assembleia Legislativa. Novamente entre os três parlamentares mais votados, alcançou a marca de 95.253 votos, distribuídos em 167 municípios, dos 184 do Ceará.

Em 1º de fevereiro de 2015, Zezinho Albuquerque foi reeleito presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, para o biênio 2015–2016. Mantém uma relação de parceria político-administrativa com o governador Camilo Santana, a quem apoiou nas eleições de 2014.

Dentre as principais conquistas alcançadas pela Assembleia em sua gestão, merece destaque a aprovação da lei do piso salarial dos agentes comunitários de saúde do Ceará. A norma assegura o reajuste em igual índice de revisão à remuneração dos servidores federais e beneficia cerca de oito mil agentes de saúde em todo o Estado.

O Poder Legislativo também aprovou a lei que disciplina a promoção dos militares estaduais nas carreiras de praças e oficiais. Mais de oito mil militares foram diretamente beneficiados com a mudança de patente e reajuste nos rendimentos.

Por inúmeras vezes, secretários de Estado estiveram na Assembleia Legislativa, no ano de 2015, tanto em sessões no plenário quanto em audiências públicas e reuniões nas Comissões Técnicas, para esclarecer as ações de governo. O governador Camilo Santana compareceu à Casa em diversas ocasiões, sempre tratando de temas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do povo cearense.

Atendendo a pedido do governador, os deputados estaduais liberaram 50% de suas emendas para garantir o custeio na área da saúde e enfrentar os problemas oriundos do prolongamento da seca, que assola o sertão cearense. Ao

todo, são R\$ 23 milhões provenientes das emendas parlamentares para reforçar essas ações emergenciais.

Na gestão Zezinho Albuquerque, a Assembleia trata de temas de interferência direta na qualidade de vida das pessoas, por meio de campanhas institucionais. Uma delas procura conscientizar a população sobre a economia de água, focando neste alerta, tendo em vista que os reservatórios dos açudes do Estado estão em seu menor nível em 10 anos.

O deputado José Albuquerque assumiu o cargo de governador do Estado do Ceará, nos períodos de 25 de junho a 11 de julho de 2013; de 21 a 26 de outubro de 2014; e de 20 a 27 de novembro de 2014, na condição de sucessor constitucional do Governo do Estado.

CRONOLOGIA

Ano	Presidente
1835–1837	Joaquim José Barbosa
1838–1839	João Facundo Castro Menezes
1840–1841	Miguel Fernandes Vieira
1842	Dissensão – eleição anulada
1843	Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
1844–1845	Miguel Fernandes Vieira
1846–1847	Joaquim José Barbosa
1848–1849	Tristão de Alencar Araripe
1850–1851	Domingos José Nogueira Jaguaribe
1852	Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira
1853–1854	José Pio Machado
1855	Pedro Pereira da Silva Guimarães
1856–1857	Manuel Franco Fernandes Vieira
1858–1861	Pe. Justino Domingues da Silva
1862	Gonçalo Batista Vieira
1863	Pe. Francisco Xavier Nogueira
1864–1865	Hipólito Cassiano Pamplona
1866	Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
1867–1868	Pe. Antonino Pereira de Alencar
1869	Antônio Joaquim Rodrigues Júnior
1870–1871	Gonçalo Batista Vieira
1872–1877	Pe. Francisco Xavier Nogueira
1878–1880	José Pompeu de Albuquerque Cavalcante
1881	Helvécio da Silva Monte
1882	José Antônio da Justa
1883	Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
1884–1885	Pe. Antero José de Lima
1886	Pe. José Teixeira da Graça
1887	João Paulino de Barros Leal
1888 (dissensão)	Pe. Luiz de Souza Leitão
	Diogo Gomes Parente
	Belisário Cícero Alexandrino
1889 (dualidade)	Diogo Gomes Parente
	Pe. Luiz de Souza Leitão
1890	Mudança de Regime
1891	José Joaquim Domingues Carneiro
1892	Antônio Pinto Nogueira Accioly (Congresso Estadual)

Ano	Presidente
1892	Gonçalo de Almeida Souto
1893	Antônio Pinto Nogueira Accioly
1894–1897	Carlos Felipe Rabelo de Miranda
1898–1899	Gonçalo de Almeida Souto
1900–1912	Belisário Cícero Alexandrino
1913	Pe. Francisco Ferreira Antero
1914	Floro Bartolomeu da Costa
1915–1919	Tibúrcio Gonçalves de Paula
1919	Alfredo Dutra de Souza
1920	Antônio Botelho de Souza
1921	Rubens Monte
1922–1923	José Lino da Justa
1924–1925	Francisco de Paula Guimarães
1926–1929	Eduardo Henrique Girão
1930	João Otávio Lobo
1935–1937	César Cals de Oliveira
1947–1949	Joaquim Bastos Gonçalves
1950	Amadeu Furtado
1951	Péricles Moreira da Rocha
1951	Raimundo Ivan Barroso de Oliveira
1952	Francisco Ferreira da Ponte
1953	Raimundo Ivan Barroso de Oliveira
1954	Francisco Ferreira da Ponte
1955	Décio Teles Cartaxo
1956	José Napoleão de Araújo
1957	Edson da Mota Corrêa
1958	Décio Teles Cartaxo
1959	Almir Santos Pinto
1960	Abelardo Gurgel Costa Lima
1961	Raimundo Gomes da Silva
1962	José Pontes Neto
1963	Carlos Mauro Cabral Benevides
1964	Carlos Mauro Cabral Benevides
1965	Almir Santos Pinto
1966	Franklin Gondim Chaves
1967	José Aduino Bezerra
1968	Raimundo Gomes da Silva
1969	Gonçalo Claudino Sales

Ano	Presidente
1970	Manoel de Castro Filho
1971–1972	José Aduino Bezerra
1973–1974	Almir Santos Pinto
1975–1976	Alceu Vieira Coutinho
1977–1978	Paulo Feijó de Sá e Benevides
1979–1980	Aquiles Peres Mota
1981–1982	Antônio dos Santos Soares Cavalcante
1983–1984	Aquiles Peres Mota
1985–1986	Francisco Castelo de Castro
1987–1988	Antônio Gomes da Silva Câmara
1989–1990	Francisco Pinheiro Landim
1991–1992	Júlio Gonçalves Rego
1993–1994	Francisco de Paula Rocha Aguiar
Outubro de 1994 a janeiro de 1995	Artur Silva Filho
1995–1996	Cid Ferreira Gomes
Outubro a dezembro de 1996	Moésio Lóiola de Melo
1997–1998	Luiz Alberto Vidal Pontes
Janeiro a fevereiro de 1999	Teodorico José de Menezes Neto
1999–2000 e 2001–2002	José Welington Landim
2003–2004 e 2005–2006	Marcos César Cals de Oliveira
2007–2008 e 2009–2010	Domingos Gomes de Aguiar Filho
31 de dezembro de 2010 a 03 de janeiro de 2011	Gony Arruda
03 a 31 de janeiro de 2011	Francisco Caminha de Almeida
2011–2012	Roberto Cláudio Bezerra
Dezembro de 2012 a janeiro de 2013	José Sarto Nogueira Moreira
2013–2014 e 2015–2016	José Jácome Carneiro Albuquerque

As Dissensões

Em vários momentos do período monárquico, as disputas políticas travadas no seio da Corte, com as conseqüentes alternâncias de Gabinetes entre Conservadores e Liberais, viriam gerar repercussões em cadeia junto às Províncias, principalmente quanto à indicação de novos presidentes, os quais muitas vezes passavam a governar com quadros minoritários e resistentes às mudanças.

Pelo menos três grandes dissensões registraram-se no Legislativo provincial do Ceará; impedindo o desempenho normal dos trabalhos: em 1840, 1848 e 1887.

Em 1840, a ascensão do Gabinete Conservador trouxe para o Ceará a queda dos Liberais, que detinham a presidência da Província na pessoa do Senador Alencar, detentor da maioria na Assembleia. As mudanças dos partidos à frente dos destinos políticos das províncias eram sempre marcadas por hostilidades e violências. Naquele momento, Alencar sendo senhor da maioria levou a Casa a uma divisão, passando a co-existirem duas Mesas distintas. A divisão perdurou até 1842.

Em 1848/1849, mais uma luta interna levou a Assembleia Legislativa Provincial a uma nova divisão. Sendo presidente do Poder o liberal Dr. Tristão de Alencar Araripe, com maioria, resolveu obstruir votação de leis oriundas do governo, chegando a não acatar a autoridade do vice-presidente Comendador Mendes Guimarães. A divisão perdurou até 1850.

Em 1887, irrompeu nova crise no Legislativo Provincial. Dessa vez a Casa não aprovou a Lei de Meios (orçamento) do Governador Caio Prado, desaguando o processo em uma divisão, entre governo e oposição.

Enquanto uma Mesa funcionava na parte alta da Sede (Palacete Senador Alencar, atual Museu do Ceará), uma segunda instalava-se na parte térrea, presididas por Diogo Gomes Parente e pe. Luiz de Souza Leitão. Para complicar

ainda mais a discórdia, instalou-se ainda uma terceira Mesa, tendo à frente o coronel Belisário Cícero Alexandrino, situação somente sanada com o advento da República, em 1989, e a conseqüente dissolução da Assembleia Legislativa.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, J. C. Alencar – **Alencar, o padre rebelde**. Fortaleza, UFC, Casa de José de Alencar, 1997.
- ATAS do Poder Legislativo do Ceará – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - 1829–2016.
- BRÍGIDO, João – **Eleições senatoriaes do Ceará**. Fortaleza, Typographia Econômica, 1884.
- BRÍGIDO, João – **Ceará (homens e factos)**. Rio de Janeiro, Typ. Bernard Frères, 1919.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva – **Fatos e documentos do Ceará provincial**. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1970.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS – **Livro do centenário da câmara dos deputados (1826–1926)**. 2º volume. Rio de Janeiro, Empreza Brazil Editora Limitada, 1926.
- CASTELO, Plácido Aderaldo – **História política do Ceará (dois capítulos)**. Fortaleza, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, illus., 1963.
- CORDEIRO, Celeste – **Antigos e modernos no Ceará provincial**. Fortaleza, Annablume Editora, 1997.
- DIÓGENES, Osmar – **Os partidos políticos no Brasil**. Fortaleza, Assembleia Legislativa, 1976.
- GIRÃO, Raimundo et MARTINS FILHO, Antônio – **O Ceará**. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1945.
- GUIMARÃES, Hugo Victor – **Deputados provinciais e estaduais do Ceará (1835–1947)**. Fortaleza, Editora Jurídica Ltda.
- LINHARES, Marcelo – **Virgílio Távora - sua época**. Fortaleza, UFC, Casa de José de Alencar, 1996.
- MOTA, Aroldo – **História política do Ceará (1889–1930)**. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1987.
- MOTA, Aroldo – **História política do Ceará (1950–1954)**. Fortaleza, Instituto Jurídico, Eleitoral e Histórico, 1997.
- MOTA, Aroldo – **História política do Ceará (1987–1991)**. Fortaleza, Multigraf Editora, 1992.
- NOGUEIRA, Paulino – **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. 1º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1889.

- NOGUEIRA, Paulino – **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. 2º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1889.
- NOGUEIRA, Paulino – **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. 3º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1889.
- NOGUEIRA, Paulino – **Presidentes do Ceará durante a monarquia**. 4º volume. Fortaleza, Typographia Minerva, 1905.
- O POVO S.A. – **Anuário do Ceará**. Coleção.
- OLIVEIRA, José Cláudio de – **O calvário de um líder**. Fortaleza, ABC Fortaleza, 1997.
- OLIVEIRA, José Cláudio de – **Estórias dos que fizeram a história**. Fortaleza, Gráfica O POVO S/A, 1986.
- PORTO, Eymard – **Babaquara, chefetes e cabroeira**. Fortaleza, Fundação Waldemar de Alcântara, 1993.
- QUINDERÉ, Padre – **História eclesiástica do Ceará**.
- SAMPAIO, Dorian – **Anuário do Ceará**. Coleção.
- SILVEIRA, Aureliano Diamantino – **Ungidos do senhor na evangelização**. 3 vol. Fortaleza, Premium, 2004.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Notas para a história do Ceará (segunda metade do século XVIII)**. Lisboa, Typographia do "Recreio", illus., 1892.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Diccionario biobibliographico cearense**. Volume primeiro. Fortaleza, Typo-Lithographia a Vapor, 1910.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Diccionario biobibliographico cearense**. Volume segundo. Fortaleza, Typo-Lithographia a Vapor, 1913.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Diccionario biobibliographico cearense**. Volume terceiro. Fortaleza, Typ. Minerva, 1915.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Datas e factos para a história do Ceará**. 1º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1896.
- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Datas e factos para a história do Ceará**. 2º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1896.

- STUDART, Guilherme (Barão de) – **Datas e factos para a história do Ceará**. 3º volume. Fortaleza, Typographia Studart, 1924.
- Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
- Coordenadoria de Comunicação Social da Assembleia.
- Departamento Legislativo da Assembleia.
- Departamento de Recursos Humanos da Assembleia.
- Entrevistas com deputados e familiares.
- Setor de Arquivo da Assembleia.
- Visitas domiciliares a deputados.



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Malce

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta fâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a dava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha – esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florir nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

Júlia Neide Pinheiro Nogueira
Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo
Coordenador

**Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo**
Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios
Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701

Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500